

COLLECÇÃO DAS LEIS

DA

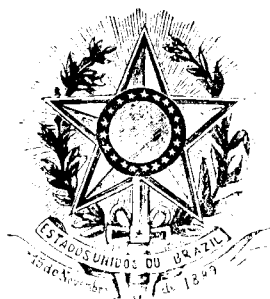
REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DE

1894

PARTES I E II

VOLUME I



RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL

1895

INDICE

DOS

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

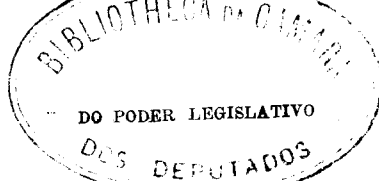
1894

N. 198 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 18 de julho de 1894 — Regula o numero e os vencimentos dos empregados das repartições de saúde dos portos..	1
N. 199 — MARINHA — Decreto de 31 de julho de 1894 — Manda reverter ao serviço activo da Armada, no posto de almirante e sem prejuizo do respectivo quadro, o vice-almirante reformado Jeronymo Francisco Gonçalves..	3
N. 200 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1894 — Manda erigir no Campo da Republica, nesta Capital, uma estatua ao Marechal Manceel Deodoro da Fonseca, e no cemiterio de S. Francisco Xavier um monumento, em que se guardarão suas cinzas	4
N. 201 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1894 — Declara em estado de sitio, até 31 de agosto do corrente anno, o Districto Federal, a comarca de Nitheroy e os Estados de S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, com as limitações dos arts. 19 e 20 da Constituição.....	5
N. 202 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1894 — Concede a Antonio da Silva Netto, chefe da 2ª secção da Directoria Geral de Estatistica, nove mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.....	5
N. 203 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de agosto de 1894 — Approva o tratado de commercio e navegação celebrado em 10 de outubro de 1891 entre o Governo do Brazil e o da Republica do Perú.....	6
N. 204 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1894 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando até 7 de outubro do corrente anno a presente sessão legislativa.....	6

	Pags.
N. 205 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1894 — Marca os vencimentos dos escriptaes do Juizo Seccional.....	7
N. 206 — MARINHA E GUERRA — Decreto de 23 de setembro de 1894 — Autorisa o Governo a considerar como approvados os alumnos das escolas Militar e Naval que tiverem frequentado com aproveitamento as aulas das ditas escolas até 6 de setembro de 1893 e a mandar admittir a exames de generalidades os que os requererem a exames finais os que forem habilitados naquelles.....	7
N. 207 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1894 — Approva o credito extraordinario de 5:729\$, aberto sob a responsabilidade da Presidencia da Republica para pagamento dos vencimentos dos escriptaes e officiaes de justica do extincto Juizo dos Feitos da Fazenda, que passaram a servir perante o Juizo Seccional, no exercicio de 1893, e autorisa o Governo a abrir no presente exercicio o credito de 6:020\$ para identico fim.....	8
N. 207 A — MARINHA — Decreto de 26 de setembro de 1894 — Autorisa o Governo a conceder a José Gonçalves de Oliveira, mestre das officinas de calceiros de ferro do Arsenal de Marinha da Capital Federal, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde.....	8
N. 207 B — MARINHA — Decreto de 26 de setembro de 1894 — Crea uma escola de aprendizes marinheiros no Estado das Alagoas.....	9
N. 208 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1894 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando até 6 de novembro do corrente anno a actual sessão legislativa.....	9
N. 209 — GUERRA — Decreto de 3 de outubro de 1894 — Manda rever a reforma concedida ao general de brigada Frederico Christiano Buys.....	10
N. 210 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1894 — Considera em disponibilidade o juiz de direito Augusto Carlos de Amorim Garcia.....	10
N. 211 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de outubro de 1894 — Proroga por um anno os prazos estatuidos para a construcção da Estrada de Ferro de Alcobaca á Praia da Rainha, a que se refere o decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890.....	11
N. 212 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1894 — Proroga por dois annos o prazo concedido para a construcção da Estrada de Ferro da estação do Ribeirão á villa do Bonito, no Estado de Pernambuco, a que se refere o decreto n. 474, de 7 de junho de 1890.....	11
N. 213 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1894 — Publica a resolução do	

	Congresso Nacional prorogando até 30 de novembro do corrente anno a actual sessão legislativa.....	12
N. 214	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E GUERRA — Decreto de 26 de outubro de 1894 — Approva os decretos ns. 1594 A, 1594 B e 1594 C, de 4, 6 e 7 de novembro do anno findo, 1682 de 28 de fevereiro, 1687 e 1688 de 17 de março do corrente anno.....	12
N. 215	— INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de outubro de 1894 — Concede á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas prorrogação de prazo até o mez de maio de 1896 para serem iniciadas as obras do porto de Jaraguá, no Estado das Alagoas...	13
N. 216	— GUERRA — Decreto de 31 de outubro de 1894 — Faz extensivas a todos os officios do Exercito reformados de accordo com o decreto n. 193 A de 30 de janeiro de 1890, voluntaria ou compulsoriamente, antes da sua promulgação, as disposições do decreto legislativo n. 48 de 17 de outubro de 1891.....	13
N. 217	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1894 — Autorisa o Poder Executivo a abrir no corrente exercicio ás respectivas verbas do orçamento do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito necessario para o pagamento dos serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante o tempo das prorrogações da actual sessão legislativa.....	11
N. 218	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1894 — Autorisa o Poder Executivo a abrir no corrente exercicio, ás respectivas verbas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito necessario para occorrer ao pagamento do subsidio dos deputados e senadores, durante as prorrogações da actual sessão legislativa.....	14
N. 219	— GUERRA — Decreto de 40 de novembro de 1894 — Releva a D. Maria dos Santos Lucas a prescripção, em que incorreu, para perceber o meio soldo, a que tem direito, de 1853 a 1892.....	15
N. 220	— GUERRA — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Estende as disposições do decreto n. 296 de 26 de setembro do corrente anno aos alumnos de todas as escolas militares que estiverem nas condições citadas pelo mesmo decreto.....	15
N. 221	— JUSTIÇA — Decreto de 20 de novembro de 1894 — Completa a organização da Justiça Federal da Republica	16
N. 222	— INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de novembro de 1894 — Autorisa o Governo a conceder ao 2º official da Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas, José Fernandes Ribeiro da Costa, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde.....	41
N. 222 A	— FAZENDA — Lei de 23 de novembro de 1894 — Manda que continuem a ter o mesmo destino a que es-	

	Pags.
tão servindo diversos proprios nacionaes no Estado de Pernambuco, que por lei do antigo regimen foram entregues a Santa Casa da Misericórdia do Recife.....	42
N. 223 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1894 — Promulga a resolução do Congresso Nacional que autorisa o Poder Executivo a abrir o credito necessario para pagamento dos vencimentos dos empregados das secretarias das duas Camaras.....	42
N. 223 A — MARINHA — Decreto de 26 de novembro de 1894 — Autorisa o Governo a abrir ao Ministerio da Marinha, no corrente exercicio, o credito de 527:422\$ para as verbas — Conselho Supremo Militar — e — Eventuaes, deste anno.....	43
N. 224 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1894 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando até 10 de dezembro do corrente anno a actual sessão legislativa.....	43
N. 225 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1894 — Autorisa o Governo a rever o actual Regimento de custas judicias, e dá outras providencias.....	44
N. 225 A — FAZENDA — Decreto de 1 de dezembro de 1894 — Concede ao Estado de Goyaz diversos proprios nacionaes, situados no mesmo Estado, e de que a União não precisa para os serviços federaes.....	47
N. 226 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1894 — Prohibe o recebimento de sentenciados no presidio de Fernando de Noronha, e dá outras providencias.....	47
N. 227 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1894 — Autorisa o Governo a mandar prolongar a linha telegraphica pelo interior do Estado do Maranhão até a cidade de Palma, no de Goyaz	48
N. 227 A — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1894 — Fixa o prazo de dous annos para que os navios, que se entregam á navegação de cabotagem entre os portos maritimos ou fluviaes, se nacionalisem de accordo com a lei.....	48
N. 228 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1894 — Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando até 20 do corrente mez a actual sessão legislativa.....	49
N. 229 — GUERRA — Decreto de 6 de dezembro de 1894 — Manda contar ao capitão da cavallaria Antonio Lago, como tempo de effectivo serviço, o periodo decorrido de 28 de fevereiro de 1867 a 27 de agosto de 1873, em que esteve fora das fileiras do Exercito, em consequencia de ferimento recebido em combate.....	49
N. 230 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1894 — Approva, com modificações e additamentos, o Código das disposições communs ás	



	instituições de ensino superior, que baixou com o decreto n. 1159 de 3 de dezembro de 1892	50
N. 231	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1894 — Autorisa a criação de uma caixa beneficente na Brigada Policial da Capital Federal.....	51
N. 232	— GUERRA — Decreto de 7 de dezembro de 1894 — Organisa os estados-maiores do Presidente da Republica, do Ministro da Guerra, do Adjuncto General do Exercito e do Quartel-Mestre General.....	51
N. 233	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1894 — Autorisa o Poder Executivo a abrir um credito supplementar de 37:0478 á rubrica 3ª do art. 2º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893.....	53
N. 234	— GUERRA — Decreto de 10 de dezembro de 1894 — Autorisa o Governo a abrir um credito extraordinario de 25.500:000\$ para occorrer ás despesas do Ministerio da Guerra, até liquidação do exercicio vigente.....	54
N. 234 A	— INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de dezembro de 1894 — Concede tres mezes de licença a Carlos Alberto do Espirito Santo, 2º official da administração dos Correios do Districto Federal.....	54
N. 235	— MARINHA — Decreto de 11 de dezembro de 1894 — Autorisa a abertura de creditos supplementares destinados ao pagamento do augmento de vencimento dos patrões das embarcações do Arsenal de Marinha desta Capital.....	55
N. 236	— MARINHA — Decreto de 11 de dezembro de 1894 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 1.462:000\$ para ser applicado a diversas verbas do actual organimento	55
N. 237	— MARINHA — Decreto de 11 de dezembro de 1894 — Melhora a reforma do 1º tenente da Armada Camillo de Lellis e Silva.....	56
N. 238	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Autorisa o Poder Executivo a mandar contar ao 1º tenente reformado Joaquim de Oliveira Fernandes, para os effeitos da jubilação no logar de professor do 1º Externato do Gymnasio Nacional, o tempo que serviu nas fileiras do Exercito....	56
N. 239	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Autorisa o Governo a mandar pagar ao Dr. José Borges Ribeiro da Costa e ao pharmaceutico Augusto Cesar Diego, preparadores dos laboratorios de chimica inorganica e de pharmacia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, exoneratos desses cargos e n-tilles reintegrados em virtude do art. 1º da lei n. 42, de 2 de junho de 1892, o ordenado que deixaram de perceber do intervallo da exoneração á reintegração	57

	Pags
N. 240 — MARINHA E GUERRA—Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Determina os vencimentos dos funcionarios civis dos Arsenaes de Marinha e Guerra da Republica	57
N. 241 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Releva a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, cessionaria da Estrada de Ferro de Caxias a S. José de Cajazeiras, do pagamento de multa por excesso de prazo para conclusão das obras da mesma estrada.....	62
N. 242 — MARINHA — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Fixa a Força Naval para o anno de 1895.....	62
N. 243 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Approva o credito supplementar de 1.420:580\$833 aberto pelo decreto n. 1852 de 22 de outubro de 1894 á verba — Caixa de Amortisação — para occorrer ás despesas, até ao fim do corrente exercicio, com as encomendas e assignaturas de notas.....	64
N. 244 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Approva o credito supplementar de 150:000\$ aberto pelo decreto n. 1858 de 27 de outubro de 1894 á verba — Exercicios findos — para regularisar a despesa já effectuada e solver outras que não foram reclamadas ou satisfeitas opportunamente.....	65
N. 245 — GUERRA — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Autorisa o Governo a abrir o credito extraordinario de 800:000\$, para occorrer ás despesas com festejos e recepção da commissão de officiaes orientaes.....	65
N. 246 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Regula os vencimentos do funcionario aposentado por effeito do decreto legislativo n. 50 de 13 de junho de 1892.....	66
N. 247 — MARINHA E GUERRA — Lei de 15 de dezembro de 1894 — Regula o soldo e etapa dos officiaes effectivos e praças do Exercito e da Armada.....	66
N. 248 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 15 de dezembro de 1894 — Altera as disposições do art. 7º relativas á organização do Conselho Municipal do Districto Federal e regula o processo para as eleições de que trata o art. 83 da lei n. 85 de 20 de setembro de 1892.....	69
N. 249 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de dezembro de 1894 — Autorisa o Governo a conceder ao escripturario da Estrada de Ferro de Paulo Affonso, Antonio Candido da Silva Leão, um anno de licença com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.....	71
N. 250 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1894 — Autorisa o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Epitacio da Silva Pessoa.....	71

- N. 251 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1891 — Autorisa o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença, com ordenado, ao bacharel Joaquim Pires de Amorim, juiz seccional do Estado do Espírito Santo, para tratar de sua saúde onde lhe convier..... 72
- N. 252 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1891 — Autorisa o Governo a abrir o credito extraordinario de duzentos contos de réis (200:000\$) para occorrer ás despesas com a demarcação da fronteira entre o Brazil e a Bolivia..... 72
- N. 253 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1891 — Autorisa o Poder Executivo a aposentar o Dr. Antonio Martins Pinheiro no cargo de ajudante do inspector geral de saúde dos portos..... 73
- N. 253 A — INDÚSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de dezembro de 1891 — Concede ao 1º official da Secretaria de Estado dos Negocios da Indústria, Viacão e Obras Publicas, Jacintho Dias Cardoso, um anno de licença, com o respectivo ordenado.. 73
- N. 254 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1891 — Autorisa o Governo a abrir o credito supplementar de 474:734\$905, para occorrer á despesa com a Policia do Districto Federal, no exercicio vigente..... 74
- N. 255 — MARINHA E GUERRA — Decreto de 19 de dezembro de 1891 — Concede aos Ministerios da Guerra e da Marinha o credito de 27.000:000\$, ao cambio de vinte e sete dinheiros esterlinos, para reconstituição do material do Exercito e da Armada..... 74
- N. 256 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1891 — Autorisa o Poder Executivo a conceder ao Dr. Manoel Fernandes Sá Antunes, professor da 1ª cadeira da 2ª serie do curso annexo á Faculdade de Direito do Recife, um anno de licença, com o respectivo ordenado..... 75
- N. 257 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1891 — Concede aos 1º e 2º cirurgiões do Corpo de Bombeiros desta Capital os postos de major e capitão, com as vantagens que lhes são inherentes..... 75
- N. 258 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1891 — Determina que os vencimentos dos officiaes da Brigada Policial e Corpo de Bombeiros sejam os mesmos marcados para os officiaes do Exercito..... 76
- N. 259 — INDÚSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1891 — Autorisa a abertura do credito extraordinario de cem contos de réis (100:000\$) para occorrer ao pagamento das terras e aguas do rio Covança, adquiridas ao Dr. Joaquim José de Siqueira e sua mulher..... 76
- N. 260 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1891 — Concede aos Ministros de Estado uma gratificação men-

	Pags.
sal de 1:000\$ para representação, além dos seus vencimentos; e autorisa a abertura do necessario credito para occorrer á despesa no exercicio de 1895.....	77
N. 261 — FAZENDA — Lei de 20 de dezembro de 1894 — Autorisa o Governo a abrir no corrente exercicio de 1894 diversos creditos aos Ministerios da Fazenda, da Justiça e Negocios Interiores, das Relações Exteriores e da Industria, Viacão e Obras Publicas.	77
N. 262 — GUERRA — Decreto de 20 de dezembro de 1894 — Autorisa o Poder Executivo a abrir no corrente exercicio financeiro um credito extraordinario de 285:435\$568, para a reconstrução de pilões de pólvora na Ilha do Boqueirão, e outra de 231:580\$ para as despesas com obras urgentes em diversos estabelecimentos militares.	79
N. 263 — GUERRA — Decreto de 20 de dezembro de 1894 — Interpreta a expressão — com aproveitamento, do artigo unico § 1º do decreto legislativo n. 206 de 26 de setembro de 1894.	79
N. 264 — GUERRA — Decreto de 20 de dezembro de 1894 — Fixa as Forças de terra para o exercicio de 1895.....	80
N. 265 — FAZENDA — Lei de 24 de dezembro de 1894 — Organiza a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1894 e dá outras providencias	81
N. 266 — FAZENDA — Lei de 24 de dezembro de 1894 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1895 e dá outras providencias.	88
N. 267 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1894 — Autorisa o Governo a contractar com Richard J. Reidy, ou com quem melhores vantagens offerecer, o assentamento de um cabo sub-fluvial entre as Capitães dos Estados do Pará e Amazonas.	112
N. 268 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1894 — Augmenta os vencimentos dos empregados da Estrada do Ferro Central do Brazil.	143
N. 269 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1894 — Autorisa o Governo a despendir até mil contos de réis com a manutenção e desenvolvimento dos nuncios coloniaes da margem direita do Araguary, no Estado do Pará.	152
N. 270 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1894 — Autorisa o Governo a emprestar aos Estados do Paraná e Santa Catharina a quantia de quatro mil contos de réis (4.000.000\$), repartidamente.	152
N. 271 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1894 — Prorroga os prazos para a conclusão das obras das estradas de ferro de Aracaju a Simão Dias, Tamandaré à Barra, Cotahão a Palmas e Caxias a Cajazeiras; e bem assim para o inicio das obras do porto da Laguna.	153

ADDITAMENTO

	Pags.
N. 72 A — INTERIOR — Decreto de 5 de agosto de 1892 — Approva os actos praticados pelo Poder Executivo e con- stantes dos decretos de 10 e 12 de abril de 1892.....	3
N. 72 B — INTERIOR — Decreto de 5 de agosto de 1892 — Concede amnistia aos cidadãos implicados nos aconteci- mentos politicos de 10 de abril do mesmo anno, bem como nas revoltas das fortalezas da Lage e Santa Cruz, occorridas em janeiro de 1892.....	3
N. 211 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1894 — Declara definitiva a permuta feita com a Santa Casa da Misericordia do Recife, do edificio que serviu de hospedaria de immi- grantes na Jaqueira, Estado de Pernambuco, pelo predio da Casa dos Expostos, sito na praça Barão de Lucena, no mesmo Estado.....	

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1894

LEI N. 198 — DE 18 DE JULHO DE 1894

Regula o numero e os vencimentos dos empregados das Repartições de saude dos portos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados-Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º O numero dos empregados nas Repartições de saude dos portos e os respectivos vencimentos são regulados pela tabella *infra*, que faz parte integrante da presente lei, sendo para os devidos effeitos dos terços dos referidos vencimentos consignados como ordenado e um terço como gratificação *pro labore*.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

TABELLA A QUE SE REFERE O ART. 1º

Inspectoria Geral de saude dos portos

PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	VENCIMENTO ANNUAL
1 Inspector geral	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000
5 Ajudantes a	5:000\$000	2:500\$000	7:500\$000
1 Secretario	5:000\$000	2:500\$000	7:500\$000
4 Medicos auxiliares, que deverão ser os actuaes inspectores sanitarios do navios.	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
1 Official	3:000\$000	1:500\$000	4:500\$000
2 Acanhamentos a	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
1 Interprete	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
1 Porteiro	1:500\$000	800\$000	2:300\$000
1 Contador	1:200\$000	600\$000	1:800\$000

Hospital marítimo Santa Isabel

PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	VENCIMENTO ANUAL
Director	5:000\$000	2:800\$000	8:400\$000
Almoxarife	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Pharmaceutico	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Escrivão	1:500\$000	800\$000	2:400\$000
Interprete	1:333\$333	666\$666	2:000\$000
Porteiro	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Agente de compras	1:600\$000	800\$000	2:400\$000

O medico ajudante do hospital marítimo de Santa Isabel perceberá 6:000\$000 annuaes.

Lazareto da Ilha Grande

PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	VENCIMENTO ANNUAL
1 Administrador	4:800\$000	4:800\$000
1 Almoxarife	3:600\$000	3:600\$000
1 Escripturnario	3:000\$000	3:000\$000
1 Porteiro	2:000\$000	2:000\$000

Os machinistas encarregados das estufas serão contractados para servirem enquanto for necessario, fazendo-se para esse fim consignação na verba para o material.

Inspectorias dos Estados do Pará, Pernambuco, Bahia,
S. Paulo e Rio Grande do Sul

PESSOAL	VENCIMENTO PARA UM	TOTAL DA REPARTIÇÃO	TOTAL PARA OS CINCO ESTADOS
1 Inspector medico	6:000\$000	6:000\$000	30:000\$000
1 Ajudante, idem	3:600\$000	3:600\$000	18:000\$000
1 Auxiliar, idem	3:000\$000	3:000\$000	15:000\$000
1 Secretario	2:400\$000	2:400\$000	12:000\$000
4 guardas	900\$000	3:600\$000	18:000\$000

**Inspectorias dos Estados do Maranhão, Ceará, Alagoas, Paraná
e Santa Catharina**

PESSOAL	VENCIMENTO PARA UM	TOTAL DA REPARTIÇÃO	TOTAL PARA OS CINCO ESTADOS
1 Inspector	4:200\$000	4:200\$000	21:000\$000
1 Secretario	1:800\$000	1:800\$000	9:000\$000
2 Guardas.	750\$000	1:500\$000	7:500\$000

**Inspectorias dos Estados do Amazonas, Piahy, Rio Grande do
Norte, Parahyba, Sergipa, Espirito Santo e Matto-Grosso**

PESSOAL	VENCIMENTO PARA UM	TOTAL DA REPARTIÇÃO	TOTAL PARA OS SETE ESTADOS
1 Inspector	3:000\$000	3:000\$000	21:000\$000
2 Guardas.	600\$000	1:200\$000	8:400\$000

Capital Federal, 18 de julho de 1894, 6^a da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.

DECRETO N. 199 — DE 30 DE JULHO DE 1894

Manda reverter ao serviço activo da Armada, no posto de almirante e sem prejuizo do respectivo quadro, o vice-almirante reformado Jeronymo Francisco Gonçalves.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.^o O Poder Executivo é autorizado a fazer reverter ao serviço activo da Armada, no posto de almirante e sem prejuizo

do respectivo quadro, o vice-almirante reformado Jeronymo Francisco Gonçalves, contando-se-lhe para todos os efeitos o tempo decorrido da data da sua reforma até a em que foi chamado a serviço pelo mesmo Poder Executivo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Contra-Almirante João Gonçalves Duarte, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de julho de 1894, 6.ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Gonçalves Duarte.



DECRETO N. 200 — DE 3 DE AGOSTO DE 1894

Manda erigir no Campo da Republica, nesta Capital, uma estatua ao Marecha Manoel Deodoro da Fonseca e no Cemiterio de S. Francisco Xavier um monumento em que se guardarão suas cinzas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Será erigida no Campo da Republica, nesta Capital, uma estatua ao Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, representando-o no momento em que proclamou a Republica.

Parapho unico. O Governo abrirá concurso publico, no paiz e no estrangeiro, para o projecto dessa estatua, podendo para esse fim despendir até a somma de 30:000\$000.

Art. 2.º Será levantado, no Cemiterio de S. Francisco Xavier, o monumento em que se guardarão suas cinzas, si a isto annuir sua familia.

Art. 3.º Fica o Poder Executivo autorisado a despendir a quantia necessaria para occorrer ás despesas ordenadas na presente lei.

Revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de agosto de 1894, 6.ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 201 — DE 4 DE AGOSTO DE 1894

Declara em estado de sítio, até 31 de agosto do corrente anno, o Districto Federal, a comarca de Nitheroy e os Estados de S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, com as limitações dos arts. 19 e 20 da Constituição.

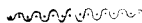
Ubalino do Amaral Fontoura, Vice-Presidente do Senado :

Faço saber aos que a presente virem, que o Congresso Nacional de retina e promulga a seguinte resolução:

Artigo unico. São declarados em estado de sítio, até 31 de agosto do corrente anno, o Districto Federal, a comarca de Nitheroy e os Estados de S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, com as limitações dos arts. 19 e 20 da Constituição.

Senado Federal, 4 de agosto de 1894, 6ª da Republica.

UBALDINO DO AMARAL FONTOURA.



DECRETO N. 202 — DE 6 DE AGOSTO DE 1894

Concede a Antonio da Silva Netto, chefe da 2ª secção da Directoria Geral de Estatistica, nove mezes de licença com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Ubalino do Amaral Fontoura, Vice-Presidente do Senado :

Faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º São concedidos a Antonio da Silva Netto, chefe da 2ª secção da Directoria Geral de Estatistica, nove mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 6 de agosto de 1894, 6ª da Republica.

UBALDINO DO AMARAL FONTOURA.



DECRETO N. 203 — DE 20 DE AGOSTO DE 1894

Approva o tratado de commercio e navegação celebrado em 10 de outubro de 1891 entre o Governo do Brazil e o da Republica do Perú.

O Marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' approvedo o tratado de commercio e navegação assignado em 10 de outubro de 1891 entre o Governo do Brazil e o da Republica do Perú.

Art. 2.º E' autorizado o Poder Executivo a crear e classificar a Alfandega mixta, a que se refere o dito tratado.

Paraphragho unico. O Governo proverá os logares da dita Alfandega com empregados addidos as diversas repartições do Ministerio da Fazenda.

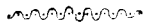
Para esta Alfandega o Governo estabelecerá uma tabella especial de vencimentos, attentas as condições especiaes da zona por ella servida.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de agosto de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 204 — DE 30 DE AGOSTO DE 1894

Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando até 7 de outubro do corrente anno a presente sessão legislativa.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

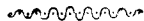
Faço saber que o Congresso Nacional, na conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu o seguinte:

Artigo unico. E' prorogada até 7 de outubro do corrente anno a presente sessão do Congresso Nacional.

Capital Federal, 30 de agosto de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento



DECRETO N. 205 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1894

Marca os vencimentos dos escrivães do Juizo Seccional.

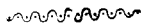
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Os escrivães do Juizo Seccional perceberão o vencimento annual de um conto e quinhentos mil réis; sendo um conto de ordenado e quinhentos mil réis de gratificação.

Capital Federal, 10 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 206 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1894

Autorisa o Governo a considerar como approvados os alumnos das Escolas Militar e Naval que tiverem frequentado com aproveitamento as aulas das ditas escolas até 6 de setembro de 1893 e a mandar admitir a exames de generalidades que os requererem e a exames finaes os que forem habilitados naquelles.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado:

1º, a considerar como approvados os alumnos das Escolas Militar e Naval que tiverem frequentado, com aproveitamento, as aulas das mesmas escolas, até 6 de setembro de 1893;

2º, a mandar admitir a exames de generalidades das disciplinas dos respectivos cursos os alumnos que o requererem; a exames finaes, nos termos dos regulamentos em vigor, aos que forem habilitados nos de generalidades;

3º, revogam-se as disposições em contrario.

O General de Divisão Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, encarregado do expediente do Ministerio da Guerra, e o Contra-Almirante João Gonçalves Duarte, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenham entendido e façam executar.

Capital Federal, 26 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.

João Gonçalves Duarte.



DECRETO N. 207 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1894

Approva o credito extraordinario de 5:720\$ aberto sob a responsabilidade da Presidencia da Republica para pagamento dos vencimentos dos escrivães e officiaes de justiça do extinto Juizo dos Feitos da Fazenda que passaram a servir perante o Juizo Seccional, no exercicio de 1893, e autorisa o Governo a abrir no presente exercicio o credito de 6:020\$ para identico fim.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sancciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' approvedo o credito extraordinario de cinco contos setecentos e vinte mil réis (5:720\$000) aberto sob a minha responsabilidade pelo decreto n. 1557 de 7 de outubro de 1893, para pagamento dos vencimentos dos escrivães e officiaes de justiça do extinto Juizo dos Feitos da Fazenda, que passaram a servir perante o Juizo Seccional, no exercicio de 1893.

Art. 2.º Fica o Governo autorizado a abrir no presente exercicio o credito extraordinario de seis contos e vinte mil réis (6:020\$000) para identico fim do art. 1.º.

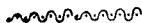
Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

• O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de setembro de 1894, 6.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 207 A — DE 26 DE SETEMBRO DE 1894

Autorisa o Governo a conceder a José Gonçalves de Oliveira, mestre das officinas de caldeireiros de ferro do Arsenal de Marinha da Capital Federal, um anno de licença com ordenado, para tratar de sua saude.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :
Faço saber que o Congresso Nacional resolveu e eu sancciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' autorizado o Poder Executivo a conceder a José Gonçalves de Oliveira, mestre das officinas de caldeireiros de

ferro do Arsenal de Marinha da Capital Federal um anno de licença com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

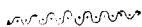
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Contra-Almirante João Gonçalves Duarte, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de setembro de 1894, 6.ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Gonçalves Duarte.



DECRETO N. 207 B — DE 26 DE SETEMBRO DE 1894

Crea uma Escola de aprendizes marinhoeiros no Estado das Alagôas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da attribuição conferida pelo decreto legislativo n. 87, de 20 de setembro de 1892, no art. 2.º § 1.º:

Resolve crear no Estado das Alagôas uma Escola de aprendizes marinhoeiros, com a lotação de cento e cincuenta menores, sendo o respectivo serviço regulado pelas disposições do decreto n. 9371, de 14 de fevereiro de 1885.

O Contra-Almirante João Gonçalves Duarte, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de setembro de 1894, 6.ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Gonçalves Duarte.



DECRETO N. 208 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1894

Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando até 6 de novembro do corrente anno a actual sessão legislativa.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

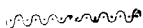
Faço saber que o Congresso Nacional, na conformidade do disposto no § 1.º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu o seguinte:

Artigo unico. É prorogada a actual sessão do Congresso Nacional até 6 de novembro do corrente anno.

Capital Federal, 3 de outubro de 1894, 6.ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 209 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1894

Manda rever a reforma concedida ao general de brigada Frederico Christiano Buys.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º O Governo reverá a reforma concedida ao general de brigada Frederico Christiano Buys pelo decreto de 17 de março de 1891, para declaral-a no posto de general de divisão com todos os seus effeitos.

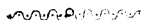
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O General de Divisão Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, encarregado do expediente do Ministerio da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 3 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.



DECRETO N. 210 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1894

Considera em disponibilidade o juiz de direito Augusto Carlos de Amorim Garcia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

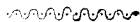
Art. 1.º E' considerado em disponibilidade, para o effeito de receber o ordenado, garantido pelo art. 6º das disposições transitorias da Constituição, o juiz de direito Augusto Carlos de Amorim Garcia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



continua aqui>

DECRETO N. 211 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1894

Proroga por um anno os prazos estatuidos para construção da Estrada de Ferro de Alcobaca á Praia da Rainha, a que se refere o decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' prorogado por um anno o prazo concedido á Companhia de Vição Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya, para dar começo ás obras de construção da estrada de ferro destinada a vencer o trecho encachoeirado do baixo Tocantins.

Art. 2.º São igualmente prorogados pelo mesmo tempo os demais prazos do contracto.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 19 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.



DECRETO N. 212 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1894

Proroga por dous annos o prazo concedido para a construção da estrada de ferro da estação do Ribeirão á villa do Bonito, no Estado de Pernambuco, a que se refere o decreto n. 471, de 7 de junho de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica prorogado por dous annos o prazo concedido á Companhia da Via-Ferrea de Ribeirão ao Bonito, em Pernambuco, para conclusão de suas obras.

Art. 2.º Serão igualmente prorogados pelo mesmo tempo os demais prazos do contracto.

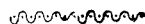
Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 23 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.



DECRETO N. 213 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1894

Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando até 30 de novembro do corrente anno a actual sessão legislativa.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional, na conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu o seguinte :

Artigo unico. E' prorogada a actual sessão legislativa do Congresso Nacional até 30 de novembro do corrente anno.

Capital Federal, 26 de outubro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 214 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1894

Approva os decretos ns. 1594 A, 1594 B e 1594 C, de 4, 6 e 7 de novembro do anno findo, 1682 de 28 de fevereiro, 1687 e 1688 de 17 de março do corrente anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Ficam approvados, e como taes considerados como leis do paiz, com todos os effeitos, desde sua decretação, os decretos ns. 1594 A, 1594 B e 1594 C, de 4, 6 e 7 de novembro do anno findo, 1682 de 28 de fevereiro, 1687 e 1688 de 17 de março do corrente anno.

Capital Federal, 26 de outubro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.

Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costalka.



DECRETO N. 215 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1894

Concede á Companhia Industrial e de Construções Hydraulicas prorrogação de prazo até ao mez de maio de 1895 para serem iniciadas as obras do porto de Jaraguá, no Estado das Alagoas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

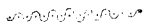
Art. 1.º Fica concedida á Companhia Industrial e de Construções Hydraulicas prorrogação de prazo até ao mez de maio de 1895, para serem iniciadas as obras do porto de Jaraguá, no Estado das Alagoas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de outubro de 1894, 6.ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.



DECRETO N. 216 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1894

Faz extensivas a todos os officiaes do Exército reformados de accordo com o decreto n. 193 A de 30 de janeiro de 1890, voluntaria ou compulsoriamente, antes da sua promulgação, as disposições do decreto legislativo n. 18 de 17 de outubro de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º As disposições do decreto legislativo n. 18 de 17 de outubro de 1891 ficam extensivas a todos os officiaes do Exército reformados de accordo com o decreto n. 193 A de 30 de janeiro de 1890, voluntaria ou compulsoriamente, antes da sua promulgação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O General de Divisão Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro de Estado da Industria, Vição e Obras Publicas e encarregado do expediente do Ministerio dos Negocios da Guerra, assim o faça executar.

Capital Federal, 31 de outubro de 1894, 6.ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.



DECRETO N. 217 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1894

Autorisa o Poder Executivo a abrir no corrente exercício, ás respectivas verbas do orçamento do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito necessario para o pagamento dos serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante o tempo das prorrogações da actual sessão legislativa.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorisado a abrir no corrente exercício, ás verbas ns. 5 e 7 do art. 2.^o da lei n. 194 B de 30 de setembro de 1893 e pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito necessario para o pagamento dos serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante o tempo das prorrogações da actual sessão legislativa; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de novembro de 1894, 6.^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 218 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1894

Autorisa o Poder Executivo a abrir no corrente exercício, ás respectivas verbas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito necessario para occorrer ao pagamento do subsidio dos deputados e senadores, durante as prorrogações da actual sessão legislativa.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

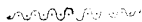
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorisado a abrir, no corrente exercício, ás verbas ns. 4 e 6 do art. 2.^o da lei n. 191 B de 30 de setembro de 1893 e pelo orçamento do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito necessario para occorrer ao pagamento do subsidio dos deputados e senadores, durante as prorrogações da actual sessão legislativa; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de novembro de 1894, 6.^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 219 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1894

Releva a D. Maria dos Santos Lucas a prescrição em que incorreu para perceber o meio soldo a que tem direito de 1853 a 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica relevada a prescrição em que incorreu D. Maria dos Santos Lucas para perceber o meio soldo a que tem direito de 1853 a 1892; revogadas as disposições em contrario.

O General de Divisão Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas e encarregado do expediente do Ministerio da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 10 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.



DECRETO N. 220 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1894

Estende as disposições do decreto n. 206 de 26 de setembro do corrente anno aos alumnos de todas as Escolas Militares que estiverem nas condições citadas pelo mesmo decreto.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º As disposições do decreto n. 206 de 26 de setembro de 1894 se estendem aos alumnos de todas as Escolas Militares que estiverem nas condições citadas pelo mesmo decreto.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O General de Divisão Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas e encarregado do expediente do Ministerio da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 14 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.



LEI N. 221 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1894

Completa a organização da Justiça Federal da Republica.

Manoel Victorino Pereira, Presidente do Senado :

Faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890 continuará a reger a organização e processo da justiça federal em tudo que não for alterado pela presente lei.

TITULO I

DOS FUNCIONARIOS

Art. 2.º Além dos tribunaes, juizes e mais funcionarios creados pelos decretos ns. 848, de 1890, e n. 173 B, de 1893, são creados para a justiça federal :

- a) supplentes do substituto do juiz seccional ;
- b) ajudantes do procurador da Republica.

Art. 3.º Na sêde do juiz seccional terá o seu substituto tres supplentes, e poderão ser creados outros tantos nas circumscripções em que convier.

§ 1.º Fóra da sêde, os logares de supplente do substituto serão creados por decreto do Governo Federal, em vista da representação do respectivo juiz seccional que demonstre a necessidade da creação e designe os limites das circumscripções, podendo cada uma destas comprehender mais de dous termos ou comarcas.

§ 2.º Os supplentes do substituto serão nomeados pelo Governo Federal sob proposta do juiz seccional dentre os bons cidadãos que estiverem no gozo dos direitos politicos, com preferencia os graduados em direito, para servirem durante quatro annos.

§ 3.º A portaria de nomeação designará a ordem em que os supplentes devem exercer a substituição.

§ 4.º No exercicio de substituição plena o supplente perceberá os vencimentos que deixar de perceber o substituido. Pelos actos que praticar fóra do exercicio da substituição plena, perceberá os emolumentos taxaes no Regimento de Custas para os juizes de 1.ª instancia, segundo a natureza dos autos.

§ 5.º Antes de findo o quadriennio, os supplentes só perderão o logar por sentença, demissão a pedido, ausencia por mais de seis mezes sem licença, ou incompatibilidade declarada por lei.

Art. 4.º O procurador da Republica, em cada uma das circumscripções em que forem creados os logares de supplentes do substituto do juiz seccional, terá um ajudante que perceberá pelos actos que praticar os emolumentos e porcentagens estabelecidos para o procurador da Republica, pelo decreto n. 173 B de 1893.

Paragrapho unico. Os ajudantes do procurador da Republica, como os adjuntos no Districto Federal, serão nomeados pelo Presidente da Republica, por intermedio do Ministerio da Justiça, dentre doutores e bachareis em direito, sempre que for possível, aquelles mediante proposta do procurador geral da Republica ou, em sua falta, do presidente do Supremo Tribunal Federal.

A' proposta de ajudante deverá preceder indicação do procurador da Republica da respectiva secção.

Art. 5.º Nas circumscripções em que for creado o logar de ajudante, poderá ser creado um logar de solicitador, que será provido e terá os emolumentos e porcentagens, como dispõe o decreto n. 173 B de 1893.

Art. 6.º Junto do procurador da Republica no Districto Federal haverá um escrevente que será nomeado por portaria do mesmo procurador, e terá o vencimento mensal de 100\$000.

Art. 7.º A preferencia dada aos antigos juizes para o preenchimento das vagas de juiz seccional subsistirá enquanto houver magistrados em disponibilidade, por não haverem sido aproveitados na organização judiciaria dos Estados e do Districto Federal.

A antiguidade entre os juizes seccionaes se regulará : 1.º, pelo tempo de exercicio nesse cargo ; 2.º, pela data da posse ; 3.º, pela data da nomeação ; 4.º, por antiguidade contada em outra judicatura ; 5.º, pela idade.

Paragrapho unico. Para a nomeação dos juizes seccionaes é mister, no minimo, o tirocinio de dous annos de advocacia, judicatura ou ministerio publico.

Art. 8.º No impedimento do procurador da Republica nos Estados ou no caso de licença ou de vaga, antes de tomar posse o novo procurador nomeado effectivamente ou nos termos do art. 26 do decreto n. 848 de 1890, o juiz seccional respectivo nomeará quem o substitua interinamente ou *ad hoc*, conforme a hypothese, dentre cidadãos habilitados em direito.

Art. 9.º Desde que forem empossados os supplentes do substituto em qualquer circumscripção, cessará ali a competencia provisoriamente dada ás justiças locais para os actos de que trata o art. 2º do decreto n. 1420 A de 21 de fevereiro de 1891, pertencentes á Justiça Federal.

Art. 10.º A prorrogação da jurisdicção local em relação ás causas federaes só tem logar nos litigios sobre que é licita a transacção das partes, e sendo estas habéis para transigir.

Art. 11.º A lista dos jurados de cada uma das capitães servirá de base para a composição do jury federal, devendo ser remetida uma cópia authentica ao juiz seccional pelo presidente do jury local.

Poderá, porém, o procurador da Republica ou qualquer cidadão residente no logar, reclamar perante o juiz seccional contra a indevida inclusão ou exclusão dentro de 15 dias, contados do edital, que o mesmo juiz mandará affixar, ao receber a lista.

Do despacho do juiz que attender ou não a reclamação, haverá recurso no effeito devolutivo para o Supremo Tribunal Federal, que delle tomará conhecimento na forma determinada no seu regimento para os aggraves.

Paragrapho unico. Logo que for publicada esta lei, será remettida ao juiz seccional uma copia authentica da lista dos jurados apurados nas capitães dos Estados e Districto Federal, e annualmente uma outra das alterações occorridas em virtude da revisão; devendo estas cópias ser archivadas no cartorio do mesmo juizo, com todos os documentos relativos ás reclamações, decisões e recursos a que se refere este artigo.

Em livro proprio, aberto, rubricado, numerado e encerrado pelo juiz, o escrivão transcreverá a relação dos jurados com as alterações resultantes dos despachos e sentenças que forem proferidos sobre as reclamações.

TITULO II

CAPITULO I

DA COMPETENCIA DOS JUIZES SECCIONAES, SUBSTITUTOS E SUPPLENTES

Art. 12. Além das causas mencionadas no art. 15, do decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, e no art. 60 da Constituição, compete mais aos juizes seccionaes processar e julgar em primeira instancia as que versarem sobre marcas de fabrica, privilegios de invenção e propriedade litteraria.

A competencia destes juizes será regulada do modo seguinte :

§ 1.º Em materia criminal, salvo processos por crime de responsabilidade dos procuradores seccionaes, adjuntos, ajudantes, solicitadores e escrivães, não proferem sentença condemnatoria ou absolutoria sinão de conformidade com as decisões do jury a que presidirem.

§ 2.º Em materia civil julgam as causas de natureza federal, entre as quaes se comprehendem as que corriam pelo extincto juizo dos feitos da Fazenda Nacional, assim contenciosas, como administrativas, as que dellas forem dependentes ou constituirem medidas preventivas e assecutorias dos direitos da mesma fazenda.

§ 3.º Excedem sempre a alçada destes juizes as questões de direito criminal, as de direito internacional publico ou privado, as que se fundarem em convenções ou tratados da União com outras nações, as que derivarem de actos administrativos do Governo Federal, e todas em que for parte a União ou o Estado.

§ 4.º As rogatorias emanadas de autoridades estrangeiras serão cumpridas sómente depois que obtiverem o *exequatur* do Governo Federal, sendo exclusivamente competente o juiz seccional do Estado, onde tiverem de ser executadas as diligencias deprecadas. As cartas de sentença, porém, de tribunaes estrangeiros, não serão exequíveis sem prévia homologação do Supremo Tribunal Federal com audiencia das partes e do procurador geral da Republica, salvo si outra cousa estiver estipulada em tratado.

No processo de homologação observar-se-ha o seguinte :

a) distribuida a sentença estrangeira, o relator mandará citar o executado, para em oito dias, contados da citação, deduzir por embargos a sua opposição, podendo o exequente em igual prazo contestal-os ;

b) pôde servir de fundamento para opposição :

1º, qualquer duvida sobre a authenticidade do documento ou sobre a intelligencia da sentença ;

2º, não ter a sentença passado em julgado ;

3º, ser a sentença proferida por juiz ou tribunal incompetente ;

4º, não terem sido devidamente citadas as partes ou não se ter legalmente verificado a sua revelia, quando deixarem de comparecer ;

5º, conter a sentença disposição contraria à ordem publica ou ao direito publico interno da União.

Em caso algum éadmissivel produção de provas sobre o fundo da questão julgada.

c) em seguida á contestação, ou findo o prazo para ella destinado, terá vista o procurador geral da Republica, e com o parecer deste irá o processo ao relator e successivamente aos dous revisores, na forma estabelecida para as *appellações* no Regimento interno do Tribunal ;

d) confirmada a sentença extrahir-se-ha a competente carta, a que se addicionará a sentença homologada, para ser executada no juizo seccional, a que pertencer ;

e) si a execução da sentença estrangeira for requisitada por via diplomatica, sem que compareça o exequente, o tribunal nomeará *ex-officio* um curador, que represente a este e promova em seu nome todos os termos do processo ;

Igual procedimento guardar-se-ha em relação ao executado, si não comparecer, ausente, menor ou interdito.

§ 5.º Si alguma das causas a que se refere este artigo for agitada entre a União e os Estados ou entre estes, uns com os outros, ou entre nação estrangeira e a União ou os Estados, deve ser respeitada a competencia privativa, estabelecida pelo art. 59 da Constituição Federal.

§ 6.º Nos crimes de responsabilidade, de que ao Senado da Republica compete conhecer, tenham ou não character politico, o processo da competencia do juiz seccional e o julgamento da competencia do jury federal para imposição de outra pena, que não seja a perda do cargo e a incapacidade de exercer qualquer

outro, não serão iniciados antes da condemnação do criminoso a uma destas penas, nos termos do art. 53 da Constituição Federal.

§ 7.º Nos casos em que ao Supremo Tribunal Federal pertence conhecer originaria e privativamente de crime common ou de responsabilidade, são também de sua exclusiva competência o processo e julgamento dos crimes politicos que tenham commettido as mesmas pessoas durante o exercicio de suas funções publicas, salvo as attribuições conferidas á Camara dos Deputados e ao Senado da Republica.

§ 8.º O crime common ou de responsabilidade connexo com o crime politico sera processado e julgado pelas autoridades judiciarias competentes para conhecer do crime politico, sem prejuizo das attribuições de outro poder constituído para previamente julgar da capacidade politica do responsavel para exercer o mesmo ou qualquer outro cargo publico.

Art. 13. Os juizes e tribunaes federaes processarão e julgarão as causas que se fundarem na lesão de direitos individuaes por actos ou decisão das autoridades administrativas da União.

§ 1.º As acções desta natureza somente poderão ser propostas pelas pessoas offendidas em seus direitos ou por seus representantes ou successores.

§ 2.º A autoridade administrativa, de quem emanou a medida impugnada, será representada no processo pelo ministerio publico.

Poderão tomar parte no pleito os terceiros que tiverem um interesse juridico na decisão da causa.

§ 3.º A petição inicial conterá, além dos nomes das partes, a exposição circumstanciada dos factos e as indicações das normas legais ou principios juridicos, de onde o autor conclua que um seu direito subjectivo foi violado por acto, medida ou decisão da autoridade administrativa.

§ 4.º A petição inicial indicará também as testemunhas e as demais provas em que o autor se baseia e deverá ser desde logo instruida com a prova documental, salvo demora imputavel ás partes interessadas.

§ 5.º A acção poderá ser desprezada *in limine* si for manifestamente infundada, si não estiver devidamente instruida, si a parte for illegitima, ou si houver decorrido um anno da data da intimação ou publicação da medida que for objecto do pleito.

Desta decisão caberá o recurso de agravo.

§ 6.º Admittida a acção, serão citados o competente representante do ministerio publico e mais partes interessadas, assignando-se-lhes o prazo de dez dias para contestação.

Este prazo poderá ser prorogado até ao dobro, a requerimento de qualquer dos interessados.

§ 7.º A requerimento do autor, a autoridade administrativa que expediu o acto ou medida em questão suspenderá a sua execução, si a isso não se oppuzerem razões de ordem publica.

§ 8.º Fim'o o prazo, de que trata o § 6.º, observar-se-ha o processo descripto nos arts. 183 a 188 do decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890.

§ 9.º Verificando a autoridade judiciaria que o acto ou resolução em questão é illegal, o annullará no todo ou em parte, para o fim de assegurar o direito do autor.

a) Consideram-se illegaes os actos ou decisões administrativas em razão da não applicação ou indevida applicação do direito vigente. A autoridade judiciaria fundar-se-ha em razões juridicas, abstando-se de apreciar o merecimento de actos administrativos, sob o ponto de vista de sua conveniencia ou oportunidade;

b) A medida administrativa tomada em virtude de uma faculdade ou poder discricionario somente será havida por illegal em razão da incompetencia da autoridade respectiva ou do excesso de poder.

§ 10. Os juizes e tribunaes apreciarão a validade das leis e regulamentos e deixarão de applicar aos casos occorrentes as leis manifestamente inconstitucionaes e os regulamentos manifestamente incompatíveis com as leis ou com a Constituição.

§ 11. As sentenças judiciais passarão em julgado e obrigarão as partes e a administração em relação ao caso concreto que fez objecto da discussão.

§ 12. A violação do julgado por parte da autoridade administrativa induz em responsabilidade civil e criminal.

§ 13. Decahindo o autor da acção e verificando-se ter sido esta maliciosamente intentada, poderá ser condemnado nas custas em dobro ou tresdobro a arbitrio da autoridade judiciaria.

§ 14. A Fazenda Nacional terá direito regressivo contra o funcionario publico para haver as custas que pagar.

§ 15. Nas causas de que trata a presente lei, bem como em todas aquellas em que forem decididas questões constitucionaes, não haverá alçada.

§ 16. As disposições da presente lei não alteram o direito vigente quanto :

- a) ao *habeas-corpus* ;
- b) ás acções possessorias ;
- c) ás causas fiscaes.

Art. 14. E' mantida a jurisdicção da autoridade administrativa (decreto n. 657 de 5 de dezembro de 1849) para ordenar a prisão de todo e qualquer responsavel pelos dinheiros e valores pertencentes á Fazenda Federal ou que, por qualquer titulo, se acharem sob a guarda da mesma—nos casos de alcance ou de remissão ou omissão em fazer as entradas nos devidos prazos, não sendo admissivel a concessão de *habeas-corpus* por autoridade judiciaria, salvo si a petição do impetrante vier instruida com documento de quitação ou deposito do alcance verificado.

São competentes para ordenar a prisão de que trata este artigo, no Districto Federal—o ministro e secretario dos negocios da fazenda, e nos Estados—os inspectores das Alfandegas e os chefes ou directores das delegacias fiscaes, relativamente aos individuos que funcionarem ou se acharem no referido Estado.

Art. 15. Além da competencia para conhecer das reclamações sobre inclusão na lista dos jurados federaes, ou exclusão della

em conformidade desta lei, e para a formação da culpa e actos preparatorios do julgamento dos crimes sujeitos á jurisdicção do jury federal, tem o juiz seccional em relação a este tribunal as attribuições expressas no decreto n. 848 de 1890 e as seguintes:

I. Convocal-o, ao menos duas vezes no anno, havendo processos preparados e procedendo previamente ao sorteio dos 48 jurados que devem servir em cada sessão judiciaria, de accordo com a legislação geral em vigor;

II. Conhecer das excusas dos jurados e das testemunhas, e impor-lhes a multa ou pena em que incorrerem, conforme as leis vigentes;

III. Presidir o jury e manter a ordem e policia das sessões;

IV. Proceder ao sorteio dos 12 juizes de facto para cada julgamento, interrogar os accusados, regular a marcha do processo, debate e a inquirição das testemunhas;

V. Decidir as questões incidentes que forem de direito e de que dependerem as deliberações finais do jury;

VI. Submetter aos juizes de facto todas as questões occorrentes que forem de sua competencia;

VII. Formular os quesitos a que devem responder os jurados;

VIII. Proferir a sentença de conformidade com a lei e as decisões dos juizes de facto; devendo, si for absolutoria, pôr immediatamente em liberdade o réo preso, e si for condemnatoria, proporcionar a pena ao crime, conforme as regras estabelecidas no Código Penal;

IX. Mandar tomar por termo as appellações interpostas para o Supremo Tribunal Federal.

Art. 16. Fica pertencendo ao juiz seccional do Districto Federal a competencia conferida pelo art. 5º, § 3º da lei n. 3129 de 14 de outubro de 1882, ao Juizo Commercial do mesmo districto para o processo e julgamento das nullidades de patente de invenção, ou certidão de melhoramento, passadas pelo Governo Federal.

Art. 17. Os juizes seccionaes são competentes para a execução de todas as sentenças e ordens do Supremo Tribunal Federal que não tiverem sido attribuidas privativamente a outros juizes, mas nas das sentenças proferidas em grão de recurso extraordinario das decisões dos juizes e tribunaes dos Estados ou do Districto Federal, nos casos expressos nos arts. 59, § 1º e 61 da Constituição somente intervirão, si o juiz ou tribunal recorrido recusar cumprir a sentença superior.

Art. 18. Aos substitutos dos juizes seccionaes, além das attribuições expressas no decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, compete auxilial-os nos actos preparatorios dos processos crimes, civis e fiscaes de sua jurisdicção, não podendo, porém, proferir sentença definitiva, ou interlocutoria com a força de definitiva, nem o despacho de pronuncia ou não pronuncia, salvo o caso de substituição plena em um ou mais feitos.

Art. 19. Os supplentes na sede do juizo seccional só funcionarão na falta ou impedimento do juiz substituto.

Nas outras circumscripções, os supplentes, além de procederem ás diligencias que lhes forem commettidas pelo juiz seccional ou seu substituto, devem nos casos urgentes, não estando presente nenhum destes, tomar e autorisar as medidas assecutorias de direitos ou preventivas de damno ou perigo imminente, como inventario e arrecadação de salvados, ratificação de protesto de arribada, de processos testemunháveis de sinistros, avarias e quaesquer perdas, embargos ou arrestos, justificações e outras; bem assim proceder ás diligencias criminaes a bem da justiça federal, participando-o immediatamente ao juiz seccional.

CAPITULO II

DO JURY FEDERAL.

Art. 20. Compete ao Jury Federal o julgamento :

I. Dos crimes definidos pelo Código Penal, no Livro 2º—Tit. I e seus capitulos, o Tit. II, Capitulo I;

II. De sedição contra funcionario federal ou contra a execução de actos e ordens emanadas de legitima autoridade federal, conforme a definição do art. 118 do Cod. Penal;

III. De resistencia, desacato e desobediencia á autoridade federal e tirada de presos do poder da justiça federal, segundo as definições dos capitulos 3º a 5º do Tit. II do citado Livro do Cod. Penal;

IV. Dos crimes de responsabilidade dos funcionarios federaes que não tiverem foro privilegiado (Tit. V do citado Livro);

V. Dos crimes contra a fazenda e propriedade nacional, comprehendidos no capitulo unico do Tit. VII e no capitulo 1º do Tit. XII do mesmo Livro;

VI. Dos crimes de moeda falsa definidos no Capitulo 1º do Tit. VI do mesmo Livro;

VII. De falsificação de actos das autoridades federaes, de titulos da divida nacional, de papeis de credito e valores da nação ou de banco autorisado pelo Governo Federal;

VIII. Intercepção ou subtracção de correspondencia postal ou telegraphica do Governo Federal (Capitulo IV do Tit. IV do mesmo Livro);

IX. Dos crimes contra o livre exercicio dos direitos politicos nas eleições federaes ou por occasião de actos a ellas relativos (Capitulo 1º do Tit. IV do mesmo Livro);

X. De falsidade de depoimento ou de outro genero de prova em juizo federal (Secção IV do Cap. II do Tit. VI do mesmo Livro);

XI. De contrabando definido no art. 265 do Código Penal;

XII. Os crimes definidos no titulo terceiro primeira parte da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892.

Art. 21. O Jury Federal, quando convocado, celebrará em dias successivos, com excepção dos domingos, as sessões necessarias para julgar os processos preparados.

CAPITULO III

DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Art. 22. Ao Supremo Tribunal Federal, além das attribuições expressas na Constituição e no decreto n. 848 de 1890, compete :

- a) Processar e julgar originaria e privativamente :
 - I. Os membros do tribunal nos crimes communs ;
 - II. Os juizes federaes inferiores nos crimes de responsabilidade inclusive os substitutos e supplentes ;
 - III. As reclamações de antiguidade dos juizes federaes.
- b) Julgar em ultima instancia :
 - I. Os recursos de qualificação dos jurados federaes, interpostos dos despachos dos juizes seccionaes sobre reclamações de inclusão ou exclusão ;
 - II. Os recursos e appellações dos despachos e sentenças do juiz seccional nos processos de responsabilidade dos procuradores da Republica, dos ajudantes e solicitadores.

c) Exercer as seguintes attribuições :

I. Proceder à revisão annual da lista de antiguidade dos juizes federaes ;

II. Censurar ou advertir nas sentenças os juizes inferiores, e multal-os ou condemnal-os nas custas, segundo as disposições vigentes ;

III. Advertir os advogados e solicitadores, multal-os nas taxas legais, e suspendel-os do exercicio de suas funcções, por espaço nunca maior de trinta dias ;

IV. Proceder na forma do art. 157 do Codice do Processo Criminal, quando em autos ou papeis de que houver de conhecer descobrir crime de responsabilidade ou commum, em que tenha logar a acção publica federal, devendo nos casos de sua competencia ordenar que se dê communicação ao procurador geral da Republica para promover o respectivo processo ;

V. Mandar proceder *ex-officio*, ou a requerimento do procurador geral da Republica, a exame de sanidade dos juizes federaes que por enfermidade se mostrarem inhabilitados para o serviço da judicatura e propor ao Presidente da Republica que sejam aposentados os que excederem da idade de 75 annos, nos termos do decreto n. 3309 de 9 de outubro de 1886.

A incapacidade do juiz ou o limite da idade serão em todo o caso julgados por sentença do tribunal com citação do interessado e audiencia do procurador geral da Republica.

Art. 23. O Supremo Tribunal Federal, no exercicio da attribuição que lhe é conferida pelo art. 47 do decreto n. 848, é competente para conceder originariamente a ordem de *habeas-corpus* quando o constrangimento ou a ameaça deste proceder de autoridade, cujos actos estejam sujeitos à jurisdicção do tribunal, ou for exercido contra juiz ou funcionario federal, ou quando tra-

tar-se de crimes sujeitos á jurisdicção federal, ou ainda no caso de imminente perigo de consummar-se a violencia, antes de outro tribunal ou juiz poder tomar conhecimento da especie em primeira instancia.

Aos juizes seccionaes, dentro da sua jurisdicção, compete igualmente conhecer da petição de *habeas corpus* ainda que a prisão ou ameaça desta seja feita por autoridade estadual, desde que se trate de crimes da jurisdicção federal, ou o acto se dê contra funcionarios da União.

Paragrapho unico. O recurso permittido pelo art. 49 do citado decreto n. 848 pôde ser interposto directamente para o Supremo Tribunal Federal, da decisão do juiz de primeira instancia que houver denegado a ordem de *habeas corpus*, independente de decisões de juiz ou tribunaes de segunda instancia.

a) O mesmo recurso tambem cabe, quando o juiz ou tribunal se declarar incompetente, ou por qualquer motivo se abster de conhecer da petição.

b) O recorrente deve instruir o recurso no prazo do art. 49 citado, devendo ser o mesmo respondido em 48 horas pelo juiz ou tribunal *a quo*, que o fará expedir sem demora para o Supremo Tribunal Federal.

c) Concedida a ordem de *habeas corpus* ao recorrente, que se achar solto ou ausente, só será dispensado o comparecimento pessoal do mesmo, provado impedimento ou justa causa da ausencia.

d) No julgamento do recurso facultado pelo art. 49, supradito, o Supremo Tribunal Federal tambem poderá, desde logo, resolver definitivamente sobre a materia do mesmo, si, em vista dos autos, forem dispensaveis novos esclarecimentos e o comparecimento ulterior do recorrente.

e) Si a justiça local negar os recursos de sua decisão sobre o *habeas corpus* ou de qualquer modo obstar ao seu seguimento, tem applicação as disposições dos §§ 1.º a 4.º do art. 58 desta lei.

Art. 24. O Supremo Tribunal Federal julgará os recursos extraordinarios das sentenças dos tribunaes dos Estados ou do Districto Federal nos casos expressos nos arts. 59 § 1.º e 61 da Constituição e no art. 9.º paragrapho unico, lettra (c) do decreto n. 848 de 1890, pelo modo estabelecido nos arts. 99 a 102 do seu regimento interno, mas em todo caso a sentença do tribunal, quer confirme, quer reforme a decisão recorrida, será restricta á questão federal controvertida no recurso sem estender-se a qualquer outra, por ventura, comprehendida no julgado.

A simples interpretação ou applicação do direito civil, commercial ou penal, embora obrigue em toda a Republica como leis geraes do Congresso Nacional, não basta para legitimar a interposição do recurso, que é limitado aos casos taxativamente determinados no art. 9.º paragrapho unico, lettra (c) do citado decreto n. 848.

Art. 25. Na falta e nos impedimentos do presidente e vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, servirá o mais idoso

dos ministros (exceptuando o que exercer na occasião o logar de procurador geral da Republica).

Art. 26. O compromisso formal no acto da posse (Constituição, art. 82) terá logar perante o tribunal reunido com qualquer numero de ministros, si se tratar de presidente ou vice-presidente d'elle, e perante quem na occasião presidir o tribunal, si se tratar de quaesquer outros de seus membros.

Art. 27. No exercicio da attribuição que ao Supremo Tribunal Federal compete (Constituição, art. 48, n. 11) de apresentar proposta para a nomeação de magistrados federaes, serão observadas as seguintes disposições:

§ 1.º Communicada officialmente a vaga de algum dos logares de juiz de secção, o presidente do tribunal fará communicar pelo *Diario Official* e pelos jornaes de maior circulação desta Capital, e, por despachos telegraphicos, aos governadores e presidentes dos Estados, que se acha marcado o prazo de 30 dias para serem apresentadas na secretaria as petições dos candidatos, devidamente instruidas com documentos que comprovem os seus serviços e habilitações e nomeadamente as condições de idoneidade exigidas no art. 14 do decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890.

§ 2.º Terminado esse prazo, o presidente lerá em mesa as petições e os documentos que as instruem, juntará as informações que houver collido e consultará o tribunal si deve passar a colher os votos ou si a votação deve ser adiada para a sessão seguinte.

§ 3.º A proposta ao Poder Executivo não poderá conter mais de tres nomes para cada uma das vagas, sendo os propostos classificados em 1.º, 2.º e 3.º logar.

Si houver duas vagas, a proposta comprehenderá quatro nomes, e a mesma proporção se guardará havendo mais de dous.

§ 4.º Dentre os candidatos em igualdade de condições, pela votação obtida, será preferido na classificação:

1.º, o que for ou houver sido, ao tempo da publicação do decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, art. 14, magistrado em effectivo exercicio por mais de dous annos;

2.º, o mais antigo no serviço da magistratura;

3.º, o cidadão habilitado em direito que, com pratica de advocacia em dous annos, pelo menos, melhores serviços houver prestado ao Estado e melhores habilitações comprovar com documentos juntos á sua petição.

§ 5.º Si no primeiro escrutinio para cada logar na lista nenhum candidato obtiver maioria de votos, proceder-se-ha a segundo e ainda a terceiro escrutinio entre os tres mais votados.

§ 6.º Não sendo approvado nenhum dos candidatos que tenham requerido, o presidente submeterá na seguinte sessão á consideração do tribunal uma lista contendo os nomes que indicar ou forem indicados por iniciativa de qualquer dos ministros, de accordo com o disposto no paragrapho antecedente.

§ 7.º A proposta ao Poder Executivo será acompanhada das cópias dos documentos que abonem a idoneidade dos pretendentes contemplados na mesma proposta.

CAPITULO IV

DO MINISTERIO PUBLICO

Secção primeira

Do procurador da Republica, seus adjuntos, ajudantes e solicitadores

Art. 28. O procurador da Republica auxiliado pelos adjuntos, ajudantes e solicitadores, em sua respectiva secção, representa os interesses e direitos da União, quer no juizo seccional e no jury federal, em todas as causas da sua privativa competencia, quer perante as justicas locais, no que interessar a Fazenda Nacional e a guarda e conservação daquelles direitos e interesses.

Art. 29. Nas attribuições enumeradas no art. 24 do decreto n. 848 de 1890 incluem-se as seguintes perante o juizo seccional:

1.º Allegar e defender os direitos da Fazenda Nacional em todas as causas civeis, ordinarias ou summarias, em que for ella A. ou R. ou por qualquer maneira interessada.

2.º Promover:

a) os processos executivos para cobrança da divida activa, proveniente de impostos, taxas, multas e outras fontes de receita federal;

b) os de desapropriação por necessidade ou utilidade nacional;

c) os de incorporação de bens nos proprios nacionaes;

d) os de arrematação dos objectos depositados nos cofres nacionaes, quando não sejam levantados dentro do prazo de cinco annos, e a isso não se opponham as partes interessadas.

3.º Requerer as providencias legais assecutorias dos direitos da União e as avocatorias garantidoras da jurisdicção do juizo.

4.º Officiar nas habilitações e justificações que perante o mesmo juizo devem ser processadas, devendo sempre ser ouvido depois de produzida a prova testemunhal.

5.º Interpor os recursos legais das decisões e sentenças proferidas nos processos crimes, civeis ou administrativos, em que lhe compete funcionar.

6.º Promover a execução das sentenças em favor dos direitos e interesses da União.

Art. 30. O procurador da Republica, seus adjuntos e ajudantes, sempre que interpuzerem um recurso para o Supremo Tribunal Federal, salvo o de agravo, terão vista dos autos para fundamental-o no prazo de 10 dias.

Art. 31. A ordem da substituição e a distribuição das funções entre o procurador da Republica no Districto Federal e seus adjuntos será a estatuida no decreto n. 173 B de 1893, devendo, porém, o procurador funcionar perante o Tribunal Civil e Criminal e Corte de Appellação, salvo o direito de passar ao 2º adjunto o serviço, por affluencia de trabalho.

Art. 32. Perante as justiças locais compete-lhes:

1. Officiar e assistir nas arrecadações de bens vagos, de defunctos e ausentes, assim como em todas as acções, justificações e reclamações que a respeito desses bens se levantarem em juizo, requerer que sejam immediatamente recolhidos aos cofres nacionaes o ouro, prata, pedras preciosas, titulos da divida nacional e qualquer dinheiro que se arrecadar ou for apurado; e promover o processo de vacancia e devolução, desde que houver decorrido um anno contado do auto de arrecadação, si dentro d'elle não apparecerem interessados a habilitar-se como legitimos donos ou successores.

II. Officiar nas reduções de testamento, nas contas de testamentarias e de capellas, em que for interessada a Fazenda Nacional, promover a arrecadação dos impostos que lhe forem devidos, e o que for a bem de seus direitos aos residuos e aos vinculos que vagarem.

III. Officiar no juizo das fallencias, quando a Fazenda Nacional for nellas interessada como credora de dividas de impostos ou de letras e titulos mercantis.

IV. Promover a execução das sentenças proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em grau de recurso das decisões das justiças locais; e requerer certidão de todas as peças necessarias do processo para promovel-a perante o juizo seccional, no caso de se recusarem as justiças locais a devida execução.

Art. 33. Em materia criminal, além das attribuições expressas no decreto n. 848, incumbe aos procuradores da Republica requerer no juizo criminal competente a commutação da multa ou da indemnisação do damno causado á Fazenda Nacional em prisão.

Art. 34. Ao procurador da Republica na secção do Districto Federal compete promover, nos casos legais, a acção de nullidade das patentes de invenção e certidão de melhoramento, passadas pelo Governo Federal, e assistir ao processo por parte da Fazenda Nacional, quando promovido pelos interessados.

Art. 35. Tambem pertencem aos procuradores seccionaes as seguintes attribuições:

1.º Interpor, nos casos em que lhes compete funcionar nos juizos locais de 1.ª instancia, os recursos legais para as justiças de 2.ª instancia dos Estados ou do Districto Federal, e perante ellas defender os direitos e interesses da União.

2.º Interpor, nos casos do art. 59 § 1.º da Constituição Federal e art. 9.º, paragrapho unico do decreto n. 848, os recursos legais para o Supremo Tribunal Federal.

3.º Representar ás competentes autoridades superiores do Estado ou do Districto Federal contra os actos das inferiores, que importarem violação da Constituição, lei ou tratado federal, opposição ás sentenças federaes, ou denegação de sua devida execução.

4.º Participar ao procurador geral da Republica todos os actos dessa natureza, de que tiver conhecimento, e as providencias

tomadas; representar-lhe os conflictos de jurisdicção que se derem entre os juizes federaes de 1.^a instancia, ou entre estes e os locais, e os de attribuição entre aquellas e outras autoridades federaes ou locais da secção, especificando os actos que os constituem e remettendo os documentos comprobatorios.

5.º Distribuir os serviços entre os ajudantes, solicitadores e escreventes, devendo funcionar exclusivamente como procurador em todas as causas não executivas que se houverem de processar no juizo seccional, sem prejuizo do direito de exercer pessoalmente qualquer das outras attribuições.

6.º Dar instrucções aos seus ajudantes, e transmittir-lhes as que receber do procurador geral da Republica.

Art. 36. Os ajudantes do procurador exercerão todas as funções deste perante os respectivos juizes supplentes e receberão instrucções do procurador seccional ou directamente do procurador geral da Republica.

Art. 37. Aos solicitadores compete:

I. Accusar as citações, notificações e diligencias nas causas ordinarias e summarias, e nos processos em que for interessada a União.

II. Fiscalisar a execução dos mandados entregues aos officiaes de justiça, exigindo delles semanalmente uma relação escripta do serviço desempenhado.

III. Organisar um mappa geral do movimento dos ditos mandados para no principio de cada mez apresental-o ao procurador ou ao seu ajudante.

IV. Participar ao procurador ou ao seu ajudante as faltas em que incorrerem os officiaes de justiça.

V. Rubricar as guias expedidas pelo juiz seccional para solução dos impostos, tomando apontamento em um livro proprio afim de levarem ao conhecimento do procurador si, findo o prazo legal, não houver sido realizado o pagamento.

Secção segunda

Do procurador geral da Republica

Art. 38. Ao procurador geral da Republica, além das mais attribuições que lhe confere o decreto n. 848, compete:

1.º Suscitar perante o Supremo Tribunal Federal os conflictos entre o Governo do Estado e o da União, nos casos que pertencam ao conhecimento do referido tribunal.

2.º Prover ás causas que a União houver de propor contra o Governo ou a Fazenda Publica de qualquer dos Estados ou do Districto Federal e defender os direitos da União nas que lhe mover qualquer de seus membros ou nação estrangeira.

3.º Representar aos poderes publicos o que entender a bem da fiel observancia da Constituição, leis e tratados federaes.

4.º Consultar as secretarias de Estado, especialmente sobre os seguintes assumptos:

- a) extradicação ;
- b) expulsão de estrangeiros ;
- c) execução de sentença de tribunaes estrangeiros ;
- d) autorisação ás companhias estrangeiras para funcionarem na Republica ;
- e) concessão e caducidade de privilegios, patentes de invenção, contractos de serviços publicos e quaesquer outros em que for interessada a Fazenda Nacional ;
- f) alienação, aforamento, locação ou arrendamento de bens nacionaes ;
- g) aposentadorias, reformas, jubilações, pensões, montepio dos funcionarios publicos federaes.

5.º Apresentar ao Presidente da Republica, annualmente, o relatório dos trabalhos do ministerio publico em geral com as informações recebidas sobre os serviços executados, duvidas e difficuldades occorridas na execução das leis e indicação das providencias necessarias para o regular exercicio de suas funções e administração da justiça.

6.º Todas as outras attribuições expressas no art. 20 do Regimento do Supremo Tribunal Federal.

Art. 39. As secretarias de Estado facultarão ao procurador geral da Republica o exame de todos os papeis e documentos que possam esclarecer o assumpto sobre o qual seja ouvido, e designarão um dos seus empregados para auxiliar-o no serviço de escripturação de que carecer, e registrar os seus pareceres.

Art. 40. O Governo de cada Estado providenciara para que seja remettido ao procurador geral da Republica e ao respectivo procurador seccional um exemplar da Constituição, leis e decretos do mesmo Estado, immediatamente depois de publicados.

Art. 41. No impedimento do procurador geral da Republica, bem como em sua falta, enquanto não tiver sido nomeado e empossado quem, a titulo de effectivo, lhe succeda no exercicio do cargo, servirá o ministro que for para isso designado pelo presidente do tribunal.

TITULO III

DO PROCESSO

CAPITULO I

DAS ACÇÕES

Art. 42. No processo do julgamento dos crimes sujeitos á jurisdicção federal se observarão as seguintes disposições :

1. Salvo os crimes de responsabilidade dos procuradores, adjuntos, ajudantes, solicitadores e escrivães, todos os crimes

sujeitos ao jury federal serão processados e julgados na forma determinada no capitulo XI do decreto n. 848 de 1890, guardado na formação da culpa dos de responsabilidade o disposto no art. 96;

II. Nos de responsabilidade dos juizes federaes, substitutos ou supplentes, todas as diligencias ordenadas pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo ministro relator, assim para audiencia do denunciado ou querelado, como para inquirição de testemunhas, poderão ser feitas pelo juiz seccional respectivo e, quando este for impedido, pelo seu substituto legal;

III. Nos de responsabilidade dos procuradores, adjuntos, ajudantes, solicitadores e escrivães, o juiz observará, na formação da culpa, o disposto nos arts. 53 a 62 do decreto n. 848 de 1890, depois de ouvir o funcionario na forma do art. 96 do mesmo decreto e no julgamento guardará as disposições dos arts. 401 a 404 do Reg. n. 120 de 1842, officiando como promotor da accusação em caso de impedimento do procurador, cidadão *ad hoc* nomeado pelo juiz seccional;

IV. O juiz seccional é competente para conceder fiança provisoria ou definitiva aos réos sujeitos á sua jurisdicção ou á do jury federal, assim como para proceder por si, seu substituto ou supplentes em exercicio, ao corpo de delicto em todos os casos da competencia da justiça federal, observando em relação a esses actos, assim como á prisão, buscas, apprehensão e outros não previstos no decreto n. 848, as disposições da legislação geral;

V. No julgamento dos recursos e appellações criminaes e bem assim no processo e julgamento dos crimes sujeitos á privativa competencia do Supremo Tribunal Federal, se guardará o disposto no seu Regimento.

Art. 43. As disposições sobre o *habeas-corpus* contidas no Cap. I, Tit. III do Regimento do Supremo Tribunal Federal serão observadas nos juizos inferiores em tudo que lhes for applicavel.

Art. 44. O processo estabelecido no decreto n. 848 de 1890, para as causas oriundas de obrigações pessoaes de natureza civil ou commercial, não exclue os processos especiaes da legislação anterior instituida pelo paragrapho unico do art. 1º do decreto n. 763 de 19 de setembro de 1890.

Paragrapho unico. E' applicavel na justiça federal a disposição do Reg. n. 737 de 25 de novembro de 1850 relativa á detenção pessoal.

Art. 45. Continuam a subsistir no juizo seccional os processos administrativos que pela legislação vigente corriam no extinto Juizo dos Feitos da Fazenda Nacional, na parte que ainda interessem á mesma Fazenda.

Art. 46. E' permittido cumular entre as mesmas pessoas e na mesma acção diversos pedidos, quando a forma do processo para ellas estabelecida for a mesma.

Assim tambem, póde o réo ser demandado por diferentes autores e o autor demandar diferentes réos conjunctamente e no mesmo processo, sempre que os direitos e obrigações tiverem a mesma origem.

Art. 47. Com excepção das nullidades substanciaes, todas as mais reputar-se-hão suppridas, si as partes não as arguirem no momento em que occorrerem, ou quando lhes competir contestar, allegar afinal ou embargar a sentença.

§ 1.º A lei só considera insupríveis as nullidades seguintes:

1.º falta de primeira citação; mas depois da sentença final, esta falta só constituirá nullidade sendo invocada pela pessoa contra quem foi proferida a sentença no todo ou em parte, sem ter sido citada, ou pelos seus representantes;

2.º falta de intervenção do ministerio publico nos processos em que for exigida por lei ou em que não intervier como parte meramente accessoria;

3.º falta de competência do juiz, que houver julgado a acção, si a sua jurisdicção não for susceptível de prorrogação;

4.º emprego de processo especial para o caso em que a lei não o admitta.

§ 2.º A substituição do processo ordinario ao summario, não sendo impugnada na contestação, em caso algum se considerará nullidade, que possa ser invocada pela parte.

Art. 48. A penhora e a avaliação devem ser noticiadas por editaes no jornal official e no de maior circulação na séde do juizo.

Art. 49. No processo das appellações e recursos civeis interpostos para o Supremo Tribunal Federal, assim como no processo e julgamento das causas de privativa competência do mesmo tribunal, se observará o seu Regimento.

Paragrapho unico. E' applicavel aos conflictos entre a União e os Estados, ou destes entre si, o processo estabelecido para os conflicts de jurisdicção entre os tribunaes.

Art. 50. As desapropriações por utilidade publica geral serão processadas na forma do regulamento que baixou com o decreto n. 1664, de 27 de outubro de 1855, com a seguinte modificação:

O quinto arbitro, a que se refere o art. 4.º do mesmo regulamento, será nomeado pelo juiz do processo e não pelo Governo.

Art. 51. Nas causas que se moverem contra a Fazenda Nacional ou contra a União os prazos e dilações concedidas ao procurador da Republica para responder, arrazoar ou dar provas serão o triplo dos determinados na lei.

Art. 52. Toda a materia ou correspondencia relativa aos executivos fiscaes será remettida directamente pela Directoria Geral do Contencioso ao procurador da Republica.

CAPITULO II

DOS RECURSOS

Art. 53. Além dos embargos, que nas causas summarias servem de contestação e dos especificados no decreto n. 848 e no Regimento interno do Supremo Tribunal Federal, nenhuns mais serão admittidos na justiça federal.

Os de nullidade da sentença ou infringentes do julgado oppostos na execução serão julgados pelo juiz ou tribunal, que proferiu a decisão embargada.

Art. 54. Além dos embargos, só tem logar na justiça federal os seguintes recursos :

I. O das decisões dos juizes seccionaes e justicas dos Estados ou do Districto Federal que negarem a ordem de *habeas-corpus* ou a soltura do paciente.

II. Os recursos criminaes interpostos das decisões dos juizes seccionaes que :

- a) declararem improcedente o corpo de delicto ;
- b) não acceitarem a queixa ou denuncia ;
- c) pronunciarem ou não pronunciarem ;
- d) concederem ou denegarem fiança, ou a arbitram ;
- e) julgarem perdida a quantia afiançada ;
- f) forem proferidas contra a prescripção allegada ;
- g) ou commutarem a multa.

III. As appellações criminaes das sentenças proferidas pelos juizes seccionaes ou pelo jury federal.

IV. As appellações interpostas das sentenças das justicas dos Estados ou do Districto Federal, em ultima instancia, nos casos definidos nos arts. 59 § 1º, 61 § 2º da Constituição, e art. 9º paragrapho unico do decreto n. 848 de 1890.

V. As appellações civeis das sentenças definitivas e interlocutorias com força de definitivas, proferidas pelos juizes seccionaes, e da que julga a suspeição a elles opposta ;

VI. Os agravos dos seguintes despachos e sentenças do juiz seccional, além dos demais casos da legislação processual vigente :

- a) do que rejeita ou julga a excepção de incompetencia ;
- b) de absolvição da instancia ;
- c) de não admissão do terceiro que vem oppor-se á causa ou á execução ou que appella da sentença que o prejudica ;
- d) das sentenças nas causas de assignação de 10 dias, ou de seguro, quando por ellas o juiz não condemna o réo porque provou os seus embargos, ou lhe recebe os embargos e o condemna, por lhe parecer que os não provou ;
- e) do despacho que concede ou denega carta de inquirição, ou que concede grande ou pequena dilação para dentro ou fóra do territorio da Republica ;
- f) do que ordena a prisão do executado no caso do art. 299 do decreto n. 848 de 1890 ;
- g) do que concede ou denega appellação ou a recebe em ambos os effeitos ou no devolutivo somente ;
- h) da sentença que releva, ou não, da deserção, o appellante, ou julga deserta e não seguida a appellação ;
- i) das decisões sobre erros de contas ou custas ;
- j) da absolvição ou condemnação dos advogados nos casos em que as leis do processo lhes comminam multa, suspensão ou prisão ;

k) dos despachos pelos quaes: 1º, se concede ou denega ao executado vista para embargos nos autos ou em separado; 2º, se manda que os embargos corram nos autos ou em separado; 3º, si são recebidos ou rejeitados *in limine* os embargos oppostos pelo executado ou pelo terceiro embargante;

l) das sentenças que julgam ou não reformados os autos perdidos ou queimados em que ainda não havia sentença definitiva;

m) das sentenças: 1. de liquidação; 2. de exhibição; 3. de habilitação;

n) dos despachos interlocutorios que contem damno irreparavel, segundo a definição da ordenação liv. 3, tit. 69 pr. § 1º;

o) do despacho pelo qual não se manda proceder a sequestro nos casos determinados em lei;

p) do despacho pelo qual se concede ou denega a detenção pessoal ou o embargo;

q) da sentença que julga procedente ou improcedente o embargo;

r) dos proferidos pelo substituto do juiz seccional e seus supplentes, como auxiliares do juiz, nos autos preparatorios ou preventivos e nas diligencias que lhes competem ou forem commettidas;

s) do despacho que indefere a petição inicial.

VII. Os agravos dos despachos dos juizes relatores ou instructores do Supremo Tribunal Federal de que tratam os arts. 39 e 60 do seu regimento.

VIII. A revisão dos processos criminaes, nos termos do art. 81 da Constituição e do art. 9º, III do decreto n. 848 de 1890.

Art. 55. Na interposição e seguimento dos recursos das decisões sobre o *habeas-corpus*, se guardará o disposto nos arts. 49 do decreto n. 848 e 67 do Regimento do Supremo Tribunal Federal.

Art. 56. Os recursos criminaes serão interpostos, processados e apresentados nos termos dos arts. 73 a 77 da lei n. 261 de 3 de dezembro de 1841, salvo o disposto no art. 65 do decreto n. 848 e no art. 77 do Regimento do Supremo Tribunal Federal, a quem compete conhecer de todos os que forem interpostos das decisões dos juizes seccionaes, cabendo a estes julgar os dos despachos do substituto e seus supplentes.

Art. 57. Na interposição das appellações criminaes e seus effeitos, na expedição e apresentação se observará o disposto nos arts. 43, 93 e 340 do decreto n. 848 e art. 453 do regulamento n. 120 de 31 de janeiro de 1842.

E' privativa do Supremo Tribunal Federal a competencia para dellas conhecer.

Art. 58. As appellações das sentenças das justicas dos Estados e do Districto Federal, a que se refere o n. 4 do art. 54, serão interpostas e apresentadas dentro dos mesmos prazos fixados no decreto n. 848, arts. 332 e 338, para as das sentenças dos juizes federaes, a contar da data do termo de interposição do recurso.

Só tem effeito devolutivo, e a forma do seu julgamento é a determinada no Regimento do Supremo Tribunal Federal.

§ 1.º Si as justiças dos Estados ou do Districto Federal não receberem a appellação, a parte prejudicada ou o ministerio publico poderá solicitar do escrivão do feito ou de qualquer tabellião do logar a expedição de carta testemunhavel, e, ratificando-a mediante protesto no juizo seccional do Estado ou districto, apresentará os dous respectivos instrumentos ao Supremo Tribunal Federal, que, á vista delles, mandará ou não que seja tomada por termo a appellação e subam os autos, conforme for de direito.

§ 2.º Quando não for possivel a apresentação dos autos originaes, o tribunal conhecerá da appellação á vista do traslado, estando este devidamente conferido e concertado.

§ 3.º Si, por qualquer modo, for obstada ou impedida a execução das sentenças do Supremo Tribunal Federal, o ministerio publico apresentará denuncia contra o oppositor ou oppositores, pelo crime definido no art. 111 do Código Penal, e tanto elle como as partes interessadas poderão promover a execução das mesmas sentenças perante o juizo federal, recusando-se o local.

§ 4.º No caso de ser julgada deserta a appellação, de que trata este artigo, si o appellante provar que o seguimento foi obstado por autoridade local, o Supremo Tribunal Federal poderá releval-o da deserção e assignar-lhe novo prazo, conforme o disposto no art. 347 do decreto n. 848 de 1890.

Art. 59. São unicamente suspensivas no juizo federal as appellações interpostas nas causas ordinarias e nos embargos oppositos na execução pelo executado ou por terceiro, quando julgados provados.

Art. 60. O agravo será tomado por termo nos autos, assignado pela parte ou seu procurador dentro do prazo de cinco dias e precedendo despacho do juiz.

Não se tomará o agravo, sem que se declare a lei offendida.

Art. 61. Do agravo interposto dos despachos do substituto ou de seus supplentes conhece o juiz seccional do respectivo Estado nos termos do art. 1º paragrapho unico do decreto n. 1420 A, de 21 de fevereiro de 1891.

Do interposto dos despachos do juiz seccional conhece o Supremo Tribunal Federal pelo modo e nos termos prescriptos no seu Regimento.

Art. 62. O agravo subirá nos proprios autos com suspensão do processo, sómente nos casos seguintes:

1º, quando, em razão da distancia ou do serviço, houver possibilidade de chegarem os autos á instancia superior no prazo de 48 horas, contado da data do despacho que fundamentar o agravo;

2º, quando interposto de decisão sobre materia de competencia, quer o juiz se julgue competente, quer não;

3º, quando interposto de despacho que ordene a prisão.

Fôra destes casos, o agravo subirá em separado, sem prejuizo do andamento do processo.

Art. 63. Nos casos de concessão de embargo ou de detenção pessoal, o agravo poderá ser suspensivo, si o agravante garantir em juízo, com depósito ou caução, o valor total da condemnation.

Art. 64. Sempre que dever o agravo de petição subir em separado, o agravante apontará no termo as peças do processo com que pretende instruir o recurso, e só destas se lhe passará certidão.

§ 1.º A certidão conterá sempre o termo do agravo e a petição em que se houver requerido o despacho, o termo da publicação ou da intimação.

§ 2.º Nas certidões guardar-se-ha a ordem do processo.

Art. 65. Tomado o termo do agravo de petição, será intimado, no prazo de 24 horas, a outra parte e ao ministerio publico, quando intervier.

§ 1.º Quando o agravo subir em separado, deverá o agravante, no prazo de oito dias, a contar da interposição do recurso, apresentar no cartorio a sua petição de agravo instruida com certidão do processo e com outros quaesquer documentos.

O agravado poderá, em igual prazo, a contar da intimação, apresentar no cartorio qualquer allegação e as certidões do processo ou documentos que pretender ajuntar.

§ 2.º Quando o agravo subir nos proprios autos, deverá o agravante, no prazo de 48 horas, a contar da interposição do recurso, apresentar no cartorio a sua petição de agravo, e poderá, no mesmo prazo, ajuntar quaesquer documentos.

O agravado poderá, em igual prazo, a contar da intimação, ajuntar quaesquer allegações ou documentos.

Art. 66. Durante os prazos designados no artigo antecedente, o escrivão facilitará o processo no seu cartorio ás partes ou aos seus procuradores, para tirarem os apontamentos necesarios, e passará a certidão apontada pelo agravante e qualquer outra que a parte contraria pedir, preferindo este a outro serviço.

Art. 67. Findos os prazos referidos, o escrivão ajuntará ao processo a petição do agravo, a allegação da outra parte e quaesquer documentos apresentados, quando o agravo subir nos proprios autos; ou autoará a petição de agravo, a allegação da outra parte e as respectivas certidões e documentos, quando o agravo subir em separado; e fará tudo concluso ao juiz para, em 48 horas, sustentar o despacho ou reparar o agravo.

§ 1.º Sendo o agravado revel, poderá o juiz, quando responder ao agravo, que deve subir em separado, mandar ajuntar as certidões do processo que entender necessarias para sustentação do despacho.

§ 2.º Si o juiz reparar o agravo, cabe novo agravo deste despacho, mas o juiz não poderá alteral-o, e para decisão do ultimo agravo subirá o processo em que se tiver proferido o despacho de que se interpoz.

§ 3.º Quando, na hypothese do paragrapho antecedente, o novo despacho tiver sido lançado no processo em separado do primeiro agravo, ajuntar-se-ha ao processo principal uma certidão desse despacho para ser executado.

Art. 68. Findas as 48 horas, o escrivão cobrará o processo com resposta ou sem ella.

§ 1.º Nas 24 horas seguintes, o aggravante pagará as custas do agravo, e fará o preparo necessario para as certidões que o juiz tiver mandado passar e para expedição do recurso.

§ 2.º O escrivão apresentará o processo no correio ou no tribunal, no prazo de 24 horas depois de feito o preparo, podendo contudo o juiz prorogar este prazo até cinco dias, quando a prorrogação for absolutamente indispensavel para se passarem as certidões no caso do art. 67 § 1.º

§ 3.º Aggravando ambas as partes, cada uma pagará metade do preparo e, si o deixar de fazer, será o recurso julgado deserto, quanto a ella, e a outra parte deverá satisfazer o preparo todo nas 24 horas seguintes, sob igual pena.

§ 4.º O escrivão é obrigado a apresentar o processo dentro do prazo referido e archivará o certificado da entrega, que lhe passará o correio, ou o recibo do secretario a quem deve entregar-o na sede do tribunal.

§ 5.º A apresentação do agravo, para se conhecer que foi feita em tempo, será certificada pelo termo da mesma apresentação e recebimento, que lavrar o secretario do tribunal.

§ 6.º O escrivão convencido de negligencia, malicia ou dolo, seja não facilitando os autos no seu cartorio, seja não extrahindo com promptidão as certidões, ou não cobrando e apresentando o processo do agravo nos prazos designados, será suspenso até seis mezes, depois de ouvido no prazo de 48 horas.

Art. 69. Si o juiz indeferir o requerimento de agravo ou obstar que o agravo seja escripto, a parte poderá, no prazo de 48 horas, requerer ao escrivão que lhe passe carta testemunhavel, copiando-se nella as peças que indicar.

§ 1.º O escrivão será obrigado a dar o instrumento á parte, sob sua responsabilidade, no prazo maximo de 10 dias, havendo documentos a copiar e dentro de 48 horas, não os havendo.

§ 2.º O escrivão dará á parte recibo do pedido de carta testemunhavel e perderá o officio, si não der o instrumento, sob qualquer pretexto, nos prazos do paragrapho anterior. Negando-se o escrivão a dar o recibo, a parte poderá testemunhar a entrega do requerimento.

§ 3.º A perda do officio do escrivão no caso do paragrapho anterior será determinada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal em vista de reclamação da parte, devidamente documentada e ouvido o serventuário, que terá para responder o prazo de cinco dias.

Art. 70. O tribunal, em vista da carta testemunhavel, mandará escrever o agravo ou tomará logo conhecimento da materia, si o instrumento for instruido de modo que a tanto o habilite, independentemente de mais esclarecimento.

Art. 71. As petições ou minutas de agravo não serão aceitas, sem que sejam assignadas com o nome inteiro do advogado constituído nos autos, o que igualmente se observará e respeito das respostas ou contestações dos agravados.

Art. 72. Quando os agravos forem interpostos de sentenças e despachos não comprehendidos nos que esta lei especifica, o juiz *a quo* declarará por seu despacho que os não admitte, por illegaes, condemnará as partes nas custas do retardamento e imporá aos advogados que tiverem assignado as petições e minutas multa de 20\$ a 50\$000.

Art. 73. Quando o agravo subir nos proprios autos com suspensão do processo, não ficam prejudicadas as medidas preventivas e de segurança, salvo estando o juízo seguro com penhora, deposito ou caução.

Art. 74. A revisão dos processos criminaes, findos, de que trata o art. 9º n. 111 do decreto n. 848 de 1890, estende-se aos processos militares, e será regulada do modo seguinte:

§ 1.º Tem lugar a revisão:

1º, quando a sentença condemnatoria for contraria ao texto expresso da lei penal;

2º, quando no processo em que foi proferida a sentença condemnatoria não se guardaram as formalidades substanciaes, de que trata o art. 301 do Código do Processo Criminal;

3º, quando a sentença condemnatoria tiver sido proferida por juiz incompetente, suspeito, peitado ou subornado, ou quando se fundar em depoimento, instrumento ou exame julgados falsos;

4º, quando a sentença condemnatoria estiver em formal contradicção com outra na qual foram condemnados como autores do mesmo crime outro ou outros réos;

5º, quando a sentença condemnatoria tiver sido proferida na supposição de homicidio, que posteriormente verificou-se não ser real, por estar viva a pessoa que se dizia assassinada;

6º, quando a sentença condemnatoria for contraria á evidencia dos autos;

7º, quando, depois da sentença condemnatoria, se descobrirem novas e irrecusaveis provas da innocencia do condemnado.

§ 2.º A revisão poderá ser requisitada pelo condemnado, pela familia, por qualquer do povo, pelo procurador geral da Republica.

§ 3.º Em todo caso, a prova dos factos allegados na revisão deve resultar necessariamente de sentença prejudicial, em que taes factos estejam reconhecidos.

A prova novamente exhibida será sempre confrontada com as que servirem de base á condemnação, para que o tribunal possa apreciar o valor relativo de cada uma.

§ 4.º Quando já for fallecida a pessoa, cuja condemnação tiver de ser revista, o tribunal nomeará um curador que exerça todos os direitos do condemnado. Si pelo exame do processo reconhecer o erro ou a injustiça da condemnação, o tribunal,

reformando a sentença revista, reabilitará a memoria do condemnado.

§ 5.º Si o tribunal verificar que a pena imposta ao condemnado não corresponde ao gráo em que se acha incurso, reformará a sentença condemnatoria nessa parte, salvo a disposição do § 7.º.

§ 6.º Si verificar que no processo revisto não foram guardadas as formulas substanciaes, limitar-se-ha a julgar nullo o mesmo processo.

O procurador geral da Republica, neste caso, promoverá a renovação do processo no juizo competente, si o crime pertencer ao conhecimento da justiça federal, ou remetterá a sentença do tribunal ao ministerio publico do respectivo Estado, si o crime pertencer á jurisdicção local.

§ 7.º Em hypothese alguma poder-se-ha na sentença da revisão aggravar a pena imposta ao condemnado.

§ 8.º Na revisão serão observadas quaesquer outras disposições do decreto n. 848 de 1890 e o processo estabelecido no Regimento interno do Supremo Tribunal Federal, na parte não alterada pela presente lei.

CAPITULO III

DAS CUSTAS

Art. 75. Enquanto não se organizar o Regimento das custas, emolumentos e porcentagens que devem ser percebidas ou arrecadadas pelos actos judiciaes e funções exercidas perante a Justiça Federal, serão applicaveis o Regimento publicado pelo decreto n. 5737 de 2 de setembro de 1874, e mais disposições em vigor relativas á justiça, em geral, e ao Juizo dos Feitos da Fazenda, em particular, de accordo com o estabelecido no decreto n. 848 de 1890.

§ 1.º A disposição do art. 358 do decreto n. 848 é applicavel ao secretario, officiaes, amanuenses, continuos e porteiros do Supremo Tribunal Federal pelos actos que praticarem como escriptvães e officiaes do juizo.

§ 2.º Será observado o que está disposto no Regimento do Supremo Tribunal Federal sobre custas.

Art. 76. Deve ser condemnado nas custas dos actos do processo que forem annullados, o funcionario judicial que houver dado causa á nullidade.

Art. 77. A parte condemnada em custas de retardamento ou de nullidade, deve pagal-as a seu proprio requerimento no prazo de cinco dias da intimação, sob pena de não poder ser mais ouvida enquanto as não houver pago ou caucionado a importancia equivalente, a juizo da outra parte e do juiz da causa.

TITULO IV

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 78. O § 2.^o do art. 60 da Constituição não prohibe aos officiaes judicarios locais a execução das ordens e sentenças do Supremo Tribunal Federal, proferidas em grão de recurso das sentenças das justiças dos Estados ou do Districto Federal, e em grão de revisão dos processos criminaes, as quaes serão mandadas cumprir ou executar pelos mesmos juizes, locais ou federaes, competentes para o julgamento ou execução das sentenças recorridas, salvo a intervenção dos federaes, nos termos do art. 6.^o n. 4 da Constituição e do art. 17 desta lei.

Art. 79. A intervenção prohibida pelo art. 62 da Constituição não comprehende a expedição de avocatorias para restabelecimento da jurisdição dos juizes federal e local nem o auxilio reciproco que se devem prestar a justiça federal e a dos Estados nas diligencias, ainda de natureza executoria, rogadas ou deprecadas por uma a outra, que não excederem das attribuições de qualquer dellas ou não importarem delegação de jurisdição federal, prohibida pelo art. 60 § 1.^o da Constituição.

Art. 80. Os juizes seccionaes que acceitarem cargos extranhos á judicatura ou depois desta lei continuarem a exercel-os, ficarão avulsos, sem perceber vencimentos ou contar antiguidade como juiz, devendo considerar-se vago e ser preenchido o seu lugar.

Art. 81. Renuncia o cargo de procurador da Republica o que acceitar outro cargo.

Art. 82. Para procederem os supplentes ás diligencias e actos que lhes forem commettidos pelo juiz seccional ou os que lhes competem, nos casos urgentes (art. 19), como os de quaesquer medidas preventivas ou assecutorias, pôde a commissão ser dada, na primeira hypothese, e a participação ser feita ao juiz seccional, na segunda, por officio ou telegramma, sendo este confirmado por despacho nos autos ou officio da mesma data.

Art. 83. A jurisdição privativa da justiça federal em relação aos crimes politicos não comprehende os praticados contra as autoridades dos Estados, ou contra a ordem e segurança interna de alguns delles por nacionaes ou estrangeiros nelle domiciliados, salvo nos casos dos crimes que forem a causa ou consequencia de perturbações que, nos termos do art. 6.^o da Constituição, occasionem uma intervenção armada federal.

Art. 84. A indemnisação garantida pelo art. 86 do Codice Penal não será devida pela União ou pelo Estado :

- 1.^o Si o erro ou injustiça da condemnação do réo rehabilitado proceder de acto ou falta imputavel ao mesmo réo, como a confissão ou a occultação da prova em seu poder ;
- 2.^o Si o réo não houver esgotado todos os recursos legais ;
- 3.^o Si a accusação houver sido meramente particular.

continua aqui>

Paragrapho unico. A União ou o Estado terá em todo o caso acção regressiva contra as autoridades e as partes interessadas na condemnação, que forem convencidas de culpa ou dolo.

Art. 85. O Regimento do Supremo Tribunal Federal se cumprirá com as alterações desta lei.

Art. 86. A disposição do art. 330 do decreto n. 848 de 1890 se applica á classificação dos creditos das fallencias, revogado assim o disposto no art. 69 lettra *a* do decreto n. 917 de 24 de outubro de 1890.

Art. 87. E' autorizado o Poder Executivo :

1º, a organizar: (a) o Regimento das custas, emolumentos e porcentagens ; (b) o dos advogados, procuradores, solicitadores e secretarios da justiça federal ; (c) a tabella das fianças em conformidade do art. 406 do Código Penal ;

2º, a proceder á consolidação systematica de todas as disposições vigentes sobre organização da justiça e processo federal ;

3º, a abrir os creditos necessarios para as respectivas despesas.

Art. 88. São mantidos os logares de avaliadores privativos creados pelo decreto n. 391 de 10 de maio de 1890, e serão nomeados pelo Presidente da Republica.

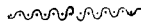
Paragrapho unico. Para esses logares serão aproveitados os actuaes avaliadores, cabendo-lhes as vantagens estabelecidas pelo Regimento de custas em vigor.

Art. 89. Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 20 de novembro de 1894.

DR. MANOEL VICTORINO PEREIRA,

Presidente do Senado.



DECRETO N. 222 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1894

Autoriza ao Governo a conceder ao 2º official da Secretaria da Industria, Viacão e Obras Publicas, José Fernandes Ribeiro da Costa, um anno de licença com ordenado para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

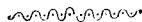
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a conceder ao 2º official da Secretaria da Industria, Viacão e Obras Publicas, José Fernandes Ribeiro da Costa, um anno de licença com ordenado para tratar de sua saude onde lhe convier.

Capital Federal, 23 de novembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Antonio Olyntho dos Santos Pires.



LEI N. 222 A — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1894

Manda que continuem a ter o mesmo destino a que estão servindo diversos proprios nacionaes no Estado de Pernambuco que por lei do antigo regimen foram entregues á Santa Casa de Misericordia do Recife.

Faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º Os proprios nacionaes que por lei do antigo regimen foram entregues á Santa Casa da Misericordia do Recife com o encargo de recolhimento e educação de orphãos e desamparados, bem como a colonia Isabel, no Estado de Pernambuco, continuam a ter o destino a que estão servindo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 23 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

DR. MANOEL VICTORINO PEREIRA,
Presidente do Senado.



DECRETO N. 223 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1894

Promulga a resolução do Congresso Nacional que autorisa o Poder Executivo a abrir o credito necessario para pagamento dos vencimentos dos empregados das secretarias das duas Camaras.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu, nos termos do § 3º do art. 37 da Constituição da Republica, promulgo a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir o credito necessario para pagamento dos vencimentos devidos aos empregados da secretaria da Camara dos Deputados, em virtude da resolução da mesma Camara de 28 de agosto de 1893, sendo doze contos novecentos e trinta e tres mil trescentos e tres réis (12:933\$333) para os ultimos quatro mezes do exercicio findo de 1893, e trinta e oito contos e oitocentos mil réis (38:800\$) para o corrente exercicio; e onze contos e quinhentos mil réis (11:500\$) para augmento dos vencimentos dos empregados da secretaria do Senado, nos ultimos cinco mezes do corrente exercicio.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



DECRETO N. 223 A — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1894

Autorisa o Governo a abrir ao Ministerio da Marinha, no corrente exercicio, o credito de 527:422\$ para as verbas — Conselho Supremo Militar — e — Eventuaes — deste anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Governo autorizado a abrir, no corrente exercicio, os seguintes credits á lei n. 191 B de 30 de setembro de 1893 :

§ 1.º Ao art. n. 4 do orçamento do Ministerio da Marinha, verba — Conselho Supremo Militar — da quantia de 27:422\$ para occorrer ao abono dos vencimentos a que tem direito os almirantes membros do Conselho Supremo Militar, de accordo com o art. 16 do decreto n. 149, de 18 de junho de 1893.

§ 2.º Ao n. 28 do mesmo artigo da lei do orçamento do mesmo Ministerio, a verba — Eventuaes — da quantia de 500:000\$ para occorrer ás despesas com passagens autorizadas por lei, gratificações extraordinarias, ajudas de custo e outras despesas não previstas.

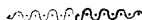
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Almirante Elisiario José Barbosa, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de novembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Elisiario José Barbosa.



DECRETO N. 224 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1894

Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando até 10 de dezembro do corrente anno a actual sessão legislativa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional, na conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu o seguinte :

Artigo unico. E' prorogada a actual sessão legislativa do Congresso Nacional até 10 de dezembro do corrente anno.

Capital Federal, 30 de novembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira



DECRETO N. 225 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1894

Autorisa o Governo o rever o actual Regimento de custas judicarias e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Governo autorizado a rever o actual Regimento de custas judicarias, abolindo as custas marcadas para os juizes e funcionarios do ministerio publico da justiça local do Districto Federal, com excepção das que competem aos curadores dos orphãos e ausentes.

Paragrapho unico. O Governo fará nas demais taxas do regimento o augmento conveniente, respeitando quanto possivel o principio da proporcionalidade.

Art. 2.º As causas julgadas no Districto Federal serão sujeitas a uma taxa judicaria cobrada nas seguintes proporções:

1ª, de ¼ % sobre o valor pelido nas causas contenciosas e sobre os liquidos a distribuir-se nas fallencias, liquidações, partilhas judicias e processos a estes equiparados;

2ª, de 2 % sobre a arrecadação dos bens de ausentes.

§ 1.º Nas causas inestimaveis e naquellas em que não houver sido determinado o valor, a taxa será paga sobre o valor dado em arbitramento nos termos de direito. Em todo caso, a taxa judicaria nunca excederá de 300\$; nas partilhas o maximo da taxa será de 150\$000.

§ 2.º A taxa será paga por occasião de subirem os autos para a primeira sentença definitiva, e será levada em conta, como as custas judicarias, á parte que houver do pagal-os afinal.

Art. 3.º Será instituido um sello especial para a taxa judicaria, autorisado o Governo a expedir os regulamentos necessarios para a respectiva arrecadação e fiscalisação.

Paragrapho unico. Nestes regulamentos serão estabelecidas penas de multa, sem prejuizo das de responsabilidades, estatuidas noCodigo Penal, para os funcionarios que forem encarregados de fiscalisar o pagamento dos emolumentos judicarios

Art. 4.º A' medida que forem vagando quaesquer Pretorias, por morte, renuncia ou accesso dos respectivos juizes, serão annexadas: a de Paqueta á da Candelaria; a da Ilha do Governador á de Santa Rita; a da Gavea á da Lagôa; as de Guaratiba e Santa Cruz á de Campo Grande; á de Jacarepaguá á de Irajá.

§ 1.º Si a vaga se der em alguma das Pretorias que não as seia annexar, o pretor da que for annexada irá exercer o seu cargo naquella em que se houver dado a vaga.

§ 2.º Os escrivães das Pretorias que forem annexadas servirão junto aos officios das que comprehenderem as Pretorias extinctas, sendo preferidos para o preenchimento das vagas que occorrerem segundo a ordem da antiguidade da suppressão das mesmas Pretorias, e substituindo-se elles e os escrivães companheiros reciprocamente.

Art. 5.º Os vencimentos dos funcionarios da justiça local do Districto Federal, de que trata a tabella annexa ao decreto n. 1030 de 14 de novembro de 1890, ficam elevados a 40 % os dos promotores publicos e seus adjuntos; a 30 % os dos demais funcionarios; a 25 % os do vice-presidente da Côrte de Appellação e a 20 % os do presidente, de accordo com a tabella annexa á presente lei.

Os pretores vencerão 7:200\$ e o juiz que servir no conselho da Côrte de Appellação terá a gratificação de 600\$000.

§ 1.º O curador fiscal das massas fallidas e o curador dos residuos terão vencimentos identicos aos dos promotores publicos, sem direito a custas, commissão ou porcentagem.

§ 2.º Os sub-pretores e supplentes dos pretores, quando no exercicio do cargo tem direito aos vencimentos que os pretores deixarem de perceber.

§ 3.º Haverá na Côrte de Appellação dous officiaes de justiça, percebendo cada um o vencimento annual de 1:000\$, além das custas a que tiverem direito pelas diligencias.

Art. 6.º Todos os escrivães poderão ter escreventes por elles propostos, nomeados pelo presidente da Côrte de Appellação e com termo de compromisso tomado perante este; a estes escreventes podem encarregar de todo o serviço do cartorio, inclusive inquirição de testemunhas, termos nos autos, etc., contando que o escrivão subscrava todos os autos e termos, cabendo-lhe exclusivamente a responsabilidade dos actos dos escreventes.

Art. 7.º São obrigados os juizes do Tribunal Civil e Criminal, bem como os pretores, a permanecer nos dias uteis, na casa de suas audiencias, das 12 horas da manhã ás 2 horas da tarde, sob as penas do art. 211 do Código Penal.

Paragrapho unico. Nas mesmas penas incorrem os juizes que demorarem os feitos além dos prazos fixados em lei.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de novembro de 1894, 6.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.

Tabella dos vencimentos dos juizes e mais funcionarios do
ministerio publico da justiça local do Districto Federal

FUNCIONARIOS	VENCIMENTOS		SOMMA
	DE CADA UM	DE TODOS	
<i>Côrte de Appellação</i>			
1 Presidente.....	16:800\$000	16:800\$000	224:750\$000
1 Vice-presidente.....	16:250\$000	16:250\$000	
10 Juizes.....	15:600\$000	156:000\$000	
Ao juiz que servir no conselho	600\$000	600\$000	
1 Procurador geral.....	15:600\$000	15:600\$000	
Secretario.....	7:800\$000	7:800\$000	
2 Amanuenses.....	3:120\$000	6:240\$000	
Porteiro.....	2:340\$000	2:340\$000	
2 Continuos.....	1:560\$000	3:120\$000	
<i>Tribunal Civil e Criminal</i>			
Presidente.....	15:600\$000	15:600\$000	196:390\$000
2 Vice-presidentes.....	14:300\$000	28:600\$000	
9 Juizes.....	13:000\$000	117:000\$000	
1 Sub-procurador.....	13:000\$000	13:000\$000	
Promotor-publico.....	6:720\$000	6:720\$000	
Secretario.....	6:240\$000	6:240\$000	
2 Amanuenses.....	2:340\$000	4:680\$000	
Porteiro.....	1:950\$000	1:950\$000	
2 Continuos.....	1:300\$000	2:600\$000	
<i>Jury</i>			
2 Promotores publicos.....	6:720\$000	13:440\$000	24:360\$000
2 Escrivães.....	4:50\$000	9:30\$000	
1 Porteiro.....	1:50\$000	1:50\$000	
<i>Feitos da Fazenda Municipal</i>			
Juiz.....	13:000\$000	13:000\$000	13:000\$000
<i>Pretorias</i>			
21 Pretores.....	7:200\$000	151:200\$000	188:100\$000
7 Adjuntos de promotores.....	3:360\$000	23:520\$000	
Curador das massas.....	6:720\$000	
Curador dos residuos.....	6:720\$000	
2 Officiaes de justiça na Côrte da Appellação.....	1:000\$000	2:000\$000	2:000\$000
			684:660\$000

Capital Federal, 30 de novembro de 1894. — Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



DECRETO N. 225 A — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1894

Concede ao Estado de Goyaz diversos proprios nacionaes, situados no mesmo Estado, e de que a União não precisa para os serviços federaes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º São concedidos ao Estado de Goyaz os proprios nacionaes situados no mesmo Estado, e de que a União não precisa para os serviços federaes, a saber:

1º, a casa onde funcionava a Companhia de Aprendizes Militares, hoje occupada pela força policial;

2º, o palacio do Governo entregue ao Estado por acto do Governo Federal (aviso de 21 de julho de 1891);

3º, o edificio onde funcionava a Intendencia Municipal da Capital e que é hoje paço da Assembléa estadual;

4º, a chácara comprada para residencia do bispo diocesano;

5º, o antigo Observatorio Meteorologico.

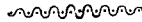
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 1 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Francisco de Paula Rodrigues Alves.



DECRETO N. 226 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1894

Prohibe o recebimento de sentenciados no presidio da Fernando de Noronha e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica prohibido, da data desta lei em diante, o recebimento de sentenciados no presidio de Fernando de Noronha.

Art. 2.º O Governo mandara entregar ás autoridades dos respectivos Estados os sentenciados que alli estiverem.

Art. 3.º Para o transporte seguro dos ditos sentenciados a seus destinos fica aberto ao Governo um credito de 150:000\$000.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



DECRETO N. 227 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Governo a mandar prolongar a linha telegraphica pelo interior do Estado do Maranhão até á cidade de Palma, no de Goyaz.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' o Governo autorizado a mandar prolongar a linha telegraphica pelo interior do Estado do Maranhão, até á cidade de Palma, no Estado de Goyaz, com estações nos principaes nucleos de população que mais se prestarem para a passagem da linha.

Art. 2.º Com esse serviço poderá o Governo gastar até á quantia de duzentos contos de réis (200:000\$000).

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de dezembro de 1894, 6.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Antonio Olyntho dos Santos Pires.



DECRETO N. 227 A — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1894

Fixa o prazo de dous annos para que os navios, que se entregam á navegação de cabotagem entre os portos maritimos ou fluviaes, se nacionalisem de accordo com a lei.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' fixado o prazo de dous annos para que os navios, que se entregam á navegação de cabotagem entre os portos maritimos ou fluviaes do paiz, se nacionalisem de accordo com as disposições da lei n. 123 de 11 de novembro de 1892.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 5 de dezembro de 1894, 6.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Francisco de Paula Rodrigues Alves.



DECRETO N. 228 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1894

Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando até 20 do corrente mez a actual sessão legislativa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

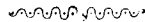
Faço saber que o Congresso Nacional, na conformidade do disposto no § 1.º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu o seguinte:

Artigo unico. E' prorogada a actual sessão legislativa do Congresso Nacional até 20 do corrente mez.

Capital Federal, 6 de dezembro de 1894, 6.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



DECRETO N. 229 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1894

Manda contar ao capitão de cavallaria Antonio Lago, como tempo de effectivo serviço, o periodo decorrido de 23 de fevereiro de 1867 a 27 de agosto de 1873, em que esteve fóra das fileiras do Exército em consequencia de ferimento recebido em combate.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancçãoo a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a mandar contar ao capitão do 8.º regimento de cavallaria Antonio Lago, como tempo de effectivo serviço, o periodo decorrido de 28 de fevereiro de 1867 a 27 de agosto de 1873, em que esteve fóra das fileiras do Exército em consequencia de grave ferimento recebido em combate, mas durante o qual prestou, entretanto, serviços compatíveis com seu estado de saúde.

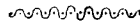
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O General de Divisão Bernardo Vasques, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 6 de dezembro de 1894, 6.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardo Vasques.



DECRETO N. 230 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1894

Approva com modificações e additamentos o Código das disposições communs ás instituições de ensino superior, que baixou com o decreto n. 1159 de 3 de dezembro de 1892.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu, na forma do § 3.º do art. 37 da Constituição da Republica, promulgo a seguinte resolução:

Artigo unico. E' approvedo o Código das disposições communs ás instituições de ensino superior, organizado pelo Governo e expedido com o decreto n. 1159 de 3 de dezembro de 1892, com as modificações e additamentos seguintes :

§ 1.º Quando, para o calculo da jubilação de lentes substitutos ou professores, concorrerem serviços de magisterio e serviços geraes, serão computados : 25 annos de serviços de magisterio como equivalentes a 30 de serviços geraes ; 30 dos primeiros a 36 dos segundos, e assim em todos os casos, guardada sempre a equivalencia, para aquelle effeito, entre uns e outros, como de 5 para 6.

§ 2.º Contar-se-ha na forma do art. 37 do Código o tempo de serviço effectivo do magisterio para calculo de acrescimos de vencimentos ou de jubilações.

§ 3.º A expressão—vencimentos, que se lê no Código, quando se refere á jubilações de lentes, que contem 30 annos de serviço effectivo, ou ao calculo de acrescimos por antiguidade, comprehende o ordenado e a gratificação, percebidos pelo exercicio do cargo.

Não poderá ser computada nesse calculo qualquer gratificação transitoriamente percebida em virtude do desempenho de outro cargo, por interinidade ou commissão, ao tempo em que é feito o mesmo calculo.

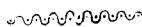
§ 4.º Serão respeitadas para a jubilação, além dos declarados no Código de 3 de dezembro, os direitos já adquiridos por lentes, substitutos e professores, em virtude das leis anteriores que vigoraram durante o tempo em que elles exerceram o magisterio.

§ 5.º Fica revogado o art. 319 das disposições transitorias do Código.

Capital Federal, 7 de dezembro de 1894, 6.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



continua aqui>

DECRETO N. 231 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa a criação de uma caixa beneficente na Brigada Policial da Capital Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a crear e regular, sem onus para os cofres publicos, uma caixa beneficente na Brigada Policial desta Capital.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



DECRETO N. 232 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1894

Organisa os estados-maiores do Presidente da Republica, do Ministro da Guerra, do Ajudante General do Exercito e do Quartel Mestre General.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º Os estados-maiores do Presidente da Republica, do Ministro da Guerra, do Ajudante General do Exercito e do Quartel-Mestre General ficam organisados com o seguinte pessoal :

PRESIDENTE DA REPUBLICA

- 1 chefe do estado-maior, general ou official superior do Exercito ou da Armada.
- 1 official superior, adjunto, sendo do Exercito ou da Armada.
- 4 ajudantes de ordens, officiaes do Exercito ou da Armada.

MINISTRO DA GUERRA

- 1 secretario, official do Exercito.
- 4 ajudantes de ordens, capitães ou subalternos de qualquer corpo ou arma do Exercito.

AJUDANTE GENERAL

- 3 ajudantes de ordens, capitães ou subalternos de qualquer corpo ou arma do Exército.
1 assistente, official superior de corpo especial.

QUARTEL-MESTRE GENERAL

- 2 ajudantes de ordens, capitães ou subalternos de qualquer corpo ou arma do Exército.
1 assistente, capitão ou official superior do Exército, de corpo especial ou extranumerario.

§ 1.º Além do estado-maior, o Presidente da Republica terá um secretario e dois officiaes de gabinete, e o Ministro da Guerra terá um official de gabinete, que serão civis ou militares.

§ 2.º O official de gabinete do Ministro da Guerra, si for civil, será sempre tirado dentre os empregados do mesmo Ministerio, perceberá todos os seus vencimentos como em effectivo serviço de seu cargo e terá mais uma gratificação especial de 350\$ mensaes, que correrá pela verba — Secretaria de Estado.

Art. 2.º O secretario e os officiaes de gabinete do Presidente da Republica, si forem funcionarios publicos, perceberão todos os seus vencimentos como em effectivo exercicio de seus cargos, e mais a gratificação de 500\$ mensaes para o secretario e de 400\$ para os outros; no caso contrario lhes será arbitrada uma gratificação até ao maximo de 1:000\$ para o primeiro e de 900\$ para os dois outros.

Paragrapho unico. Estas gratificações serão pagas pela verba — Eventuaes — do Ministerio do Interior, quando não estiverem contempladas em rubrica especial do orçamento.

Art. 3.º Os vencimentos do pessoal militar tanto do estado-maior do Presidente da Republica, como dos estados-maiores das autoridades mencionadas no art. 1.º, constarão do soldo e etapa correspondentes ás suas patentes, gratificação de estado-maior de 1.ª classe creadas, e mais das gratificações especificadas na tabela infra.

Art. 4.º O Presidente da Republica, sempre que tiver de se apresentar em frente ás tropas, se fará acompanhar por officiaes generaes e superiores, que para esse fim especial forem com antecellencia convidados.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de dezembro de 1894, 6.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardo Vasques.

Tabella a que se refere o art. 3º da lei n. 232, desta data

NO ESTADO-MAIOR DO PRESIDENTE DA REPUBLICA

	Gratificação
General.....	550\$000
Official superior.....	450\$000
Capitão ou subalterno.....	300\$000

NOS ESTADOS-MAIORES DO MINISTRO DA GUERRA, AJUDANTE GENE-
RAL E QUARTEL-MESTRE GENERAL

	Gratificação
Official superior.....	400\$000
Capitão ou subalterno.....	250\$000

Capital Federal, 7 de dezembro de 1894.— *Bernardo Vasques.*



DECRETO N. 233 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Poder Executivo a abrir um credito supplementar de 37:047\$000 á rubrica 3ª do art. 2º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

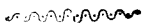
Art. 1.º O Poder Executivo é autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, um credito supplementar de trinta e sete contos e quarenta e sete mil réis (37:047\$000) á rubrica 3ª do art. 2º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



DECRETO N. 234 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Governo a abrir um credito extraordinario de 25.500:000\$ para occorrer ás despesas do Ministerio da Guerra até liquidação do exercicio vigente.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

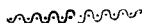
Artigo unico. E' o Governo autorizado a abrir o credito extraordinario de vinte e cinco mil e quinhentos contos para occorrer ás despesas do Ministerio da Guerra até a liquidação do exercicio vigente; revogadas as disposições em contrario.

O General de Divisão Bernardo Vasques, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 10 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardo Vasques.



DECRETO N. 234 A — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1894

Concede tres mezes de licença a Carlos Alberto do Espirito Santo, 2º official da Administração dos Correios do Districto Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao 2º official da Administração dos Correios do Districto Federal, Carlos Alberto do Espirito Santo, tres mezes de licença com ordenado afim de tratar de sua saúde.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Antonio Olyntho dos Santos Pires.



DECRETO N. 235 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa a abertura de creditos supplementares destinados ao pagamento do augmento de vencimentos dos patrões das embarcações do Arsenal de Marinha desta Capital.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional resolve e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º O Governo é autorizado a abrir os seguintes creditos supplementares na rubrica — Arsenaes — para serem applicados ao pagamento do augmento de vencimentos dos patrões das embarcações do Arsenal de Marinha desta Capital:

De 7:176\$528 correspondente ao exercicio de 1893;

De 11:488\$740 correspondente ao exercicio de 1894.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Almirante Elisiario José Barbosa, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Elisiario José Barbosa.



DECRETO N. 236 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1894

Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 1.462:000\$ para ser applicado a diversas verbas do actual organimento.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional resolve e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Marinha o credito de 1.462:000\$, sendo para as rubricas:

Munições navaes — 400:000\$000;

Material de construcção naval — 300:000\$000;

Combustivel — 550:000\$000;

Fretes etc., — 100:000\$000;

Obras — 100:000\$000;

Força naval (material) — 12:000\$000.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Almirante Elisiario José Barbosa, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Elisiario José Barbosa.



DECRETO N. 237 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1894

Melhora a reforma do 1º tenente da Armada Camillo de Lellis e Silva.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancciono a seguinte resolução:

Art. 1.º O Governo providenciará no sentido de ser melhorada a reforma do 1º tenente da Armada Camillo de Lellis e Silva, adicionando-se ao tempo de serviço, que contava quando foi reformado, os prestados posteriormente na guerra do Paraguay, na Capitania do Porto e no Quartel-General da Marinha.

Art. 2.º Feito o computo do tempo de serviço de accordo, com o artigo supra, sendo o de campanha pelo dobro, se expedirá nova patente mencionando-se a lei que a autorisar.

Paragrapho unico. Fica entendido que os favores ora concedidos não dão direito a maior vencimento do que os marcados na tabella que vigorava em 1866.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Almirante Elisiario José Barbosa, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Elisiario José Barbosa.



DECRETO N. 238 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Poder Executivo a mandar contar ao 1º tenente reformado Joaquim de Oliveira Fernandes, para os effeitos da jubilação no lugar de professor do 1º Externato do Gymnasio Nacional, o tempo que serviu nas fileiras do Exercito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sancciono a seguinte resolução:

Art. 1.º O Poder Executivo fica autorizado a mandar contar para os effeitos da jubilação no lugar de professor do 1º Externato do Gymnasio Nacional, o tempo que serviu nas fileiras do Exercito, ao 1º tenente reformado do Exercito Joaquim de Oliveira Fernandes.

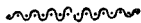
Paragrapho unico. Concedida a jubilação, perderá o dito professor o direito ao soldo de sua reforma, visto como terá de perceber os vencimentos de professor aposentado.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



DECRETO N. 239 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Governo a mandar pagar ao Dr. José Borges Ribeiro da Costa e ao pharmaceutico Augusto Cesar Diogo, preparadores dos laboratorios de chimica inorganica e de pharmacia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, exonerados desses cargos e nelles reintegrados em virtude do art. 1.^o da lei n. 42, de 2 de junho de 1892, o ordenado que deixaram de perceber no intervalo da exoneração á reintegração.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.^o Fica o Governo autorizado a mandar pagar ao Dr. José Borges Ribeiro da Costa e ao pharmaceutico Augusto Cesar Diogo, preparadores dos laboratorios de chimica inorganica e de pharmacia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, exonerados desses cargos e nelles reintegrados em virtude do art. 1.^o da lei n. 42, de 2 de junho de 1892, o primeiro por decreto de 25 de outubro e o segundo por decreto de 9 de setembro do mesmo anno, o ordenado que deixaram de perceber no intervalo da exoneração á reintegração.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1894, 6.^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



DECRETO N. 240 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1894

Determina os vencimentos dos funcionarios civis dos Arsenaes de Marinha e Guerra da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.^o Os vencimentos dos mestros, contra-mestros, operarios e empregados civis dos Arsenaes de Marinha e Guerra da Republica serão os constantes das tabellas annexas sob numeros um a cinco.

Art. 2.^o A presente lei começará a vigorar a primeiro de janeiro de mil oitocentos noventa e cinco.

Art. 3.^o Revogam-se as disposições em contrario.

O Almirante Elisario José Barbosa, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha e o General de Divisão Bernardo Vasques, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, assim o façam executar.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1894, 6.^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Elisario José Barbosa.

Bernardo Vasques.

N. 1— Tabella dos vencimentos da mestrança dos Arsenaes de Guerra e de Marinha da Capital Federal e dos Estados

Para a Capital Federal

CLASSIFICAÇÃO	OFFICINAS DE 1ª ORDEM			OFFICINAS DE 2ª ORDEM		
	Odenado	Gratificação	Total mensal	Odenado	Gratificação	Total mensal
Mestre.....	233\$333	133\$333	366\$000	233\$333	133\$333	366\$000
Contra-mestre.....	200\$000	100\$000	300\$000	166\$666	83\$333	250\$000
Mandador.....	166\$666	83\$333	250\$000	133\$333	66\$666	200\$000

Para os Estados

CLASSIFICAÇÃO	O DENEGADO	GRATIFICAÇÃO	VENCIMENTO MENSAL	VENCIMENTO ANNUAL
Mestre.....	166\$666	83\$333	250\$000	3.000\$000
Contra-mestre.....	133\$333	66\$666	200\$000	2.400\$000
Mandador.....	100\$000	50\$000	150\$000	1.800\$000

N. 2 — Tabella dos vencimentos dos patrões, machinistas, foguistas e remadores do Arsenal de Guerra da Capital Federal.

1	1º patrão.....	40\$000
6	2os patrões a 8\$000.....	48\$000
3	3os ditos a 5\$000.....	15\$000
6	Machinistas a 8\$000.....	48\$000
	Foguistas.....	5\$000
	Remadores.....	3\$000

NOTA — Se os remadores não estarem de praza de prol.

N. 3 — Tabella dos vencimentos que devem perceber os operarios dos Arsenaes de Guerra e Marinha da Capital Federal e dos Estados da Republica.

Para a Capital Federal

CLASSES	OFFICINAS DE 1ª CLASSE			OFFICINAS DE 2ª CLASSE		
	Jornal	Gratificação	Total	Jornal	Gratificação	Total
Operarios de 1ª classe....	53334	23000	80000	43367	23333	78000
» » 2ª »	42557	23333	78000	38000	23000	68000
» » 3ª »	42000	23000	68000	33334	18367	58000
» » 4ª »	33334	18367	58000	28367	18333	48000
» » 5ª »	28367	18333	48000	23000	18000	38000
Aprendizes de 1ª classe...	23000	38000	38000	23500	23500	23500
» » 2ª »	23200	28200	28200	23000	23000	23000
» » 3ª »	18500	18500	18500	18500	18500	18500
» » 4ª »	18500	18500	18500	18000	18000	18000
» » 5ª »	8500	8500	8500	8500	8500	8500
Encarregado de serventes	23367	43333	48000			
Serventes de 1ª classe....		38000	38000			
» » 2ª »		28500	28500			

Para os Estados

CLASSES	Jornal	Gratificação	Total
Operarios de 1ª classe.....	43100	23200	63600
» » 2ª »	38734	18367	58600
» » 3ª »	33070	18533	48600
» » 4ª »	28100	18200	38300
Aprendizes de 1ª »	23000	23000	23000
» » 2ª »	18500	18500	18500
» » 3ª »	18000	18000	18000
» » 4ª »	8500	8500	8500
Serventes.....		28500	28500

Observações

1.ª Estas tabellas servirão para os Arsenaes tanto de Guerra como de Marinha.

2.ª A 6ª classe de operarios do Arsenal de Guerra fica supprimida, passando os respectivos operarios á 5ª classe.

3.ª Os operarios que tiverem mais de 20 annos de serviço, contados estes na razão de 345 dias de trabalho, terão direito a uma gratificação adicional de 20 % sobre seus vencimentos.

4.ª Os operarios extraordinarios perceberão por estas tabellas.

N. 4 — Tabella dos vencimentos para os empregados civis dos Arsenaes de Guerra da Capital Federal e Estados da Republica

CAPITAL FEDERAL	VENCIMENTOS
1 secretario	4:800\$000
1º official	3:600\$000
2º ditos	3:000\$000
Amanuense	2:400\$000
Escrivão	3:600\$000
Escrevente de 1ª classe	1:800\$000
" 2ª "	1:500\$000
Continuos	1:500\$000
Agente de compras	3:600\$000
Porteiro da Secretaria	1:800\$000
Dito do Arsenal	2:400\$000
Apontador	2:760\$000
Ajudante do apontador	1:080\$000
Encarregado do serviço (leitor)	1:800\$000
Pedagogo	3:600\$000
Ajudante do pedagogo	2:400\$000
Guarda	1:200\$000
Coadjuvadores	900\$000
Enfermeiro	1:080\$000
Ajudante do enfermeiro	900\$000
Professor de 1ªs letras	2:400\$000
Dito de musica	2:400\$000
Dito de geometria	1:800\$000
Dito de desenho	1:800\$000
Adjuntos	1:200\$000
Mestre de gymnastica	1:800\$000
Guarda de artilharia	1:800\$000
	54:920\$000
ESTADOS	
PARÁ, PERNAMBUCO, BAHIA E RIO GRANDE DO SUL	
Secretario	3:600\$000
Official	2:400\$000
Amanuense	1:800\$000
Escrevente de 1ª classe	1:200\$000
" 2ª "	900\$000
Escrivão	2:000\$000
Almoxarife	3:600\$000
Escrevão do almoxarife	2:400\$000
Fiel do almoxarife	1:200\$000
Guardas	900\$000
Guarda fiel da polvora	1:200\$000
Servente	900\$000
	22:100\$000

continua aqui>

N. 5 — Tabella dos vencimentos do pessoal civil dos Arsenaes de Marinha da Capital Federal e dos Estados da Republica

CAPITAL FEDERAL	VENCIMENTOS
1 Secretario.....	4:800\$000
2 Officinas a 3:600\$000.....	7:200\$000
2 Amanuenses a 2:400\$000.....	4:800\$000
1 Continuo.....	4:500\$000
1 Porteiro da Secretaria (ex-1º continuo).....	1:800\$000
1 Almoxarife.....	4:80 \$000
3 Escripturarios a 3:000\$000.....	9:000\$000
7 Fieis a 1:800\$000.....	12:600\$000
1 Agente comprador.....	2:400\$000
1 Continuo.....	1:500\$000
3 Fieis do trem bellico a 1:800\$000.....	5:400\$000
5 Directorias :	
5 Amanuenses da Directoria a 2:400\$000.....	12:000\$000
12 Escreventes a 1:800\$000.....	21:600\$000
5 Desenhistas de 1ª classe a 2:600\$000.....	18:000\$000
5 " 2ª " a 2:600\$000.....	12:000\$000
5 Continuos a 1:500\$000.....	7:500\$000
6 Apontadores a 3:600\$000.....	21:600\$000
1 Escrevente do patrão-mór.....	4:800\$000
2 Enfermeiros a 1:000\$000.....	2:400\$000
2 Porteiros do Arsenal a 2:100\$000.....	4:200\$000
Guardas de policia a 1:500\$000.....	\$
Guardas do dique a 1:500\$000.....	\$
	157:260\$000
ESTADOS	
BAHIA, PERNAMBUCO, PARÁ E MATTO GROSSO	
4 Secretarios (um para cada Estado) a 3:600\$000.....	14:400\$000
4 Officinas a 2:400\$000.....	9:600\$000
4 Amanuenses a 1:800\$000.....	7:200\$000
4 1ºs continuos a 1:200\$000.....	4:800\$000
4 2ºs " a 900\$000.....	3:600\$000
4 Almoxarifes a 3:600\$000.....	14:400\$000
4 Escripturarios a 2:000\$000.....	8:000\$000
4 Fieis a 1:200\$000.....	4:800\$000
8 Amanuenses, da Directoria, sendo dous para cada Arsenal, a 1:800\$000.....	14:400\$000
8 Escreventes, idem, a 1:200\$000.....	9:600\$000
8 Desenhistas de 2ª classe, idem, a 2:400\$000.....	19:200\$000
4 Apontadores, sendo um para cada Arsenal, a 2:000\$000.....	8:000\$000
4 Porteiros, idem, a 1:200\$000.....	4:800\$000
Guardas de policia a 2\$100 diarios.....	\$
	122:800\$000



DECRETO N. 241 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1894

Releva a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, cessionaria da Estrada de Ferro de Caxias a S. José de Cajazeiras, do pagamento de multa por excesso de prazo para conclusão das obras da mesma estrada.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão relevada da multa de 2 % sobre as quantias despendidas pelo Thesouro com a garantia de juros, na qual incorreu, por haver excedido o prazo primitivo fixado para a construção da Estrada de Ferro de Caxias a S. José de Cajazeiras, no Estado do Maranhão, até ao fim do prazo adicional, 31 de dezembro futuro.

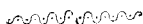
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Antonio Olyntho dos Santos Pires.



DECRETO N. 242 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1894

Fixa a Força Naval para o anno de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º A Força Naval para o anno de 1895 constará:

§ 1.º Dos officiaes da Armada e classes annexas que for preciso embarcar nos navios e transportes da União, conforme suas lotações, e do estado-maior da esquadra e das divisões navaes ;

§ 2.º De 4,000 praças do Corpo de Marinheiros Nacionais, inclusive 300 praças para as tres companhias de foguistas, além de 100 da companhia de Matto Grosso ;

§ 3.º De 1.000 foguistas contractados de conformidade com o respectivo regulamento, promulgado para os foguistas extra-numerarios, enquanto o Corpo de Marinheiros Nacionais não puder fazer face a todas as exigencias do serviço naval;

§ 4.º De 3.000 aprendizes marinheiros;

§ 5.º De 400 praças do corpo de infantaria de Marinha, creado em substituição do batalhão naval, com a organização que este tinha, podendo seu nucleo ser formado pelas praças do Exército presentemente embarcadas na esquadra;

§ 6.º Em tempo de guerra, do pessoal que for necessario para o serviço.

Art. 2.º Fica o Governo autorizado a:

§ 1.º Engajar para o serviço da Armada Nacional, durante a paz ou guerra, o pessoal necessario para preencher os claros que houver na força naval;

§ 2.º Abonar mensalmente aos que se engajarem como marinheiros nacionais ou soldados, mais metade do soldo que ora percebem estas classes, devendo o prazo de engajamento ser pelo menos de tres annos;

§ 3.º Conceder aos marinheiros nacionais procedentes das escolas de aprendizes, que completarem cinco annos de serviço, sem nota que os desabone, uma gratificação mensal equivalente à metade do soldo da classe a que pertencerem;

§ 4.º Abonar a gratificação mensal correspondente à metade do soldo de sua classe ás praças do Corpo de Marinheiros Nacionais que completaram o tempo legal de serviço e continuarem a servir sem engajamento;

§ 5.º Reformar o regulamento do Corpo de Marinheiros Nacionais, de accordo com os progressos navaes;

§ 6.º Augmentar o numero das escolas de aprendizes marinheiros, dotando-as de tudo que for mister para o desenvolvimento do ensino elementar e profissional;

§ 7.º Elevar a 50 o numero de guardas para o policiamento do Arsenal de Marinha desta Capital, completando-o com os inferiores e praças dos corpos de Marinha e do Exército que houverem obtido baixa do serviço;

§ 8.º Alterar o regulamento da brigada de artefices militares, fundindo a profissão de calafate com a de carpinteiro e creando o lugar de armeiro, na mesma brigada, com as vantagens dos demais artefices;

§ 9.º Reformar as escolas de machinistas existentes, com o intuito já de elevar o ensino ao nivel da importante missão, que cabe a esses servidores, já de formar machinistas para a marinha, assim de guerra, como mercante, cabendo preferencia aos que forem melhor classificados para admissão no Corpo de Machinistas Navaes;

§ 10. Construir armazens que sirvam de deposito para o trem bellico da Marinha, em substituição dos que foram destruidos em consequencia da revolta;

§ 11. Considerar na reserva os navios que não forem precisos para o serviço ou carecerem de reparações que se prolonguem

por mais de 90 dias. Cada um desses navios terá a bordo o seguinte pessoal militar: commandante, immediato, commissario, mestre, fiel e um quinto da respectiva lotação.

O commandante e immediato ficam percebendo os vencimentos da tabella, como navio desarmado ou em disponibilidade, percebendo os demais vencimentos integraes.

Art. 3.º O Ministro da Marinha, de accordo com o da Industria, Viação e Obras Publicas, providenciara para que as companhias de paquetes subvencionadas pelo Estado sejam obrigadas a construir seus navios com os requisitos indispensaveis para, na eventualidade de guerra, convertel-os em cruzadores auxiliares.

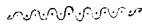
Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Almirante Elisiario José Barbosa, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1894, 6.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Elisiario José Barbosa.



DECRETO N. 243 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1894

Approva o credito supplementar de 1.429:580\$833 aberto pelo decreto n. 1852 de 22 de outubro de 1894 á verba —Caixa da Amortisação—para occorrer ás despesas até ao fim do corrente exercicio com as encomendas e assignaturas de notas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º É approvado o credito supplementar de 1.429:580\$833, aberto pelo decreto n. 1852 de 22 de outubro de 1894 á verba —Caixa da Amortisação—rubrica 11 do art. 7.º da lei n. 191 B de 30 de setembro de 1893, para occorrer até ao fim do corrente exercicio ás despesas já feitas e por fazer com as encomendas e assignaturas de notas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro e Secretario dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1894, 6.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Francisco de Paula Rodrigues Alves.



DECRETO N. 244 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1894

Approva o credito supplementar de 150:000\$ aberto pelo decreto n. 1858 de 27 de outubro de 1891 a verba — Exercícios findos — para regularisar a despesa já effectuada e solver outras que não foram reclamadas ou satisfeitas opportunamente.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' approvado o credito supplementar de 150:000\$, aberto pelo decreto n. 1858 de 27 de outubro de 1891 a verba — Exercícios findos — rubrica 31 do art. 7º da lei n. 191 B de 20 de setembro de 1893, para regularisar a despesa já effectuada e solver outras que não foram reclamadas ou satisfeitas opportunamente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro e Secretario dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Francisco de Paula Rodrigues Alves.



DECRETO N. 245 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Governo a abrir o credito extraordinario de 800:000\$ para occorrer ás despesas com festejos e recepção da commissão de officiaes orientaes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' o Governo autorisado a abrir o credito extraordinario de 800:000\$, para occorrer ás despesas com os festejos e recepção condigna da commissão de officiaes que a Nação Oriental encarregou de fazer entrega das medalhas com que commemorou a guerra do Paraguay, destinadas ao Exército brasileiro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro e Secretario dos Negocios da Guerra assim o faça executar.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardo Vasques.



DECRETO N. 246 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1894

Regula os vencimentos do funcionario aposentado por effeito do decreto legislativo n. 50 de 13 de junho de 1892.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º As palavras—vencimentos a que tiver direito, escriptas no final do art. 1.º do decreto legislativo n. 50 de 13 de junho de 1892, comprehendem o ordenado e a gratificação a que tem direito o empregado a quem por esse decreto foi concedida a aposentadoria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.

~~~~~

## LEI N. 247 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1894

Regula o soldo e etapa dos officiaes effectivos e praças do Exército e da Armada.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O soldo e etapa dos officiaes effectivos e praças do Exército e Armada serão regulados pelas tabellas que acompanham a presente lei.

Art. 2.º Os vencimentos dos melicos adjuntos ficam augmentados de 30 % e o dos pharmaceuticos de 20 %.

Art. 3.º Fica o Governo autorizado :

1º, a discriminar em regulamento especial todas as disposições relativas ao soldo, etapa e gratificações diversas que competem aos officiaes do Exército e da Armada, classes annexas e praças de pret;

2º, a rever as tabellas das gratificações dos officiaes da Armada e classes annexas, de modo que fiquem equiparadas ás dos officiaes do Exército;

3º, a rever as ajudas de custo a que tiverem direito os officiaes do Exército, da Armada e classes annexas, quando em viagem de

um Estado para outro, regulando-as de modo que, em igualdade de distancia, a quota por viagem terrestre corresponda, no minimo, ao duplo da que for devida pela maritima;

4.º, a decretar os necessarios creditos no exercicio vigente e no de 1895 para execução da presente lei.

Art. 4.º O official de marinha embarcado e bem assim o das classes annexas recebe em dinheiro a differença entre a etapa diaria e a importancia da razão do paiol.

Art. 5.º Ficam remidas as dividas a Fazenda Nacional deixadas pelos funcionarios civis e militares que succumbiram no serviço da defesa da Republica.

Art. 6.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Almirante Elisiario José Barbosa e o General de Divisão Bernardo Vasques, Ministros de Estado dos Negocios da Marinha e da Guerra, assim o tenham entendido e façam executar.

Capital Federal, 15 de dezembro de 1894, 6.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisiario José Barbosa.*

*Bernardo Vasques.*

N. 1 — Tabella do soldo e etapa que devem perceber os officios do Exercito, Armada e classes annexas a que se refere a lei n. 247 desta data.

|                                           | SOLDO MENSAL | ETAPA DIARIA             |
|-------------------------------------------|--------------|--------------------------|
|                                           |              | Etapa de praça<br>diária |
| Marechal ou almirante.....                | 1.000\$      | 14 » »                   |
| General de divisão ou vice almirante...   | 800\$        | 12 » »                   |
| General de brigada ou contra-almirante... | 600\$        | 10 » »                   |
| Coronel ou capitão de mar e guerra....    | 400\$        | 8 » »                    |
| Tenente-coronel ou capitão de fragata...  | 320\$        | 7 » »                    |
| Major ou capitão-tenente.....             | 280\$        | 6 » »                    |
| Capitão ou 1.º tenente da Armada.....     | 200\$        | 5 » »                    |
| 1.º tenente ou 2.º tenente da Armada....  | 140\$        | 4 » »                    |
| Alferezes ou guarda-marinha.....          | 120\$        | 4 » »                    |

#### OBSERVAÇÕES

A etapa do official de marinha será tirada de sua gratificação, devendo esta ser equiparada á dos officios do Exercito que exercerem funcções equivalentes.

Continuam em vigor as tabellas approvadas pelo decreto n. 946 de 1 de novembro de 1890, que não foram alteradas pela presente lei.

Capital Federal, 15 de dezembro de 1894.—*Elisiario José Barbosa.*—*Bernardo Vasques.*

N. 2 — Tabella do soldo que devem perceber as praças de pret do Exercito e da Armada a que se refere a lei n. 247 desta data.

|                                            |        |
|--------------------------------------------|--------|
| Sargento ajudante.....                     | 2\$000 |
| Sargento quartel-mestre.....               | 2\$000 |
| 1º sargento.....                           | 1\$250 |
| 2º sargento.....                           | 1\$000 |
| Forriel.....                               | \$750  |
| Cabo, clarim, corneta e tambor.....        | \$500  |
| Anspeçadas e marinheiros de 1ª classe..... | \$400  |
| Soldados e marinheiros de 2ª classe.....   | \$360  |
| Grumete.....                               | \$300  |
| Mestre de musica.....                      | 2\$000 |
| Musicos de 1ª classe.....                  | 1\$000 |
| Musicos de 2ª classe.....                  | \$750  |
| Musicos de 3ª classe.....                  | \$500  |
| Telegraphistas.....                        | 2\$000 |
| Mandadores.....                            | 2\$000 |

## OBSERVAÇÕES

Os voluntarios perceberão, enquanto estiverem nesta qualidade de praça, uma gratificação diaria de 125 réis.

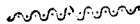
As praças que, findo seu tempo de serviço, continuarem nas fileiras com ou sem engajamento, perceberão uma gratificação diaria de 250 réis.

Os artifices de fogo, clarins, cornetas e tambores-môres perceberão soldo de 2º sargento.

Os espingardeiros, coronheiros, serralheiros, carpinteiros de sege, cocheiros e ferradores terão o soldo de cabo.

As praças presas, não fazendo serviço, perderão as gratificações, e as sentenciadas só receberão metade do soldo.

Capital Federal, 15 de dezembro de 1894.— *Elisario José Barbosa.*— *Bernardo Vasques.*



## LEI N. 248 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1894

Altera as disposições do art. 7.º relativas á organização do Conselho Municipal do Districto Federal e regula o processo para as eleições de que trata o art. 83 da lei n. 85 de 20 de setembro de 1892.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º As eleições de que trata a lei n. 85 de 20 de setembro de 1892, art. 83, regular-se-hão pelas seguintes disposições :

Art. 2.º Cada um dos tres actuaes districtos eleitoraes em que, pelo decreto n. 153 de 3 de agosto de 1893, se achá dividido o Districto Federal, elegerá para o Conselho Municipal a terça parte dos membros deste.

Art. 3.º A eleição para membros do Conselho Municipal será feita no primeiro domingo do mez de dezembro que preceder ao dia designado (7 de janeiro) para a renovação do mesmo Conselho. O Prefeito expedirá para esse fim as ordens necessarias.

§ 1.º Para a eleição, cada eleitor votará em cinco nomes escriptos em uma unica cedula.

§ 2.º O primeiro nome collocado no alto de cada cedula considerá-se votado em primeiro turno para ser eleito por quociente; os outros nomes formarão segundo turno para serem eleitos por pluralidade de votos.

§ 3.º Consideram-se eleitos no primeiro turno todos os cidadãos que conseguirem um numero de votos correspondente ao quociente que resultar da divisão por cinco das cedulas apuradas nas diversas secções de cada districto eleitoral, não se incluindo, no ceculo, as cedulas em branco nem as que forem encontradas em involuero que contenha mais de uma.

§ 4.º Para preencher os logares que faltarem até ao numero de cinco em cada districto, por não attingirem ao quociente os cidadãos votados, considerá-se-hão eleitos os mais votados do segundo turno até ao preenchimento de todas as vagas.

§ 5.º O cidadão eleito no primeiro turno abrirá vaga no segundo, si também for eleito neste.

§ 6.º Em caso de empate no segundo turno, considerá-se-ha eleito o mais votado no primeiro, mas que não attingiu ao quociente. Si houver empate em ambos os turnos, considerá-se-ha eleito o mais velho.

§ 7.º O processo da apuração dos votos será duplo e simultaneo, um para cada turno. A apuração do primeiro nome de cada cedula, para formar o primeiro turno, será escripta por um unico mesario.

Art. 4.º Para a organização das secções, mesas, votação e mais trabalhos eleitoraes, prevalecerão, a titulo permanente, as disposições dos arts. 61 e seguintes da lei n. 85 de 20 de setembro de 1892, modificada sómente na parte em que são abrogadas pela presente lei.

Art. 5.º As nomeações de eleitores para mesarios e as designações dos editais para funcionarem as mesas eleitoraes, serão pelos pretores e communicadas por officio ao Prefeito e a cada um dos nomeados e publicadas por editaes e pela imprensa.

§ 1.º Na falta ou omissão dos pretores, o Prefeito fará as alludidas nomeações e designações.

§ 2.º Ao Prefeito incumbe a remessa ao pretor, com urgencia, dos livros, urnas e mais objectos necessarios ao serviço eleitoral.

Art. 6.º Na falta absoluta de mesarios até ás 9 horas do dia designado, os eleitores presentes aعلانarão um de entre si para presidir a eleição, e este convidará mais quatro eleitores para mesarios, os quaes funcionarão até terminar o processo eleitoral.

Art. 7.º A votação e apuração deverão ficar terminadas até ás 5 horas da tarde. A confecção da acta poderá prolongar-se, sem interrupção, o tempo necessario para a conclusão dos trabalhos.

Art. 8.º Os trabalhos da apuração geral deverão principiar ás 10 horas da manhã; findos elles, lavrar-se-ha, em livro proprio, uma acta diaria circumstanciada, que contenha o nome de todos os cidadãos votados em cada districto para cada um dos dous turnos pela ordem numerica de votação, de accordo com o disposto no art. 3.º e seus paragraphos. No ultimo dia lavrar-se-ha uma acta geral resumida, que será enviada ao Tribunal Civil, onde ficará archivada; della se extrahirá uma cópia para ser remettida á secretaria do Governo Municipal.

Art. 9.º A cada um dos intendentes eleitos dirigirá o pretor presidente um officio communicando-lhe o resultado da apuração na parte que lhe disser respeito.

Art. 10. A posse terá lugar logo que estejam reconhecidos dous terços, pelo menos, dos intendentes eleitos e será dada pelo anterior Conselho de Intendencia ou, na sua falta, pelo Prefeito.

Art. 11. Os membros do Conselho Municipal servirão por dous annos.

Art. 12. O mandato de cada Conselho terminará sempre no dia 7 de janeiro posterior ao segundo anno, qualquer que seja o dia da posse.

Art. 13. As vagas que occorrerem serão preenchidas pelos ~~supplentes~~ mais votados no primeiro turno de cada districto por onde se der a vaga.

Art. 14. Além dos mencionados no art. 4.º da lei n. 85 de 20 de setembro de 1892, são incompativeis : 1.º, os delegados de hygiene e inspectores escolares que exercerem esses cargos dentro de seis mezes anteriores á eleição; 2.º, os apresentados em cargos municipaes e federaes.

Art. 15. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de dezembro de 1894, 6.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS,

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



continua aqui>



## DECRETO N. 249 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Governo a conceder ao escriptuario da Estrada de Ferro de Paulo Afonso, Antonio Candido da Silva Leão, um anno de licença com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte :

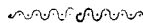
Art. 1.º Fica autorizado o Poder Executivo a conceder ao escriptuario da Estrada de Ferro de Paulo Afonso, Antonio Candido da Silva Leão, um anno de licença com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 250 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Poder Executivo a conceder um anno de licença com o respectivo ordenado ao lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Epitacio da Silva Pessoa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

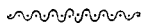
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao Dr. Epitacio da Silva Pessoa, lente da Faculdade de Direito do Recife, um anno de licença, com o respectivo ordenado, a contar de 15 do corrente mez, afim de tratar da saude de pessoa de sua familia; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1894, 6ª da Republica

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 251 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença, com ordenado, ao bacharel Joaquim Pires de Amorim, juiz seccional do Estado do Espirito Santo, para tratar de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao bacharel Joaquim Pires de Amorim, juiz seccional do Estado do Espirito Santo, seis mezes de licença, com ordenado, afim de tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 252 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Governo a abrir o credito extraordinario de duzentos contos de réis (200:000\$000) para occorrer ás despezas com a demarcação da fronteira entre o Brazil e a Bolivia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Governo autorizado a abrir no vigente exercicio o credito extraordinario de duzentos contos de réis (200:000\$), para occorrer ás despezas com a demarcação da fronteira entre o Brazil e a Bolivia ; revogando-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos de Carvalho.*



## DECRETO N. 253 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Poder Executivo a aposentar o Dr. Antonio Martins Pinheiro no cargo de ajudante do inspector geral de saude dos portos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a aposentar o Dr. Antonio Martins Pinheiro no cargo de ajudante da inspector geral de saude dos portos, a contar da data em que foi demittido; e a abrir o necessario credito para pagamento dos vencimentos que lhe competirem.

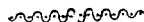
Parapho unico. Para o effeito da aposentadoria será computado tambem o tempo em que serviu como medico do Exercito e secretario da Inspectoria Geral de saude dos portos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 253 A — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1894

Concede ao 1º official da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas, Jacintho Dias Cardoso, um anno de licença com o respectivo ordenado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao cidadão Jacintho Dias Cardoso, 1º official da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 254 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Governo a abrir o credito supplementar de 474:734\$905, para occorrer a despesas com a Policia do Districto Federal, no exercicio vigente.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sancciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Governo autorizado a abrir o credito supplementar de 474:734\$905, para occorrer a despesas com a Policia do Districto Federal, art. 6º da lei n. 191 A, de 30 de setembro de 1893, no exercicio vigente; revogando-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 255 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1894

Concede aos Ministerios da Guerra e da Marinha o credito de 27.000:000\$ ao cambio de vinte e sete dinheiros esterlinos, para reconstituição do material do Exercito e da Armada.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sancciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' concedido aos Ministerios da Guerra e da Marinha, para reconstituição do material do Exercito e da Armada, o credito de vinte e sete mil contos de réis, ao cambio de vinte e sete dinheiros esterlinos, que será distribuido pelo Poder Executivo conforme as necessidades dos serviços a que se destina; revogadas as disposições em contrario.

Os Ministros de Estado dos Negocios da Marinha e da Guerra assim o façam executar.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario José Barbosa.*

*Bernardo Vasques.*



## DECRETO N. 256 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Poder Executivo a conceder ao Dr. Manoel Fernandes Sá Antunes, professor da 1ª cadeira da 2ª serie do curso annexo à Faculdade de Direito do Recife, um anno de licença com o respectivo ordenado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

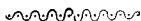
Art. 1.º E' autorizado o Poder Executivo a conceder ao Dr. Manoel Fernandes Sá Antunes, professor da 1ª cadeira da 2ª serie do curso annexo à Faculdade de Direito do Recife, um anno de licença com o respectivo ordenado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 257 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1894

Concede aos 1º e 2º cirurgiões do Corpo de Bombeiros desta Capital os postos de major e capitão, com as vantagens que lhes são inherentes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

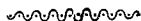
Art. 1.º Os 1.ºs e 2.ºs cirurgiões do Corpo de Bombeiros do Districto Federal terão os postos de major e capitão, e gozarão de todas as vantagens inherentes ao mesmos postos, nos termos do art. 45 do decreto n. 9829 de 31 de dezembro de 1887.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 258 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1894

Determina que os vencimentos dos officiaes da Brigada Policial e Corpo de Bombeiros sejam os mesmos marcados para os officiaes do Exercito;

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

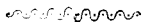
Art. 1.º Os vencimentos, sobre e etapa dos officiaes da Brigada Policial e Corpo de Bombeiros serão os mesmos marcados para os officiaes do Exercito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 259 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa a abertura do credito extraordinario de cem contos de réis (100:000\$) para occorrer ao pagamento das terras e aguas do rio Covanea adquiridas ao Dr. Joaquim José de Siqueira e sua mulher.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

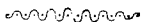
Art. 1.º E' autorizado o Governo a abrir o credito extraordinario de cem contos de réis ( 100:000\$ ) para comprar as terras e aguas do rio Covanea, de propriedade do Dr. Joaquim José de Siqueira e sua mulher, nos termos do contracto com os mesmos celebrado em 25 de janeiro de 1894.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 260 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1894

Concede aos Ministros de Estado uma gratificação mensal de 1:000\$ para representação, além dos seus vencimentos; e autorisa a abertura do necessario credito para occorrer á despesa no exercicio de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Os Ministros de Estado perceberão, além de seus vencimentos, uma gratificação mensal de 1:000\$ para representação.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o necessario credito para occorrer a esta despesa no exercicio de 1895.

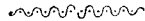
Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de dezembro de 1894, 6.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## LEI N. 261 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Governo a abrir no corrente exercicio de 1894 diversos creditos aos Ministerios da Fazenda, da Justiça e Negocios Interiores, das Relações Exteriores e da Industria, Vição e Obras Publicas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' autorizado o Governo a abrir no corrente exercicio de 1894, para os serviços adiante mencionados, os seguintes creditos na importancia total de dous mil novecentos trinta e nove centos oitocentos quarenta e oito mil cento e oitenta e tres réis (2.939:848\$183), assim distribuidos:

Pelo Ministerio da Fazenda:

*Credito supplementar* na importancia de 908:172\$480, para:

Eventuaes — rubrica 28 do art. 7.º da lei n. 191 B de 30 de setembro de 1893. Pagamento de despesas que correm por esta verba 20:000\$000.

Exercicios findos — rubrica 31 do art. 7.º da lei citada,— pagamento de contas atrazadas á *American Bank Note Company*

234:391\$900; idem á Directoria do Correio Francez, pelo transporte de correspondencia, desde 1889 até ao primeiro semestre de 1892, 353:789\$580. Liquidação das dividas da Companhia Lloyd Brasileiro, 309:000\$000.

Paragrapho unico. Fica o Governo autorizado a abrir, no corrente exercicio, á verba — Reposições e restituições — o preciso credito para pagar aos Estados Unidos da União a divida proveniente dos impostos arrecadados durante o periodo da organização constitucional dos Estados e pertencentes aos mesmos, nos termos da Constituição.

Art. 2.º Pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores:

*Credito supplementar* na importancia de 466:500\$, para :

Policia da Capital Federal — rubrica 13 do art. 2º da lei n. 191 B de 30 de setembro de 1893, pagamento dos officiaes e praças ultimamente reformadas e dos que o forem até ao fim do corrente exercicio, 26:500\$000.

Obras — rubrica 30 do art. 2º da lei citada — pagamento de obras em diversos edificios, inclusive o palacio da Presidencia da Republica, 350:000\$000.

Eventuaes — rubrica 41 do art. 2º da lei citada — pagamento de despesas comprehendidas no art. 61 da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892, e de differenças de cambio com as despesas dos pensionistas da União na Europa, 90:000\$000.

Art. 3.º Pelo Ministerio das Relações Exteriores:

*Credito supplementar* na importancia de 239:000\$, para :

Ajudas de custo — rubrica 4ª do art. 3º da lei n. 191 B de 30 de setembro de 1893 — pagamento de ajudas de custo que terão de ser concedidas com o preenchimento das vagas do Corpo Diplomatico e Consular, 209:000\$000.

Extraordinarios no exterior — rubrica 5ª do art. 3º da lei citada — pagamento de telegrammas e gastos com soccorros a brasileiros desvalidos e outras eventuaes, 30:000\$000.

Art. 4.º Pelo Ministerio da Industria, Viagem e Obras Publicas:

*Credito extraordinario* na importancia de 721:572\$914, equivalente a £ 34.575—7—5, ao cambio de 11 ½, para pagamento de materiaes adquiridos nos Estados Unidos da America do Norte com destino ás estradas de ferro da Baturité, prolongamento da Central do Brazil, Porto Alegre a Uruguayana, Sobral, prolongamento da da Bahia, Paulo Afonso e Central de Pernambuco.

*Credito extraordinario* na importancia de 613:602\$759, para aquisição de material rodante para a Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 262 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Poder Executivo a abrir ao corrente exercicio financeiro um credito extraordinario de 285:435\$768, para a reconstrução de paços de polvora na Ilha do Boqueirão e outro de 731:580\$ para as despesas com obras urgentes em diversos estabelecimentos militares.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' autorizado o Presidente da Republica a abrir no corrente exercicio financeiro um credito extraordinario de 285:435\$768 para a reconstrução de paços de polvora na Ilha do Boqueirão e outro de 731:580\$, para as despesas com as obras urgentes em diversos estabelecimentos militares.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O General de Divisão Bernardo Vasques, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 20 de dezembro de 1894, 6.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



## DECRETO N. 263 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1894

Interpreta a expressão — com aproveitamento, do artigo unico § 1º do decreto legislativo n. 205 de 26 de setembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. As palavras — com aproveitamento, do decreto legislativo n. 205 de 26 de setembro de 1894 (artigo unico § 1º) não privam os alumnos dos cursos superiores das Escolas Militares da vantagem consignada no mesmo decreto, a qual deve ser entendida como approvação em todas as materias do

anno e não simplesmente como approvação nas cadeiras onde tiveram sido obtidas contas de anno pelos respectivos alumnos.

O General de Divisão Bernardo Vasques, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



# LEI N. 264—DE 20 DE DEZEMBRO DE 1894.

Fixa as Forças de terra para o exercicio de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º As forças de terra para o exercicio de 1895 constarão:

§ 1.º Dos officiaes de differentes classes do quadro do Exercito;

§ 2.º Dos alumnos das Escolas Militares até 1.200 praças e de 400 para a escola de officiaes inferiores;

§ 3.º De 28.120 praças de pret, distribuidas de accordo com os quadros em vigor.

Art. 2.º Estas forças serão contempladas pela fórma expressa no art. 87 § 4º da Constituição e na lei n. 2556 de 26 de setembro de 1874, com as modificações estabelecidas nos arts. 3º e 4º da lei n. 39 A de 30 de janeiro de 1892.

Art. 3.º Os voluntarios, enquanto gosarem dessa qualidade de praça, perceberão, além do soldo, uma gratificação diaria de 125 réis; as praças que, findo seu tempo de serviço, continuarem nas fileiras com ou sem engajamento, perceberão uma gratificação diaria de 250 réis; e quando tanto umas como as outras forem escusas, se lhes concederá nas colonias da União ou nas fronteiras, conforme preferirem os interessados, um prazo de terra de 1.089 ares.

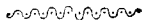
Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O General de Divisão Bernardo Vasques, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 20 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



continua aqui>

## LEI N. 265 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1894

Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1895 e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º A receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para o exercicio de 1895, é orçada em 270.198:000\$ e será realisada com o producto do que for arrecadado dentro do mencionado exercicio, sob os titulos abaixo designados:

## RECEITA ORDINARIA

## Importação

1. Direitos de importação para consumo, nos termos da lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891, e das disposições legais a que ella se refere, elevados ao triplo os direitos que pagam os phosphoros e ao dobro os que pagam o fumo e o sal grosso, continuando a pagar 30 % os seguintes artigos da tariffa: os das classes 15 e 16 que forem de luxo ou fantasia; os da classe 17, excluidos os de ns. 558 a 561 e os de juta que não forem de luxo ou fantasia; os da classe 18, excluidos os de ns. 599 a 601; os da classe 35; fio torcido ou linho de qualquer qualidade em carreteis, novellos ou meadas, para costura, crochet, tricot, e semelhantes, alamares, alcatifas, baréges, franjas, requifes, galões, ligas, mantas, manteletes, camislinhas, camisas, rendas, roupas feitas, meias de linho ou de lã, tiras e entremeios, transparentes, brocados, lhamas, chales, lenços, excepto os de algodão, fitas de qualquer qualidade, frocos, filó, gaze, laços, pellucia, velludos e tapetes; obras ou artefactos de ou com madreperola, marfim, tartaruga, coral, ouro, prata, platina e pedras preciosas; vasos, e quaesquer artigos de louça ns. 5 e 6; lustres, candelabros e serpentinas de qualquer qualidade e quaesquer artigos de vidro de n. 2; moveis de madeira fina e quaesquer obras ou artigos de ou com ouro ou prata; perfumarias, bijouterias de

qualquer qualidade ; figuras, bustos, estatuas, vasos e outros objectos ou peças de luxo, adorno e fantasia, de barro, louça, vidro ou metal ; obras e artefactos de mármore, alabastro, porphyro, jaspe e pedras semelhantes ; pontas de Pariz ; calçado de qualquer tecido de seda ou com mescla de seda ; luvas, espartilhos, gravatas, chapéus e bonnets de qualquer qualidade ; pannos, casemiras, e cassinetas de lã, singelas ou dobradas, com ou sem mescla de seda, bordadas ou não e os não especificados ; alpacas, cassas de lã, lilaz, merinós, durantes, damascos, cachemiras, princezas, sarjas, serafinas, gorgorões, royal, setim da China, touquins, risso e tecidos semelhantes e não classificados, lisos ou entrançados, lavrados ou adamascados ; cordoalhas (n. 576 da tarifa), correias de couro, de algodão ou borracha, taxeadas ou não, para machinas (n. 1012 da tarifa) ; queijos, presuntos de qualquer modo preparados, conservas de qualquer qualidade, salvo as congeladas, paños, linguiças ou chouriços, caldo ou geleas, salames ou extractos ; pagando mais 40 %, os seguintes artigos : bebidas fermentadas e licores, liquidos e bebidas alcoolicas ; cartas de jogar ; arreios e carruagens e os artigos da classe 27 ; diminuidas de 50 % as taxas do sulfureto de carbono ; equiparadas as taxas que paga o macarrão ás dos biscoitos e bolachinhas.

As taxas para os liquidos serão as seguintes :  
15 % para os cascos que contiverem oleos.  
18 % para os cascos que contiverem bebidas fermentadas e alcoolicas.

Para todos os outros envoltorios em que possam ser acondicionadas estas mercadorias, regularão as taxas do art. 173 da tarifa, para os acetatos, ficando em pleno vigor as notas 13 a 18 da mesma tarifa e, bem assim, os arts. 25 e 26 dos preliminares da mesma.

As aggravações de impostos, determinadas acima, só serão cobradas das mercadorias que sahirem do porto de origem a partir de 1 de fevereiro de 1895.

2. Expediente dos generos livres de direitos de consumo, na conformidade da lei n. 126 de 21 de novembro de 1892, isentas as sementes destinadas á lavoura.

3. Expediente das capatazias, elevadas as taxas a 150 réis e 75 réis.
4. Armazenagem, elevadas as taxas a 1  $\frac{1}{2}$ , 2  $\frac{1}{2}$  e 3  $\frac{1}{2}$  %.

### Despacho marítimo

5. Imposto de pharóes.
6. Imposto de docas.

### Addicionaes

7. Taxas addicionaes sobre os direitos de importação para consumo, na conformidade da lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891, isento dessas taxas o papel para impressão.
8. Dez por cento addicionaes sobre os impostos de expediente de generos livres de direitos de importação, pharóes e docas. Ficam supprimidos os impostos de 10 % addicionaes sobre os direitos de expediente das capatazias e armazenagens.

### Sahida

9. Direitos de 2  $\frac{1}{2}$  % da polvora fabricada por conta do governo e dos metaes preciosos em pó, pinha, barra ou obras; de 1  $\frac{1}{2}$  % do ouro em barra fundido na Casa da Moeda e de 1 % dos diamantes; e sobre a importação do Districto Federal, de productos não sujeitos à exportação dos Estados.....

### Interior

10. Renda da fazenda de Santa Cruz e outras de propriedade da União.....
11. Imposto de 3  $\frac{1}{2}$  % sobre dividendos dos titulos das companhias ou sociedades anonymas com séde no Districto Federal.....
12. Juros das acções das estradas de ferro da Bahia e Pernambuco.....
13. Renda da Estrada de Ferro Central do Brazil.....

14. Renda das estradas de ferro custeadas pela União.....
15. Dita do Correio Geral.....
16. Dita dos telegraphos electricos, inclusive a taxa de fr. 0,10, ouro, por palavra de telegramma em percurso nos cabos da *Brasiliian Submarine Company, Limited*..
17. Dita da Casa da Moeda.....
18. Dita da Imprensa Nacional e *Diário Official*.
19. Dita da Fabrica de Polvora.....
20. Dita da Fabrica de Ferro de S. João do Ipanema.....
21. Dita dos Arsenaes.....
22. Dita da Casa de Correção.....
23. Dita do Gymnasio Nacional.....
24. Dita do Instituto dos Surdos-Mudos....
25. Dita do Instituto Nacional de Musica....
26. Dita de matriculas nos estabelecimentos officaes de instrucção superior.....
27. Dita da Assistencia dos Alienatos .....
28. Dita arrecadada nos consulados.....
29. Dita dos proprios nacionaes.....
30. Fóros de terrenos de marinha.....
31. Laudemios.....
32. Premios dos depositos publicos.....
33. Contribuição das companhias ou emprezas de estradas de ferro, subvencionadas ou não e de outras companhias para as despesas da respectiva fiscalisação.....
34. Imposto do sello, de accordo com as taxas estabelecidas pela lei de 30 de novembro de 1891, elevado a 600 réis o sello das procurações de proprio punho, quer as escriptas e assignadas, quer as somente assignadas, elevando a 1\$000 o sello de cada despacho de importação, excluido o sello sobre bilhetes de loteria e sobre dividendos de bancos, companhias e sociedades anonymas com sede nos Estados.
35. Imposto de transporte.. ..
36. Imposto de 2 % sobre vencimentos e subsidios, inclusive os do Presidente e Vice-Presidente da Republica e o dos membros do Congresso Nacional.....
37. Rendimento das pennas d'agua.....
38. Cobrança da divida activa.....
39. Imposto de 2 % sobre o capital das loterias federaes e de 3 % sobre o das estaduais, cuja venda de bilhetes se effectuar na Capital Federal, na fórma das leis em vigor.....

## Consumo

|                                                                                                                                           |       |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| 40. Fumo em bruto de produção estrangeira por 500 grammas ou fracção desta unidade.....                                                   | \$100 |
| Fumo picado, mizado ou desfiado, inclusive o manufacturado em cigarros por 25 grammas ou fracção desta unidade, de produção nacional..... | \$010 |
| Fumo picado, mizado, ou desfiado, de produção estrangeira, por 25 grammas ou fracção desta unidade.....                                   | \$040 |
| Charutos, por um, de fabrico estrangeiro.                                                                                                 | \$100 |
| Rapé, por 125 grammas ou fracção desta unidade, de fabrico nacional.....                                                                  | \$010 |
| De fabrico estrangeiro.....                                                                                                               | \$060 |
| Cigarros, por maço, de 20 ou por qualquer fracção de 20 de produção estrangeira.                                                          | \$030 |
| Os cigarros de mortalha ou capa de fumo, de procedencia estrangeira, pagam o dobro desta taxa.                                            |       |

## RECEITA EXTRAORDINARIA

|                                                                                         |  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|--|
| 41. Montepio da Marinha.....                                                            |  |
| 42. Montepio Militar.....                                                               |  |
| 43. Montepio dos empregados publicos.....                                               |  |
| 44. Indemnisações.....                                                                  |  |
| 45. Venda de generos e proprios nacionaes....                                           |  |
| 46. Juros de capitaes nacionaes.....                                                    |  |
| 47. Remanescentes dos premios de bilhetes de loteria.....                               |  |
| 48. Receita eventual, comprehendidas as multas por contravenções de leis e regulamentos |  |

## DEPOSITOS

|                                                                   |  |
|-------------------------------------------------------------------|--|
| 49. Saldo ou excesso entre os recebimentos e as restituições..... |  |
|-------------------------------------------------------------------|--|

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 2.º E' autorizado o Governo :

1º, a emittir bilhetes do Thesouro até á somma de 25.000:000\$, como antecipação da receita no exercicio desta lei; devendo, porém, resgatal-os até ao fim do mesmo exercicio ;

2º, a receber e restituir, de conformidade com o disposto no art. 41 da lei n. 638, de 17 de setembro de 1851, empregando os saldos nas despesas da União e contemplando o excesso das restituições no balanço do exercício, os dinheiros procedentes das seguintes origens:

- a) do empréstimo do cofre dos orphãos;
- b) dos bens de defuntos e ausentes;
- c) dos premios de loterias;
- d) dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro;
- e) dos depositos de outras procedencias;

3º, a rever as tarifas aduaneiras. Nesta revisão serão consolidados os impostos de importação para consumo de modo a constituirem uma só taxa para cada artigo da tarifa, supprimidas as taxas addicionaes. Outrosim, a rever os impostos de expediente dos generos livres de direitos de importação, de docas e pharões, de maneira a consolidar as mesmas taxas, incluindo os addicionaes nas taxas originaes. Neste trabalho de modo algum poderão as taxas ser abaixadas: a futura taxa será o producto da somma das diversas taxas actuaes.

O Governo fará estudar e organizar, sob a base das tarifas actuaes, duas tarifas, uma geral e outra minima, a applicar aos productos estrangeiros e sujeitará este trabalho á approvação do Congresso Nacional em sua proxima reunião.

Art. 3.º Para fazer face ao *deficit* que se possa verificar no exercício desta lei, por insufficiencia de receita, e ás despesas oriundas da revolta de 6 de setembro de 1893, constantes dos creditos extraordinarios e supplementares, approvados pelo Congresso Nacional, assim como para proceder ao resgate do papel-moeda emitido depois daquella data, é o Governo autorisado:

1º, a reduzir as despesas para os diversos Ministerios como julgar conveniente, com poderes para supprimir serviços que a seu juizo puderem ser dispensados, despedindo o respectivo pessoal;

2º, a praticar no estrangeiro operações de credito até seis milhões sterlingos e no paiz até 100.000:000\$ em apolices.

Art. 4.º Fica extensivo a todas as Alfandegas e Mesas de rendas o prazo para consumo das mercadorias susceptíveis de corrupção de que trata o art. 251, § 2º, da *Consolidação das Leis das Alfandegas*.

Art. 5.º O Governo da União continuará a arrecadar os impostos de transmissão de propriedades e de industrias e proffissões no Districto Federal para com elles fazer face ás despesas com os serviços da Municipalidade actualmente a cargo da União e com a metade das despesas que por lei competem á mesma Municipalidade.

Findo o exercício o Thesouro liquidará as contas destes serviços e entregará o saldo, si houver, á Municipalidade do Districto Federal, ou receberá della a differença entre a arrecadação e o total das despesas feitas.

Art. 6.º Ficam elevadas ao triplo as contribuições que são arrecadadas nas Alfandegas em favor das instituições de cari-



dade a que se refere o titulo 8, capitulo 15 da *Consolidação das Leis das Alfandegas*.

Art. 7.º E' autorizado o Governo a inscrever no Thesouro Federal, como divida interna fundada, a emissão em apolices effectuada em virtude do decreto n. 10.322, de 27 de agosto de 1889.

Art. 8.º Fica o Governo autorizado a mandar cunhar no estabelecimento monetario do estrangeiro que offerer melhores vantagens, caso não o possa fazer na Casa da Moeda, a somma de dez mil contos de réis (10.000:000\$) em moedas de 100 e 200 réis.

Art. 9.º O imposto de 2 % sobre o capital das loterias federaes ou de 3 % sobre o capital das loterias estaduais sera pago pelos respectivos concessionarios antes de serem os bilhetes expostos á venda. Os planos das loterias federaes deverão ser approvados pelo Governo. Os planos das loterias estaduais deverão ser depositados no Thesouro com os actos officiaes emanados dos poderes publicos estaduais dos quaes resulte a sua approvação, e julgados conformes pelo mesmo Thesouro. Nos bilhetes sera feita a declaração de ser a loteria federal ou estadual e neste caso a que Estado ella pertence. A fiscalisação das loterias sera feita por empregados do Thesouro que perceberão uma gratificação de 6:000\$, por anno, sendo tres contos e seiscentos mil réis para o fiscal e dous contos e quatrocentos mil réis para o ajudante, supprimida a actual fiscalisação. Os concessionarios das loterias federaes e os das loterias estaduais, cuja venda de bilhetes se fizer na Capital Federal, entrarão para o Thesouro com a quantia de dez contos de réis, para as despesas de fiscalisação por quotas que serão estabelecidas pelo Governo. E' livre a venda de bilhetes das loterias estaduais na Capital Federal desde que forem satisfeitas as formalidades acima exigidas e as determinadas por leis e regulamentos que não forem manifestamente contrarios a esta lei. Fica autorisado o Governo a modificar o regulamento actual no sentido de polo de accordo com estas disposições. Continúa prohibida a entrada e a venda de bilhetes de loterias estrangeiras no territorio da Republica.

Art. 10. Para o lançamento do imposto de pennas d'agua, a Municipalidade do Districto Federal é obrigada a fornecer á repartição fiscal competente uma cópia do lançamento do imposto predial pelo qual aquelle deve ser feito.

Paragrapho unico. E' autorisado o Governo a limitar o consumo de agua da Capital Federal por meio do hydrometro, salvo para os usos domesticos ou da hygiene das habitações.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda a faça executar.  
Capital Federal, 24 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## LEI N. 266 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1894

Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1895 e de outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º A despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para o exercicio de 1895, é fixada na quantia de 275.691:670\$588, a qual será distribuida pelos respectivos Ministerios, na forma especificada nos artigos seguintes:

Art. 2.º O Poder Executivo é autorizado a despendar pela repartição do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, com os serviços designados nas seguintes rubricas, a quantia d..... 15.639:484\$075

A saber:

- |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| 1. Subsídio ao Presidente da Republica.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 120:000\$000   |
| 2. Dito ao Vice-Presidente da Republica.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 36:000\$000    |
| 3. Despesa com o palacio da Presidencia da Republica .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 50:000\$000    |
| 4. Subsídio aos senadores.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 567:000\$000   |
| 5. Secretaria do Senado:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                |
| Elevadas as consignações: no <i>pessoal</i> — de 27:800\$ para augmento de vencimentos e pagamento de um confinho dispensado do serviço em virtude da resolução do Senado, de 27 de agosto de 1894; no — <i>material</i> — de 1:200\$ para papel e outros objectos de expediente da Secretaria; de 1:800\$ para conservação e limpeza do edificio, etc.; e de 10:000\$, para compra de livros, jornaes e outras publicações..... |                |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 273:100\$000   |
| 6. Subsídio aos deputados:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                |
| Elevada de 63:000\$ por ter sido elevado a 212 o numero dos deputados.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 1.908:000\$000 |
| 7. Secretaria da Camara dos Deputados:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                |
| Elevada de 38:800\$ a consignação para o pessoal, em virtude da resolução da Camara, de 28 de agosto de 1893.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 341:000\$000   |
| 8. Ajuda de custo aos membros do Congresso Nacional.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 90:000\$000    |

## 9. Secretaria de Estado :

Diminuida pela suppressão das seguintes consignações: de 6:000\$ para gratificações a quatro empregados que tem exercicio temporario nos gabinetes dos directores geraes; de 6:000\$ para gratificação ao secretario do Ministro; de 800\$ para pagamento da differença de vencimentos a um 2º official da antiga secretaria do interior, que foi exonerado; de 15:000\$ para pagamento a tres 1ºs officiaes addidos, dos quaes um foi exonerado e dous aproveitados; de 2:000\$ para um ajudante do official archivista que foi nomeado amanuense; de 1:000\$ para pagamento do vencimento de um correio; de 4:000\$ relativo a um 2º official addido que passou para o quadro; de 2:000\$ para publicação do relatorio apresentado ao Governo pelo lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Barros Guimarães. Reduzida a 15:000\$ a consignação de 18:000\$ para organisação, impressão e revisão do relatorio, etc. Elevada a 9:600\$ a de 8:640\$ destinada a serventes; a 10:000\$ a de 7:000\$ para despesas eventuaes, assignaturas de jornaes, etc. Incluidas as consignações de 6:000\$ para gratificação do pessoal do gabinete do Ministro e 3:600\$ para gratificação ao auxiliar tecnico junto á Directoria de Justiça.....

431:250\$000

## 10. Justiça Federal:

Incluidas as seguintes quantias: para ordenados dos empregados do extinto Juizo dos Feitos da Fazenda, que passaram a pertencer ao Juizo Seccional, em virtude do decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890 (art. 358), sendo 1:920\$ para dous officiaes de justiça do Districto Federal; 600\$ para dous officiaes de justiça em cada um dos Estados de Pernambuco e Bahia, e 600\$ para um official de justiça no Estado de Matto Grosso; e 30:000\$ para vencimentos de 20 escrivães dos juizes seccionaes, de accordo com o decreto n. 205 de 10 de setembro de 1891..

688:244\$000

## 11. Justiça do Districto Federal:

Para metede das despesas, de accordo com o art. 2º n. 1 desta lei.....

262:038\$000

## 12. Ajuda de custo a magistrados.....

20:000\$000

## 13. Policia do Districto Federal :

Na rubrica — Pessoal da Repartição da Policia: diminuidas as seguintes consignações: para inspectores seccionaes, reduzido o seu numero de 200 a 100, na importancia de 180:000\$000; para agentes de 1.<sup>a</sup> classe, idem de 50 a 25, 00:000\$; para agentes de 2.<sup>a</sup> classe, idem de 100 a 50, 90:000\$; para agentes de 3.<sup>a</sup> classe, idem de 150 a 75, 90:000\$; elevada a 36:000\$ a de 28:800\$ para pagamento dos melicos, cujos vencimentos ficam elevados a 6:000\$, sendo 4:000\$ de ordenado e 2:000\$ de gratificação — Na de material da mesma repartição, reduzidas as seguintes: a 15:000\$ a de 18:000\$ para aluguel da casa; a 54:000\$ a de 60:000\$ destinada a alugueis de postos policiaes; a 4:000\$ a de 5:000\$ para asseio, fornecimento de pidiolas, etc.; elevadas: a 20:000\$ a de 15:000\$ para a iluminação; a 1:800\$ a de 1:400\$ para o serviço de photographar cadaveres; a 180\$ a de 120\$ para taxa de esgotos de tres postos. — Na rubrica — Diligencias policiaes e condução de presos: — Elevada a 90:000\$ a consignação de 40:000\$ para diligencias na Capital. — Na rubrica — Brigada policial — Elevadas as consignações para pessoal e material de 2.673:752\$250 a..... 4.019:361\$500. Quanto ao pessoal, incluída a tabella, que baixou com o decreto n. 1263, de 10 de fevereiro de 1893, assim modificada: — Supprimido o cargo de dentista; reduzido o numero de alferes de 60 a 44 e o de medicos-tenentes de 6 a 4; elevado de 2 a 4 o numero de fiscaes e de ajudantes do regimento de infantaria; fixados em tenentes-coroneis os postos do commandante desse regimento e inspector da contadaria. Quanto ao material: elevada a 300:000\$ a consignação de 222:256\$ para fardamento; a 300:000\$ a de 260:157\$400 para forragem, ferragem, etc.; a 24:000\$ a de 15:000\$ para iluminação; reduzida a 15:000\$ a de 25:000\$ para a remonta de cavallos; a 1:000\$ a de 2:000\$ para concertos de carros; a 6:000\$ a de 6:500\$ para objectos de expediente; a 25:675\$ a

continua aqui&gt;

de 96:706\$720 para correiaes, capotes, etc. Includa a de 8:880\$ para gratificação para residencia ao pessoal da contadoria, aos maiores fiscaes e ajudantes. Na rubrica — Reformados — elevada a respectiva consignação de 50:000\$ a 90:000\$. Para metade das despesas, nos termos do art. 2º, n. I, desta lei.....

2.677:352\$250

## 14. Casa de Correção :

Elevadas as seguintes consignações na rubrica — Pessoal : vencimentos do escriptuario de 1:800\$ a 2:600\$ ; de 5 amanuenses, de 8:000\$ a 10:000\$; de um conferente de 1:800\$ a 2:000\$; de um porteiro comprador de 1:800\$ a 2:000\$000. Supprimida a consignação de 2:400\$ para um capellão e preceptor. Na rubrica — Material : reduzida a 12:000\$ a de 12:600\$ para salarios dos mestres e operarios livres ; a 4:200\$ a de 5:000\$ para salarios dos penitenciarios ; a 3:700\$ a de 5:000\$ para ferramenta e sua conservação ; a 600\$ a de 800\$ para objectos de expediente ; a 400\$ a de 500\$ para publicações.....

152:492\$400

## 15. Guarda Nacional.....

50:000\$000

## 16. Junta Commercial da Capital Federal:

Elevada de 480\$ a 720\$ a consignação para o servente.....

32:968\$000

## 17. Archivo Publico:

Elevadas na rubrica — Material — as seguintes consignações: a 1:200\$ a de 900\$ para encadernação, objectos de expediente, etc. ; a 5:000\$ a de 4:000\$ para compra e cópia de documentos importantes.....

61:380\$000

## 18. Assistencia de Alienados :

Na rubrica — Hospicio Nacional — elevadas as seguintes consignações : a 44:900\$ a de 40:900\$ para enfermeiros, enfermeiras, etc.; a 252:000\$ a de 230:000\$ para alimentação ; a 12:000\$ a de 6:000\$ para medicamentos, drogas etc.; a 25:000\$ a de 16:000\$ para fazendas e calçado ; a 6:000\$ a de 4:000\$ para illuminação ; a 4:000\$ a de 3:000\$ para aviamentos destinados às officinas ; e a 7:200\$ a de 5:000\$ para

combustível. Na rubrica — Colonias : a 1:800\$ a de 1:200\$ para mestres de officina; a 60:000\$ a de 58:000\$ para alimentação; a 4:800\$ a de 3:000\$ para medicamentos e vasilhame; a 3:000\$ a de 2:000\$ para moveis e utensilios; a 10:00\$ a de 8:000\$ para fazenda e calçado; a 2:500\$ a de 2:000\$ para instrumentos de lavoura, ferragens, sementes, etc.; a 2:000\$ a de 1:000\$ para remonta de animaes; a 1:000\$ a de 3:000\$ para conservação do material fluctuante; a 1:241\$ a de 1:200\$ para o foguista, e a 10:000\$ a de 8:000\$ para combustível. Incluidas as seguintes quantias: 1:500\$ para fumo e artigos para fumar; 1:500\$ para material destinado á lavagem de roupa. Reduzida a 4:000\$ a consignação de 4:200\$ para eventuaes. ....

654:406\$000

#### 19. Serviço Sanitário Marítimo:

Elevada a consignação para o pessoal, em virtude da lei n. 198 de 18 de julho de 1894: na Capital Federal, de 46:100\$ a 104:000\$; nos Estados do Pará, Bahia, Pernambuco, S. Paulo e Rio Grande do Sul, de 58:240\$ a 93:000\$; nos Estados do Maranhão, Alagoas, Paraná e Santa Catharina, de 14:220\$ a 37:500\$; nos Estados do Amazonas, Piahy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe, Espírito Santo e Matto Grosso, de 13:320\$ a 29:400\$; no lazareto da ilha Grande, de 13:200\$ a 13:400\$; no Hospital Marítimo de Santa Isabel, de 18:000\$ a 29:600\$, inclusive a gratificação de 6:000\$ para o medico ajudante. No material: reduzida a 2:000\$ a consignação para despesas eventuaes e compra de moveis, supprimidas as diarias para alimentação dos ajudantes da Inspectoria; reduzi-las a 15:000\$ as consignações englobadas para combustível, para as lanchas, estopa, azeite e graxa, na Capital Federal: a 1:000\$ a consignação para objectos de expediente, desinfectantes, etc., em cada um dos Estados do Pará, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Maranhão; a 760\$ a mesma consignação em cada um dos outros Estados; elevada a 45:000\$, no material geral, a consignação de

30:000\$ para aquisição, custeio, concertos e aprestos de lancha e escaleres, na Capital Federal; incluída na consignação total de 60:000\$, para o mesmo fim nos Estados, a quantia de 30:000\$ para aquisição de uma lancha para o porto da Bahia. Supprimida a quantia de 38:900\$ que figura no orçamento de 1894, visto já se ter incluído nesta lei a necessaria consignação para augmento de vencimentos dos empregados. Elevada a consignação destinada à visita sanitaria externa de 10:600\$ a 16:060\$, distribuída pelo seguinte modo: 1 patrão da lancha a vapor com a diaria de 9\$, 3:285\$; 1 machinista com a diaria de 9\$, 3:285\$; 1 foguista com a diaria de 6\$, 2:190\$; 4 marinheiros com a diaria de 5\$, 7:300\$000. Para o lazareto de Paranaguá 12:000\$000.

650:630\$000

## 20. Instituto Sanitario Federal :

Supprimidas as seguintes consignações: de 3:000\$ para um amanuense; de 8:800\$ para dous auxiliares technicos; de 4:800\$ para dous auxiliares do demographista. Reduzidas: a 1:000\$ a de 2:000\$ para a aquisição de moveis e concertos dos mesmos; a 2:400\$ a de 4:500\$ para serventes do Instituto; a 6:000\$ a de 7:200\$ para vencimentos do secretario; a 7:200\$ a de 8:800\$ para vencimento dos dous auxiliares technicos conservados; a 4:080\$ a de 6:120\$ para quatro em vez de seis marinheiros da lancha do Hospital de Santa Barbara. Elevadas, no material, as seguintes consignações: no Instituto, a 7:600\$ a de 6:000\$ para aquisição deapparelhos e instrumentos; no Hospital de S. Sebastião, a 2:400\$ a de 1:200\$ para pagamento de mais um enfermeiro; a 2:880\$ a de 2:160\$ para mais um servente; a 10:000\$ a de 8:920\$ para custeio; no Hospital de Santa Barbara, a 8:000\$ a de 5:760\$ para custeio, reduzida a 1:000\$ a de 3:000\$ para asseio da repartição e despezas eventuaes do Instituto: opprimida a de 500\$ para a publicação de expediente, que se fará pela consignação relativa a publicações geraes; incluída a de 10:000\$ para combustivel, graxa, etc., para a lancha do Hospital de Santa Barbara...

227:400\$000

## 21. Faculdade de Direito de S. Paulo :

Elevada a 7:000\$ a consignação de 6:000\$ para pagamento de accrescimo de vencimentos a lentes, substitutos e professores que contarem mais de 10 annos de serviço. Supprimidas: a de 8:000\$ para premio aos membros do magisterio, que computarem obras consideradas de merito; e a quantia de 600\$, differença para mais encontrada no orçamento para o exercicio de 1894.....

295:900\$000

## 22. Faculdade de Direito do Recife :

Supprimidas: a consignação de 8:000\$ para premios e a quantia de 600\$, differença para mais encontrada no orçamento, para o exercicio de 1894.....

297:100\$000

## 23. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro :

Incluidas as quantias de 2:400\$ para differença de vencimentos entre 6:000\$ e 7:200\$ para dous lentes que dirigem as cadeiras de pathologia medica e cirurgia de accordo com o paragrapho unico do art. 97 do regulamento que baixou com o decreto n. 1482, de 24 de julho de 1893. Elevadas as seguintes consignações: a 46:800\$ a de 26:400\$ para vencimentos dos assistentes de clinica, cujo numero é elevado a 13, de accordo com o art. 12, § 1º, do mesmo regulamento, percebendo cada um 3:600\$, sendo 2:400\$ de ordenado e 1:200\$ de gratificação; a 10:900\$ a verba de 7:000\$ destinada ao pagamento dos bedéis, cujos vencimentos foram elevados de 1:400\$ a 2:000\$ cada um e a 4:000\$ a de 2:800\$ para pagamento dos continuos, cujos vencimentos foram tambem elevados de 1:400\$ a 2:000\$ cada um; a 2:400\$ a de 2:000\$ destinada ao vencimento do continuo que serve na bibliotheca, sendo 1:600\$ de ordenado e 800\$ de gratificação. Reduzidas: a 16:160\$ as consignações destinadas a pagamento de accrescimo de vencimentos a lentes que contarem mais de 10 annos de magisterio, na somma de 18:612\$, e a 240\$ a de 960\$ para pagamento tambem do accrescimo de vencimento na razão de 5 % e não de 20 % ao bibliothecario por contar mais de 10



annos de serviço ; supprimidas as duas consignações de 8:000\$ cada uma para premios aos lentes pelas obras que compuzerem e para viagem a paiz extrangeiro.....

637:140\$000

#### 24. Faculdade de Medicina da Bahia :

Incluidas as quantias de 2:400\$ para differença de vencimentos, entre 6:000\$ e 7:200\$, para dous lentes que dirigem as cadeiras de pathologia medica e cirurgica, de accordo com o paragrapho unico do art. 97 do regulamento que baixou com o decreto n. 1482 de 24 de julho de 1893. Elevadas as seguintes consignações: a 46:800\$ a de 24:000\$ para vencimento dos assistentes de clinica, cujo numero é elevado a 13, de accordo com o art. 12 § 1º do mesmo regulamento, percebendo cada um 3:600\$, sendo 2:400\$ de ordenado e 1:200\$ de gratificação ; a 15:570\$ a de 15:000\$ para pagamento do acrescimo de vencimentos a lentes cathedraicos e substitutos que contarem mais de 10 annos de magisterio ; a 6:000\$ a de 3:000\$ para enfermeiros ; a 3:000\$ a de 1:000\$ para a publicação da revista dos cursos ; a 5:000\$ a de 4:000\$ para o museu anatomo-pathologico ; a 10:000\$ a de 8:000\$ para aquisição de instrumentos necessarios aos laboratorios ; a 10:000\$ a de 7:000\$ para pagamento dos bedeis ; a 4:000\$ a de 2:800\$ para pagamento dos continuos ; e a 2:400\$ a de 2:000\$ destinada ao vencimento do continuo que serve na bibliotheca, sendo 1:600\$ de ordenado e 800\$ de gratificação. Augmentada de 25 % a consignação destinada a pagamento dos serventes.— Supprimidas: as duas consignações de 8:000\$ cada uma para premios aos lentes que compuzerem obras e para viagem a paiz extrangeiro ; e a quantia de 10:000\$ differença para mais encontrada no orçamento para 1894....

648:870\$000

#### 25. Escola Polytechnica :

Supprimidas as consignações: de 2:000\$ para o professor contractado da cadeira de tecnologia chimica e industrias chimicas ; de 300\$ para pagamento do acrescimo de vencimentos ao secretario ; de 8:000\$ para

premios aos lentes que compuzerem obras ; e de 8:000\$ para viagem a paiz estrangeiro ; reduzidas a 32:610\$ as consignações de 48:276\$ destinadas a pagamento de accrescimento de vencimentos ao pessoal docente ; a 40:000\$ a de 60:000\$ para despesas com o Observatorio Astronomico do Morro de Santo Antonio ; e elevadas : a 8:000\$ a consignação de 6:500\$ para despesas extraordinarias e eventuaes ; a 16:800\$ a de 13:360\$ para pagamento dos vencimentos augmentados dos guardas, sendo seis de 1:700\$ a 2:000\$ e dous, que servem á noite na bibliotheca, de 2:000\$ a 2:400\$ ; incluída a de 1:200\$ para gratificar ao preparador do laboratorio de tecnologia chimica e industriaschimicas, emquanto estiver occupando tambem o logar de preparador de physica industrial.....

509:045\$000

26. Escola de Minas de Ouro Preto :

Elevadas as seguintes consignações : a 29:400\$ a de 16:800\$ para mais tres substitutos, nos termos do art. 6º do regulamento que baixou com o decreto n. 1546 de 18 de setembro de 1891 ; a 2:900\$ a de 2:400\$ para gratificação adicional a lentes que contarem mais de 10 annos de serviço ; a 3:000\$ a de 2:200\$ para objectos de expediente e illuminação ; a 6:000\$ a de 5:000\$ para modelos, desenhos, etc. ; a 4:000\$ a de 3:000\$ para o laboratorio de chimica e docimasia, e a 12:000\$ a de 10:000\$ para gabinetes de physica, zoologia, botanica, etc., etc.

202:700\$000

27. Pedagogium:

Reduzidas : a 6:000\$ a de 12:000\$ para gratificação aos professores encarregados dos cursos e das conferencias ; a 3:000\$ a de 6:000\$ para publicação da *Revista Pedagogica*. Elevadas: a 2:400\$ a de 1:200\$ para vencimento ao escripturario ; e a 6:000\$ a de 4:600\$ para aquisição de livros, jornaes,apparelhos, etc.....

48:200\$000

28. Gymnasio Nacional:

No internato: Supprimidas as consignações de 840\$ para gratificação a um ajudante de porteiro ; de 900\$ idem a um ajudante de despenseiro ; de 10:000\$ para despesas

com os gabinetes de sciencias naturaes. Reduzida a 1:200\$ a de 2:400\$ para os substitutos, por só existir um. Elevadas: a 3:600\$ a de 2:400\$ para gratificação ao medico; a 66:000\$ a de 60:000\$ para pagamento de lentes. No externato: Supprimidas: a de 840\$ para gratificação a um ajudante do porteiro; a de 1:200\$ para um substituto. Elevada a 2:000\$ a de 1:200\$ para iluminação. Incluídas: a de 6:000\$ para vencimento do lente de mechanica e astronomia; a de 600\$ ao escrivão para quebras; e a de 2:400\$ para pagamento de dois professores de cadeiras extinctas, mas que presentemente estão no effectivo exercicio do magisterio, ficando assim equiparados aos outros lentes. Aplicada do seguinte modo a consignação de 20:000\$ destinada na verba — Material — para despesas imprescindiveis com os exames geraes de preparatorios, inclusive pagamento mensal do pessoal indispensavel ao mesmo serviço: gratificações de 2:400\$ ao director, 1:800\$ ao vice-director, 1:200\$ ao secretario, 600\$ ao escrivão e 600\$ a um inspector servindo de amanuense .....

518:060\$000

## 29. Escola Nacional de Bellas Artes.....

156:520\$000

## 30. Instituto Nacional de Musica:

Elevadas: a 10:000\$ a consignação de 5:000\$ para aquisição de instrumentos, reparos, etc.; a 28:000\$ a de 5:000\$ para aquisição de moveis, armarios, estantes, inclusive 830 cadeiras. Reduzidas: a 4:000\$ a de 4:580\$ para papel, p-nnas, medalhas, etc., e a 3:600\$ a de 4:000\$ para a bibliotheca, archivo, museo, etc.

155:020\$000

## 1. Instituto Benjamin Constant:

Incluida a quantia de 6:500\$ para gratificações addicionaes aos professores, nos termos do decreto n. 1210, de 13 de janeiro de 1893, e elevadas as seguintes consignações: a 960\$ a de 720\$ para gratificação do cozinheiro; a 600\$ a de 540\$ para a do ajudante; a 31:864\$500 a de 25:695\$ para alimentação de 37 empregados internos e de 60 alumnos, no maximo, calculada na razão de 900 reis por pessoa; a 8:000\$ a de 6:000\$ para rou-

piria ; a 3:000\$ a de 2:000\$ para enfermaria e a 9:000\$ a de 8:300\$ para despesas diversas e extraordinarias.....

171:645\$500

### 32. Instituto dos Surdos-Mudos:

Incluidas as quantias de: 840\$ para gratificação adicional a um professor de linguagem escripta que completa 20 annos de magisterio, nos termos do decreto n. 1210, de 13 de janeiro de 1893 ; 280\$ para gratificar o enfermeiro ; e 2:000\$ para instrumentos, plantas, sementes, etc., destinados ao ensino agricola ; e elevadas as seguintes consignações: a 4:080\$a de 3:000\$ para serventes ; a 2:000\$ a de 1:460\$ para o mestre sapateiro ; a 2:400\$ a de 1:800\$ para o dourador ; e a 2:000\$ a de 1:600\$ para illuminação.....

90:365\$000

### 33. Bibliotheca Nacional:

Elevada a consignação para pessoal de 99:900\$ a 109:200\$, de accordo com o decreto n. 1766, de 8 de agosto de 1894, que a reformou, sendo creados o cargo de conservador com os vencimentos de 4:200\$, mais um logar de 2º official com 3:600\$, mais um de amanuense com 3:000\$ ; incluída a de 1:000\$ para um ajudante do porteiro, sendo 1:000\$ de ordenado e 500\$ de gratificação ; elevada, no material, a 7:000\$ a consignação de 6:000\$ para illuminação ; e incluída a de 4:800\$ para aluguel de uma casa destinada a deposito de livros e jornaes...

159:900\$000

### 34. Museo Nacional:

Restabelecida a consignação de 18:600\$ para vencimentos de quatro sub-directores, logares creados pelo regulamento que baixou com o decreto n. 1179, de 26 de dezembro de 1892.....

180:720\$000

### 35. Pensões e commissões em paizes extrangeiros.....

31:000\$000

### 36. Serventuarios do Culto Catholico a que se refere o decreto n. 119 A, de 1890:

Reduzida de 6:000\$ pelo fallecimento dos vigarios collados em alguns Estados.....

313:000\$000

### 37. Instituições subsidiadas pela União:

Incluída a consignação de 20:000\$ para cada um dos lyceos de instrucção secundaria.....

daria dos Estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Parahyba. Elevada a 4:000\$ a do Estabelecimento de Educandas no Pará. Supprimido o subsídio relativo a cada uma das seguintes instituições: Lyceo Taubatéano, Lyceo de Artes e Offícios de Ouro Preto, Lyceo de Artes e Offícios de Juiz de Fora e Curso Nocturno para o sexo feminino estabelecido no Externato do Gymnasio Nacional.....

201:00\$000

38. Soccorros Publicos.....

100:000\$000

39. Obras:

Sendo: para conclusão das do Asylo de Alienados de Curitiba, no Estado do Paraná, 15:000\$; para auxilio das obras e manutenção do Hospicio de Alienados a cargo da Santa Casa de Misericordia da Victoria, no Estado do Espirito Santo, 10:000\$; para conservação e reparo de edificios, proprios nacionaes ou particulares ao serviço do Ministerio, 100:000\$; para continuação das obras da Maternidade, 50:000\$; para idem da Faculdade de Medicina da Bahia, 30:000\$; para idem da Faculdade de Direito do Recife, 100:000\$; para complemento das obras e decoração do edificio do Instituto Nacional de Musica, 20:000\$; para auxiliar a Santa Casa da Misericordia da Bahia na construção da Maternidade, 20:000\$; para conclusão dos concertos e installações no edificio do Senado, 30:000\$; para construção e installação do laboratorio destinado aos trabalhos praticos de physica experimental da Escola Polytechnica, 20:000\$000.....

395:000\$000

40. Corpo de Bombeiros:

Para metade das despesas de accordo com o art. 2º, n. 1, desta lei, sendo a rubrica para o pessoal elevada de 554:635\$500 a 665:476\$950, de conformidade com o decreto n. 1685 A, de 7 de março de 1894; e na do material elevadas as seguintes consignações: a 12:000\$ a de 10:000\$ para conservação do quartel, estações, postos, etc.; a 30:000\$ a de 28:000\$ para aquisição e reforma do material; a 62:460\$000 a de 52:200\$

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |              |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| para fardamento das praças; a 5:000\$ a de 3:000\$ para expediente da secretaria, companhia, estações, etc.; a 8:000\$ a de 5:000\$ para iluminação do quartel, estação, etc.; reduzida a 7:000\$ a de 7:685\$ para remonta de annuaes. Elevada a 19:919\$900 a de 18:000\$ para os reformados ..... | 455:938\$825 |
| 41. Eventuaes.....                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 100:000\$000 |
| 42. Magistrados em disponibilidade :                                                                                                                                                                                                                                                                 |              |
| Deduzida a quantia de 9:600\$000.....                                                                                                                                                                                                                                                                | 580:000\$000 |

I. — Metade das despezas a realizar com a Policia, a Justiça e o Corpo de Bombeiros no Districto Federal correrão por conta do respectivo Governo Municipal.

II. — Fica o Poder Executivo autorizado a rever o regulamento do serviço policial do Districto Federal, de que trata o decreto n. 1034 A, de 1 de setembro de 1892, para o fim de organizar o serviço como melhor for, nos limites da consignação feita na presente lei.

Os officiaes da Brigada Policial cujo numero exceder ao que é fixado na presente lei, continuarão aggregados aos respectivos corpos, devendo o Governo com elles preencher as vagas que se derem, e serão pagos até então pelo saldo que se verificar mensalmente na consignação para o pessoal.

III. — O Poder Executivo preencherá com os empregados, que existirem addidos ás differentes repartições deste Ministerio, as vagas que porventura nellas se verificarem.

Art. 3.º E' o Presidente da Republica autorizado a despendere pela repartição do Ministerio das Relações Exteriores, no exercicio de 1895, com os serviços designados nas seguintes verbas, a somma de..... 1.887:692\$000

|                                                                                                                                                                                        |                |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| 1. Secretaria de Estado, moeda do paiz.....                                                                                                                                            | 187:592\$000   |
| 2. Legações e Consulados:                                                                                                                                                              |                |
| Elevada a verba de mais 21:000\$ para ordenados dos chancelleres dos Consulados de Nova-York, Liverpool, Hamburgo, Genova, Lisboa e Londres, ao cambio de 27 d. sterlinos por 1\$..... | 1.140:200\$000 |
| 3. Empregados em disponibilidade, moeda do paiz.....                                                                                                                                   | 60:000\$000    |
| 4. Ajudas de custo, ao cambio de 27 d. sterlinos por 1\$000.....                                                                                                                       | 130:000\$000   |
| 5. Extraordinarias no exterior, idem.....                                                                                                                                              | 60:000\$000    |
| 6. Ditas no interior, moeda do paiz.....                                                                                                                                               | 20:000\$000    |
| 7. Comissões de limites ao cambio de 27 d. sterlinos por 1\$, sendo 120:000\$ destinados á comissão de limites com a Guyana Franceza.....                                              | 290:000\$000   |

continua aqui>

Art. 4.º O Poder Executivo é autorizado a despendar pela repartição do Ministerio da Marinha, no exercício financeiro de 1895, a quantia de..... 17.826:354\$197

Assim distribuída:

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| 1. Secretaria de Estado.....                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 139:758\$000   |
| 2. Conselho Naval:                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                |
| Elevada a verba de 5:200\$ pela equipara-<br>ção da gratificação aos membros milita-<br>res, substituindo a tabella respectiva<br>pela seguinte:                                                                                                                                                             |                |
| 1 vice-presidente—official<br>general da Armada..                                                                                                                                                                                                                                                            | 6:000\$000     |
| 3 membros effectivos, offi-<br>ciaes generaes da Ar-<br>mada—gratificação a<br>5:600\$000.....                                                                                                                                                                                                               | 16:800\$000    |
| 2 membros effectivos, en-<br>genheiros navaes de<br>1ª classe — gratifica-<br>ção a 5:600\$000.....                                                                                                                                                                                                          | 11:200\$000    |
| 1 membro effectivo, ba-<br>charel em direito....                                                                                                                                                                                                                                                             | 9:000\$000     |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 43:000\$000    |
| 3. Quartel-General.....                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 80:663\$000    |
| 4. Conselho Supremo Militar:                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                |
| Augmentada a verba de 27:422\$ pela<br>maior gratificação que passaram a per-<br>ceber os membros do Conselho Supremo.                                                                                                                                                                                       | 63:560\$000    |
| 5. Contadoria.....                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 158:350\$000   |
| 6. Commissariado Geral.....                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 40:980\$000    |
| 7. Auditoria.....                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 11:350\$000    |
| 8. Corpo da Armada e classes annexas:                                                                                                                                                                                                                                                                        |                |
| Reduzida a verba de 15:600\$, em virtude<br>de ter sido restabelecido o regulamento<br>do Corpo de Saude.....                                                                                                                                                                                                | 1.625:120\$000 |
| 9. Batalhão de infantaria naval: Pessoal e<br>material.....                                                                                                                                                                                                                                                  | 200:000\$000   |
| 10. Corpo de Marinheiros Nacionaes:                                                                                                                                                                                                                                                                          |                |
| Reduzida a verba de 24:840\$ em virtude<br>da diminuição do numero de praças deter-<br>minado pela lei que fixou a Força Naval<br>para o exercício de 1894, e elevada a<br>5:000\$ a consignação de 300\$ destinada<br>ao material da escola do Estado da Para-<br>hyba, para a installação da mesma escola. | 1.730:692\$000 |

11. Companhia de invalidos :  
 Augmentada a verba de 1:440\$ pela  
 admissão de maior numero de praças no  
 asylo..... 68:031\$500
12. Arsenaes :  
 Elevada a verba de 938\$740 pelo au-  
 gmento da diaria que tiveram os patrões  
 das lanchas do serviço geral do Arsenal  
 da Capital Federal, na importancia total  
 de 11:488\$740, attendida a importancia  
 de 10:500\$ votada para pagamento do  
 pessoal e material da Escola de Nautica  
 do Pará, que já estava comprehendida na  
 proposta apresentada pelo Governo para  
 o exercicio de 1895..... 3.272:161\$740
13. Capitancias de portos :  
 Augmentada de 21:350\$500, proveniente  
 de se haver mantido os vencimentos, que  
 estavam percebendo os patrões e rema-  
 dores das Capitancias de portos dos Es-  
 tados, comprehendidos patrão e remeiros  
 da Delegacia de S. João da Barra, e a  
 diaria de 18500 para o encarregado das  
 diligencias da Capitania do Pará, e mais  
 o augmento dos alugueis das casas em  
 que funcionam as Capitancias dos portos  
 do Espirito Santo, Maranhão e Rio  
 Grande do Sul..... 290:097\$000
14. Melhoramentos, conservação e balisamento  
 de portos..... 50:000\$000
15. Força Naval..... 2.482:341\$924
16. Hospitales..... 277:643\$600
17. Repartição da Carta Maritima :  
 Elevada a verba de mais 25:000\$ para  
 um pharol na Ponta da Raposa, municipio  
 de Guarapary, Estado do Espirito Santo. 509:290\$000
18. Escola Naval..... 243:930\$000
19. Reformados:  
 Augmentada a verba de 37:125\$333, pelo  
 grande numero de reformas concedidas,  
 não obstante a redução por mortes.. 688:448\$433
20. Obras:  
 Augmentada de 10:000\$ para o fim  
 especial de reparos do Arsenal de Mari-  
 nha do Pará..... 330:000\$000



|                                                |                |
|------------------------------------------------|----------------|
| 21. Etapa.....                                 | 365\$000       |
| 22. Armamento.....                             | 100:000\$000   |
| 23. Munições de bocca:                         |                |
| Diminuida da quantia de 39:420\$, prove-       |                |
| niente de se fazer o calculo pela lei de fixa- |                |
| ção de Força Naval para o exercicio            | 3.360:580\$000 |
| de 1894.....                                   | 700:000\$000   |
| 24. Munições navaes.....                       | 600:000\$000   |
| 25. Material de construcção naval.....         | 500:000\$000   |
| 26. Combustivel .....                          |                |
| 27. Fretes, tratamento de praças fóra das en-  | 60:000\$000    |
| fermarias e enterros.....                      | 200:000\$000   |
| 28. Eventuaes.....                             |                |

Art. 5.º O Presidente da Republica é autorizado a despendere pela repartição do Ministerio da Guerra, no exercicio financeiro de 1895, a quantia de..... 36.735:684\$661

A saber:

1. Secretaria de Estado e repartições annexas:  
 Augmentada a verba na importancia de 12:540\$, sendo elevada de 2\$500 a 3\$ a diaria dos serventes e consignada a quantia de 12:000\$ para a representação do Ministro..... 234:488\$000
2. Supremo Tribunal Militar e Auditores :  
 Reduzida a verba na importancia de 19:116\$ por ter-se verificado excesso no augmento concedido para o exercicio de 1894..... 207:152\$000
3. Contadoria Geral da Guerra:  
 Reduzida a verba em 6:360\$, sendo eliminada a importancia de 6:900\$ destinada ao pagamento dos vencimentos de um inspector e um servente da extincta Pagadoria das tropas, visto terem fallecido, e elevada de 2\$500 a 3\$ a diaria dos serventes..... 181:310\$000
4. Directoria Geral de Obras Militares:  
 Reduzida a verba na importancia de 226:186\$986 para obras na Capital Federal e Estados, incluída a importancia de 10:000\$ para a installação de uma linha de tiro no Ceará..... 481:277\$410
5. Instrucção Militar :  
 Augmentada a verba em 319:976\$, pela inclusão da consignação de 55:351\$, para a execução do decreto n. 1199, de 31 de

dezembro de 1892, que extinguiu a Escola de aprendizes artilheiros, creando e organisando a de sargentos, pela elevação a 635:100\$ na consignação para soldo e etapa dos alumnos das Escolas Militares, cujo numero foi elevado de 700 a 1.200, sendo 370:475\$ para a Escola Militar da Capital Federal, 158:775\$ para a do Rio Grande do Sul, 105:850\$ para a do Ceará.....

- |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| 6. Intendencia.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 2.073:431\$000 |
| 7. Arsenaes:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 148:729\$000   |
| Elevada a verba na importancia de 130:083\$635, sendo 30:083\$635 para augmento dos vencimentos da mestrança, patrões e remadores do Arsenal da Capital Federal, de conformidade com os decretos ns. 129 e 157, de 18 de maio e 5 de agosto de 1893, e 100:000\$ para melhor dotar-se a verba — Material — por ser insufficiente o credito votado para 1894. |                |
| 8. Depósitos de artigos bellicos.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 1.617:279\$135 |
| 9. Laboratorios.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 9:359\$000     |
| 10. Inspectoria Geral do Serviço Sanitario do Exercito:                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 185:102\$000   |
| Reduzida a verba em 70:733\$, por alterações no pessoal. Augmentado em 900\$000 no material, por insufficiencia no credito votado para 1894.....                                                                                                                                                                                                             |                |
| 11. Hospitales e enfermarias.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 1.121:609\$000 |
| 12. Estado-Maior General:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 1.014:240\$000 |
| Augmentada a verba em 480\$ por ter-se orçado a gratificação para criados para os generaes do quadro extranumerario.                                                                                                                                                                                                                                         |                |
| 13. Corpos especiaes:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 436:160\$000   |
| Reduzida a verba em 10:110\$, por se achar presentemente reduzido a tres o numero de capitães do Corpo de Estado-Maior de 2ª classe.....                                                                                                                                                                                                                     |                |
| 14. Corpos arregimentados:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 1.377:939\$000 |
| Elevada a verba em 595:224\$, correspondente a despesa necessaria para os novos corpos do Exercito creados pelos decretos ns. 1682 e 1688, de 28 de fevereiro e 17 de março do corrente anno.....                                                                                                                                                            |                |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 5.157:277\$000 |

## 15. Praças de pret :

Augmentada a verba em 1.036:533\$550, com a importancia necessaria para o pagamento de 24.000 praças effectivas e o estado-maior e inferiores para os novos corpos do Exercito, creados por decretos ns. 1682 e 1688..... 3.738:688\$750

## 16. Etapas:

Augmentada a verba na importancia de 3.299:600\$, feito o calculo da etapa por 24.000 praças, em vez de 18.700 e elevada a importancia della de \$800 a 1\$000 8.860:000\$000

## 17. Fardamento:

Augmentada a verba em 1.682:335\$573, por se orçar fardamento para 24.000 praças de pret e 1.200 alumnos das Escolas Militares, com augmento de 15 % sobre a verba — Material..... 4.388:577\$867

## 18. Equipamento e arreios :

Elevada a verba a mais 105:462\$400, em consequencia do augmento do effectivo do Exercito..... 255:462\$400

## 19. Armamento :

Augmentada a verba na importancia de 4:680\$, proveniente da elevação dos vencimentos da mestrança da officina de espingardeiros e coronheiros do Arsenal da Capital Federal..... 183:650\$000

## 20. Despezas de corpos e quartéis :

Elevada a verba em 130:000\$, para melhor dotarem-se as verbas do material, reconhecidas insufficientes no exercicio vigente..... 846:000\$000

## 21. Companhias militares :

Diminuida a verba em 192:578\$ com a extincção da Escola de aprendizes artillheiros, *ex-vi* do decreto n. 1199 de 31 de dezembro de 1892..... 512:323\$750

## 22. Comissões militares..... 132:710\$000

## 23. Classes inactivas :

Diminuida a verba em 31:444\$868 com a redução, em quantia correspondente, da destinada ao pagamento do soldo e quotas dos officiaes reformados, e eliminada a despesa de 6:120\$ que se fazia com os officiaes aggregados. Elevada em 11:607\$ a verba

|                                                                                                                                                                                    |                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| para etapa dos officiaes do Asylo de Invalidos, cujo numero foi elevado de 40 a 55                                                                                                 | 2.088:966\$472 |
| 24. Ajudas de custo.....                                                                                                                                                           | 150:000\$000   |
| 25. Fabricas.....                                                                                                                                                                  | 328:127\$100   |
| 26. Colonias militares.....                                                                                                                                                        | 137:236\$277   |
| 27. Despezas diversas e eventuaes:                                                                                                                                                 |                |
| Deduzida da verba a quantia de 20:000\$, sendo 12:000\$, na consignação para diaria dos desertores e presos condemnados a trabalhos, e 8:000\$ para apprehensão de desertores..... | 740:000\$000   |
| 28. Bibliotheca do Exercito.....                                                                                                                                                   | 11:109\$500    |
| 29. Observatorio do Rio de Janeiro.....                                                                                                                                            | 123:480\$000   |

Art. 6.<sup>o</sup> O Presidente da Republica é autorisado a despende, pela repartição do Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas :

I. Com os serviços federaes designados nas seguintes rubricas, a quantia de 104,929:036\$970, a saber :

1. Secretaria de Estado :

Deduzidos 64:400\$ los vencimentos do pessoal da secretaria, accrescidos sem disposição legal ; 3:000\$ dos vencimentos de um amanuense adllo..... 363:510\$000

2. Auxilios á agricultura :

Reduzida a 300:000\$ a consignação para garantia de juros ás emprezas de engenhos centraes, e supprimidas a de 7:200\$ do consultor tecnico da industria saccharina e a destinada ao Laboratorio de Biologia, extincto, e reduzi lo a 15:000\$ o auxilio á Academia do Commercio de Juiz de Fora.. 574:307\$000

3. Agencia Central de Immigração :

Deduzidos 4:200\$ da consignação para carvão, 5:000\$ de concertos e outras despezas do material da ilha das Flores ; 30:000\$ de comedorias ; 4:000\$ de medicamentos e dietas, 2:000\$ de expediente e diversas despezas da Hospedaria da Ilha das Flores ; elevada a 30:000\$ a consignação do aluguel de embarcações da mesma hospedaria, antepondo-se á palavra—Aluguel—as seguintes: Aquisição ou—, Deduzidos mais: 30:000\$ de obras e despezas diversas e 4:000\$ do expediente da Hospedaria do Pinheiro ;

na Delegacia do Rio Grande do Sul: 3:600\$ do ajudante, 1:800\$ do amanuense, 3:000\$ do pagador, logares ora supprimidos; 5:000\$ do expediente; 89:880\$ da Hospedaria do Crystal, que é transferida ao Estado respectivo; 137:200\$ de commissões de estabelecimento de imigrantes, no Rio Grande do Sul; 494:000\$ do material da mesma commissão; 3:000\$ do ajudante; 1:800\$ do amanuense da Delegacia de Santa Catharina, que ficam supprimidos; 61:360\$ da hospedaria desse Estado a elle transferida e 326:610\$ das commissões para estabelecimento de imigrantes do mesmo Estado; 3:000\$ do ajudante; 1:800\$ do agrimensor na Delegacia; 82:080\$ da Hospedaria de Paranaguá e Curitiba, transferida ao Estado respectivo e 322:800\$ das commissões de estabelecimento de imigrantes, no Estado do Paraná; 72:320\$ das Hospedarias da Bahia e Pernambuco transferidas aos respectivos Estados; 359:600\$ das commissões de nucleos colonias nesses Estados e 18:400\$ do pessoal da delegacia de Pernambuco, supprimida. Reduzida a 1.800:000\$ a consignação para introdução e localisação de famílias, etc., sahindo della 150:000\$ para o Estado do Paraná, 200:000\$ para o de Santa Catharina e 200:000\$ para o do Rio Grande do Sul como auxilio para a colonisação europeia e 50:000\$ ao de Matto Grosso como auxilio á colonisação nacional. Deduzidos 444:000\$ 372 da consignação — Pagamento de transporte de imigrantes e eventuaes..... 8.799:456\$ 28

#### 4. Correios:

Deduzidos: 50:000\$ da consignação — Vantagens especiaes a empregados, 330:000\$ da — Objectos para expediente e utensilios, 170:000\$ da — Despezas diversas, e 20:000\$ da — Eventuaes..... 8 979:885\$ 000

#### 5. Telegraphos :

Deduzidos 10:000\$ da installação de observatorios meteorologicos e 20:000\$ da ligação telegraphica e semaphorica dos pharões. Elevada de 350:000\$ a 851:440\$ a consignação — Estabelecimento de novas linhas — e para attender á construcção das seguintes: 80:000\$ para continuação da linha de Ca-

xias pelo valle do Itapicuru ao do Tocantins em Goyaz, passando pela cidade da Carolina; 90:000\$ para prolongamento do ramal de Oeiras, S. João e S. Raymundo Nonato, para a construcção do ramal de Colonia a Parauaguá e para o de Perypery ao Itamaraty a entroncar na linha do Ceará; 50:000\$ para continuação da linha de Machado Portella a Carilhanha; 50:000\$ para construcção da linha de ligação da cidade de Joazeiro, na Bahia, á d' Januaria, em Minas, tocando pelas povoações ribeirinhas; 35:000\$ para a construcção dos ramaes de Angicos a Macau e de Mosseró a Arêa Branca; 25:000\$ para prolongamento da linha de Serro, S. Miguel de Guanhães, Pegonha á Ferros e Itabira; 10:000\$ para prolongamento da linha de Queluz a Sabará; 30:000\$ para prolongamento da linha de Seto Lagoas a Inhãuma e Fortuna, de Vista Alegre a Santo Antonio da Lagoa, e Trachyras e do Santo Antonio da Lagoa a Jequitibá; 10:000\$ para prolongamento da linha de Mar do Hespahnha a Angustura, passando por Santo Antonio do Aventureiro; 25:000\$ para construcção da linha de Maracassumê a Turyassu, no Estado do Maranhão; 30:000\$, idem, idem, de S. Miguel a Sant'Anna do Panema, Estado de Alagoas; 20:000\$, idem, idem, de Anchieta a Alfredo Chaves, Itapemirim do Rio Novo e Santa Cruz a Pão Gigante, no Espírito Santo; 15:000\$, idem, idem, de Guarapnava ao Porto da União, Paraná; 30:000\$, idem, idem, de Blumenau a Lages, Santa Catharina, e 50:000\$, idem, idem, de S. Luiz, Santo Angelo e Palmeiras, de Rio Pardo e Encruzilhada, no Rio Grande do Sul; 5:000\$ para a linha de Benevente a Pituna, no Estado do Espírito Santo. Para construcção de um circuito telephonico entre a Capital Federal, Santos e Petropolis 283:500\$000. ....

9.427:060\$000

6. Subvenção a companhias de navegação — Substituidas as consignações de 170:000\$ Companhia de Navegação do Maranhão e 56:000\$ para o serviço de cabotagem do Ceará ao Pará, etc. pelo seguinte: serviço de cabotagem do Ceará ao Pará com uma viagem mensal ao porto de Tutoia, no Maranhão, 168:000\$ e elevada a subvenção á

navegação interna a vapor no Estado de Matto Grosso a 22:000\$ para estendel-a a Aguidanana; accrescente-se 11:200\$, subvenção á Companhia Pernambucana, pela navegação a vapor no rio S. Francisco, contracto innovado por decreto n. 1791, de 4 de setembro de 1894..... 2.944:140\$000

7. Garantia de juros ás Estradas de Ferro :

|                                                                                                                                    |                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| Estrada de Ferro do Natal a Nova Cruz (em trafego)...                                                                              | 384:723\$578   |
| Estrada de Ferro Conde d'Eu e ramal de Cabedello (idem)                                                                            | 456:945\$528   |
| Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro (idem).....                                                                                 | 350:000\$000   |
| Estrada de Ferro do Recife a S. Francisco (idem).....                                                                              | 713:626\$665   |
| Estrada de Ferro do Ribeirão ao Bonito (idem).....                                                                                 | 57:600\$000    |
| Estrada de Ferro Central das Alagôas e ramal da Assemblêa (idem)....                                                               | 430:310\$000   |
| Estrada de Ferro da Bahia a S. Francisco e ramal do Timbó (idem).....                                                              | 1.279:000\$000 |
| Estrada de Ferro Central da Bahia, ramaes da Feira de Sant'Anna, de Olhos d'Agua e do Orobó (idem).....                            | 910:000\$000   |
| Estrada de Ferro Tram-Road Nazareth (idem).....                                                                                    | 113:400\$000   |
| Estrada de Ferro Barão de Araruama (idem).....                                                                                     | 60:000\$000    |
| Estrada de Ferro do Carangola e ramal de Santo Eduardo (idem)....                                                                  | 470:000\$000   |
| Estrada de Ferro Central de Macahé (idem).....                                                                                     | 74:152\$669    |
| Estrada de Ferro Minas e Rio (idem).....                                                                                           | 1.084:667\$715 |
| Estrada de Ferro Mogyana, prolongamento a Catalão e ramal de Caldas (idem)....                                                     | 618:000\$000   |
| Estrada de Ferro de Paranaguá a Curitiba, prolongamento ao porto Amazonas e á Ponta Grossa e ramaes ao Rio Negro e Antonina (idem) | 1.344:442\$989 |
| Estrada de Ferro D. Thereza Christina (idem).....                                                                                  | 392:650\$861   |
| Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé (idem).....                                                                                  | 946:501\$732   |

|                                                                                                                                                                                                                                                                              |                |                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-----------------|
| Estrada de Ferro de Quarahim a Itiquy (idem).....                                                                                                                                                                                                                            | 360:000\$000   |                 |
| Estrada de Ferro de Caxias a S. José de Cajazeiras (em construção).....                                                                                                                                                                                                      | 139:400\$000   |                 |
| Estrada de Ferro Tamandaré à Barra (idem).....                                                                                                                                                                                                                               | 60:000\$000    |                 |
| Estrada de Ferro Maceió à Leopoldina (idem).....                                                                                                                                                                                                                             | 60:000\$000    |                 |
| Estrada de Ferro de Alagôas a Paulo Afonso (idem).....                                                                                                                                                                                                                       | 60:000\$000    |                 |
| Estrada de Ferro Aracaju a Simão Dias (idem).....                                                                                                                                                                                                                            | 59:000\$000    |                 |
| Estrada de Ferro de Victoria à Pecanha (idem).....                                                                                                                                                                                                                           | 60:000\$000    |                 |
| Estrada de Ferro Muzambinho (idem).....                                                                                                                                                                                                                                      | 100:380\$000   |                 |
| Estrada de Ferro Perdões a Catalão e Perdões à Barra Mansa (idem).....                                                                                                                                                                                                       | 2.056:824\$000 |                 |
| Prolongamento da Sorocabana e ramal de Itararé (idem).....                                                                                                                                                                                                                   | 360:000\$000   |                 |
| Estrada de Ferro de Itararé a Cruz Alta (idem).....                                                                                                                                                                                                                          | 60:000\$000    |                 |
| Estrada de Ferro Santa Maria da Cruz Alta (idem).....                                                                                                                                                                                                                        | 288:720\$000   |                 |
| Estrada de Ferro e Minas de S. Jeronymo (idem).....                                                                                                                                                                                                                          | 60:000\$000    |                 |
| Estrada de Ferro de Peletas às Colonias de S. Lourenço (idem).....                                                                                                                                                                                                           | 60:000\$000    |                 |
| Estrada de Ferro de Araxá a Pecanha (em estudos).....                                                                                                                                                                                                                        | 60:000\$000    |                 |
| Estrada de Ferro de Catalão e Palmas (idem).....                                                                                                                                                                                                                             | 60:000\$000    | 14.148:841\$337 |
| 8. Estrada de Ferro do Sobral.....                                                                                                                                                                                                                                           | 260:000\$000   |                 |
| Prolongamento da mesma...                                                                                                                                                                                                                                                    | 150:000\$000   | 410:000\$000    |
| 9. Estrada de Ferro de Baturité:                                                                                                                                                                                                                                             |                |                 |
| Deduzidos : 50:000\$ do material rodante da 3ª secção ; 150:000\$ da consignação para preparação do leito na 4ª secção e 90:000\$ da de material da mesma secção ; 200:000\$ da de preparação do leito, etc., da 5ª e 25:000\$ na revisão dos estudos entre Humaytá e Crato. |                | 2.235:524\$732  |
| 10. Estrada de Ferro Sul de Pernambuco :                                                                                                                                                                                                                                     |                |                 |
| 1ª divisão                                                                                                                                                                                                                                                                   |                |                 |
| Pessoal.....                                                                                                                                                                                                                                                                 | 119:213\$950   |                 |
| Material.....                                                                                                                                                                                                                                                                | 6:000\$000     | 125:213\$950    |

continua aqui&gt;



## 2ª divisão

|                |              |                |
|----------------|--------------|----------------|
| Pessoal.....   | 780:635\$021 |                |
| Material.....  | 410:450\$000 |                |
| Bito rodante.. | 600:000\$000 | 1.791:085\$021 |

3ª divisão (Em construção) —  
Prolongamento de Garanhuns  
a Aguas Bellas :

|                                                                                                           |              |                             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|-----------------------------|
| Pessoal.....                                                                                              | 62:825\$000  |                             |
| Material.....                                                                                             | 2:000\$000   |                             |
| Revisão de es-<br>tudos, locação<br>da linha, tra-<br>balhos prepara-<br>torios e movi-<br>mento de terra | 300:000\$000 | 364:825\$000 2.281:123\$071 |

11. Estrada de Ferro Central de  
Pernambuco, alterada a de-  
nominação de ramal de Ja-  
boatão a Gloria de Goytá,  
para : ramal de Tapéra a  
Gloria de Goytá, accrescen-  
tando-se para aquisição de  
material rodante para a 2ª  
divisão..... 700:000\$000

E para conclusão de assen-  
tamento de via permanente  
na linha de Gravatá a  
S. Caetano da Raposa, na  
extensão de 70 kilometros.. 200:000\$000

Para o ramal do Timbaúba  
ao Pilar (6ª secção) :

|                |              |              |
|----------------|--------------|--------------|
| Pessoal.....   | 60:000\$000  |              |
| Material.....  | 10:000\$000  |              |
| Empreitada.... | 450:000\$000 | 520:000\$000 |

Para o ramal de Guarabira  
a Nova Cruz (7ª secção):

|                                                                                |              |              |
|--------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|
| Pessoal.....                                                                   | 60:000\$000  |              |
| Material.....                                                                  | 10:000\$000  |              |
| Empreitada,<br>movimento de<br>terra e obras<br>de arte contra-<br>ctadas..... | 250:000\$000 | 320:000\$000 |

Para o ramal de Mulungu  
a Campina Grande (8ª se-  
ção):

|               |              |              |
|---------------|--------------|--------------|
| Pessoal.....  | 60:000\$000  |              |
| Material..... | 10:000\$000  |              |
| Empreitada... | 300:000\$000 | 370:000\$000 |

Para material  
fixo, telegraphi-  
co, pontes, etc.  
etc., para estes

ramaes..... 500:000\$900

5.329:147\$070

12. Estrada de Ferro Paulo Afonso.....

172:098\$695

13. Estrada de Ferro da Bahia (Prolongamento):

Deduzidos: 48:857\$115 da consignação  
— diversos materiais para offeinas;  
57:295\$517 de sobresalentes, na 3ª divisão;  
13:000\$ da — Diversos materiais; 10:000\$  
da—Obras Novas—na 4ª divisão; 34:052\$330  
da — Trilhos e acessórios; 23:365\$980 da  
—Material telegraphico; 120:000\$ da—Mate-  
rial rod ante, etc.; 70:035\$349 da—Material,  
ferramentas—para as offeinas a montar no  
Joazeiro; 44:889\$ da—Machina, ferramen-  
tas, etc., para trabalhos em madeira nas  
mesmas offeinas, 5ª divisão.....

3.314:963\$595

14. Estrada de Ferro Central do Brazil:

Deduzidos: 9:360\$ de tres primeiros escri-  
pturarios no escriptorio central do trafego;  
24:559\$280 do escriptorio do centro com-  
mercial, extincto; 133:623\$400 da—Guar-  
da em geral, manobreiros, etc., etc.—na  
Estação Central; 145:146\$580, da mesma  
consignação para as estações de 1ª classe;  
71:559\$640, da idem idem nas estações de  
2ª classe; 61:581\$580, da idem idem para  
as estações de 3ª classe; 52:197\$780, da  
idem idem para as de 4ª classe; 43:993\$200,  
da idem idem para as de 5ª classe; 400:000\$,  
da condução de trens Im,60; 50:000\$ da  
condução de trens do Norte; 200:000\$ da  
reparação do material rolante Im,60;  
11:800\$ da Eventuaes, na rubrica—Material;  
281:136\$ da—Operarios, trabalhadores, etc.,  
da conservação extraordinaria; 200:000\$  
da—Dormientes; 800:000\$ de trilhos e acces-  
sorios; 100:000\$ da—Materiaes diversos;  
110:000\$ da — Eventuaes da rubrica—Con-  
servação ordinaria e extraordinaria;

- 200:000\$ da—Obras novas nas officinas ;  
 500:000\$ da—Melhoramentos nas officinas,  
 etc. ; 100:000\$ da—Obras novas, material  
 rodante, etc. e elevados a 3:600\$ os ven-  
 cimentos da professora da escola annexa  
 ás officinas. — Augmentados: para alarga-  
 mento da bitola no ramal de S. Paulo e na  
 linha de Minas até Itabira 2.000:000\$000. 26.322:521\$075
15. Prolongamento da Estrada de Ferro Central  
 do Brazil 2.800:000\$ ; Ramal de Ouro Preto  
 400:000\$000..... 3.200:000\$000
16. Estrada de Ferro Porto Alegre a Uru-  
 guayana :  
 Deduzidos : 30:000\$ do pessoal e 300:000\$  
 do material da 5ª divisão..... 3.066:319\$167
17. Prolongamento da Estrada de Ferro Porto  
 Alegre a Uruguayana :  
 Reduzidos a 300:000\$ a consignaço — Pes-  
 soal e Material da administração e fiscali-  
 saço ; a 600:000\$ o assentamento da via  
 permanente, etc.; a 600:000\$ a compra de  
 material rodante e fixo ; a 200:000\$ a cerca  
 de arame ; a 150:000\$ a — Edifícios e a  
 50:000\$a — Eventuaes..... 2.100:000\$000
18. Estrada de Catalão a Cuyabá :  
 Para estudos da estrada a construir pela  
 força federal..... 100:000\$000
19. Obras Publicas na Capital Federal :  
 Deduzidos 200:000\$ da consignaço—Obras  
 novas para supprimento de agua da capital ;  
 supprimidas as seguintes: 4:800\$ do ajudante  
 do chefe do trafego no escriptorio, 4:800\$  
 de dous agentes de 1ª classe, 4:800\$ de  
 dous ditos de 2ª classe, 2:190\$ de dous aju-  
 dantes de compositor e impressor, 2:555\$  
 do ajudante da officina telegraphica, ora  
 extincta, no escriptorio da Estrada Rio do  
 Ouro, 1:825\$ para o atarrachador, a de  
 2:007\$500 de um carpinteiro de 2ª classe,  
 1:460\$ do ajudante de pintor, 2:007\$500 do  
 apontador geral, logares que ficam ex-  
 tinctos. — Deduzidos : 30:000\$ da consi-  
 gnaço— Carvão Cardiff, 6:000\$ da—Lubri-  
 ficantes, 5:000\$ da — Diversas, 12:000\$ da  
 — Dormentes, 8:000\$ da — Trilhos e acces-  
 sorios, 10:000\$ da — Eventuaes para auxi-  
 liares do serviço, etc., 20:000\$ da — Obras  
 novas, etc., da Estrada de Ferro Rio do Ouro 2. 82:103\$500

## 20. Obras nos diversos Estados :

Reduzida a consignação — Pessoal tecnico, inclusive o das secções em seis mezes de escriptorio, do escriptorio tecnico, da commissão de melhoramentos do rio S. Francisco a 42:144\$, a 50:000\$ o material e ferramenta das officinas da mesma commissão; incluída a de 40:000\$ para auxilio e desobstrucção do Alto Tocantins em Goyaz; 80:000\$ para melhoramento da navegação do rio Cuyabá em Matto-Grosso; 300:000\$ para continuação dos estudos da nova Capital no planalto central do Brazil e publicação de mappas e relatorios; 60:000\$ para desobstrucção e navegação do Alto Itapicuru de Caxias a Picos; 100:000\$ para conclusão das obras da estrada D. Francisca em Santa Catharina; 30:000\$ para construcção de uma ponte sobre o rio Verde que ligue o municipio de Boa Vista do Tremedal, no Estado de Minas Geraes, ao de Condeuba no Estado da Bahia; 600:000\$ para construcção de pequenos açudes nos Estados da Parahyba, Rio Grande do Norte e Piahy, sendo 200:000\$ para cada um.

Substituída a tabella relativa á Inspectoria dos Portos Maritimos, que é extincta, pela seguinte :

|                                                                                      |             |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------|--------------|
| MARANHÃO — Obras<br>do caes da Sa-<br>gração, segun-<br>do o contracto. 150:000\$ 00 |             |              |
| Fiscalisação .....                                                                   | 10:000\$000 | 160:000\$000 |
| Melhoramento dos rios :                                                              |             |              |
| Pessoal e material.....                                                              |             | 100:000\$000 |
| CEARÁ — Garantia<br>de juros à Ceará<br>Harbour Corpo-<br>ration..... 292:440\$000   |             |              |
| Fiscalisação .....                                                                   | 15:000\$000 | 307:440\$000 |
| RIO GRANDE DO NORTE — Porto<br>da Capital :                                          |             |              |
| Pessoal e material.....                                                              |             | 200:000\$000 |
| PARAHYBA — Portos do Estado:                                                         |             |              |
| Pessoal e material.....                                                              |             | 200:000-000  |

## PERNAMBUCO—Porto do Recife:

|                                   |              |              |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| 1 engenheiro-chefe                | 12:000\$000  |              |
| 1 dito ajudante....               | 7:200\$000   |              |
| 1 secretario .....                | 4:800\$000   |              |
| 1 auxiliar tecnico.               | 4:800\$000   |              |
| Pessoal.....                      | 64:000\$000  |              |
| Aluguel de casa e expediente..... | 5:000\$000   |              |
| Conservação do caes               | 40:000\$000  |              |
| Dita das pontes....               | 30:000\$000  |              |
| Material .....                    | 140:00 \$000 |              |
| Dragagens e obras.                | 500:000\$000 |              |
| Eventuaes.....                    | 10:000\$000  | 817:800\$000 |

## ALAGÓAS—Garantia de juros á companhia concessionalia.....

|                  |            |             |
|------------------|------------|-------------|
| 60:000\$000      |            |             |
| Fiscalisaçõ..... | 8:000\$000 | 68:000\$000 |

## BAHIA — Porto da Capital :

|                                                                         |             |
|-------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Fiscalisação do contracto para construção de docas e melhoramentos..... | 12:000\$000 |
|-------------------------------------------------------------------------|-------------|

## ESPIRITO SANTO—Porto da Victoria :

|                          |              |
|--------------------------|--------------|
| Pessoal e material ..... | 400:000\$000 |
|--------------------------|--------------|

## RIO DE JANEIRO—Porto de Macahé :

|                         |             |
|-------------------------|-------------|
| Pessoal e material..... | 30:000\$000 |
|-------------------------|-------------|

## Porto de S. João da Barra :

|                         |                |
|-------------------------|----------------|
| Pessoal e material..... | 1.013:078\$000 |
|-------------------------|----------------|

## Porto de Angra dos Reis :

|                               |             |
|-------------------------------|-------------|
| Para estudos e melhoramentos. | 30:000\$000 |
|-------------------------------|-------------|

## S. PAULO — Porto de Santos :

|                             |             |
|-----------------------------|-------------|
| Fiscalisação e estudos..... | 30:000\$000 |
|-----------------------------|-------------|

## Expediente, aluguel de casa e transporte.....

|             |             |
|-------------|-------------|
| 10:000\$000 | 40:000\$000 |
|-------------|-------------|

## Canal de Iguaçu —

|                         |             |
|-------------------------|-------------|
| Pessoal e material..... | 50:000\$000 |
|-------------------------|-------------|

PARANÁ —Porto de  
Paranaguá :  
Pessoal e mate-  
rial..... 70:000\$00

SANTA CATARINA  
—Porto do Des-  
terro : Pessoal  
e material.... 120:000\$00

Rio Itajahy — Me-  
lhoramentos  
em frente à ci-  
dade desse no-  
me e no Bel-  
chior..... 30:000\$00

Porto da Laguna:  
Garantia de  
juros ..... 60:000\$00  
Fiscalização ... 8:000\$00 218:000\$00

Rio GRANDE DO SUL  
— Obras da  
barra :  
Pessoal tecnico  
do escriptorio,  
aluguel de casas  
e officinas..... 160:000\$00  
Material..... 40:000\$00 200:000\$00

Revestimento do  
canal do Norte  
— Margem  
Oeste :  
Pessoal opera-  
rio..... 80:000\$00  
Material..... 160:000\$00 240:000\$00

Margem Leste :  
Pessoal opera-  
rio ..... 40:000\$00  
Material..... 60:000\$00 100:000\$00

Barragem e esta-  
cada do porto :  
Pessoal..... 120:000\$00  
Material..... 180:000\$00 300:000\$00

## Obras do molhe da barra :

|                                                                                                                                                                                                                                           |              |                |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|----------------|
| Acquisição do material.....                                                                                                                                                                                                               | 250:000\$000 |                |
| Via - ferrea e outras installações .....                                                                                                                                                                                                  | 80:000\$000  |                |
| Material, mão de obra e construção das estacadas e molhes                                                                                                                                                                                 | 200:000\$000 | 530:000\$000   |
|                                                                                                                                                                                                                                           |              | 7.035:854\$300 |
| 21. Directoria Geral de Estatistica — Includa a consignação de 40:000\$ para recenseamento e substituida a consignação de 10:000\$ para impressão pela de 90:000\$ para acquisição de material typographico necessario e seu custoio..... |              | 272:180\$000   |
| 22 Eventuaes — Includa a quantia de 20:000\$ para as despesas do expediente e do pessoal auxiliar da Commissão da Camara dos Deputados incumbida da revisão do plano da viação geral.....                                                 |              | 70:000\$000    |
| <b>II.</b> Com os serviços municipaes, ainda a cargo da União em virtude de contractos e por conta das verbas especiaes que no orçamento da receita lhes são destinadas, a quantia de 3.726:378\$374, a saber:                            |              |                |
| 1. Illuminação publica.....                                                                                                                                                                                                               |              | 943:266\$374   |
| 2. Escolas, augmentada a consignação do pessoal com 2:000\$ ao engenheiro fiscal, 1:200\$ a cada um dos ajudantes, 1:200\$ a cada um dos auxiliares e 600\$ ao amanuense.....                                                             |              | 2.783:112\$500 |

§ 1.º Continuam em vigor os ns. I, III, IV, VI e VII da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893, e art. 14 da lei n. 3397 de 24 de novembro de 1888, que autorizou o Poder Executivo a resgatar as estradas de ferro da Bahia ao S. Francisco e Recife ao S. Francisco, nos termos dos respectivos contractos.

§ 2.º As companhias ou empresas que gosarem de garantias de juros ou subvenções são obrigadas a entrar para o Thesouro Federal com as quotas que lhes tiverem sido marcadas pelo Poder Executivo ou que constarem das tabellas, para concorrência das despesas de fiscalisação creadas pelo decreto n. 399, de 20 de junho de 1891, instituida sob a clausula da despesa não exceder a receita proveniente daquella arrecadação.

As companhias, empresas ou concessionarios sem garantia de juros ou subvenção ficam subordinados a disposição anterior, logo que sejam approvados os estudos definitivos da respectiva concessão ou emprehendimento.

São isentas dessa obrigação as companhias ou empresas cujos contractos anteriormente celebrados impuzerem expressamente ao Governo as despesas com a respectiva fiscalização, não sendo permitido, porém, ao Governo conceder a essas companhias ou empresas nenhuma novação ou favor de qualquer especie, sem que ella se subordine áquelle obrigação.

§ 3.º E' revogado o decreto n. 1705 A, de 20 de abril de 1894.

§ 4.º E' o Poder Executivo autorizado :

1º, a renovar por cinco annos o contracto de navegação das lagoas Norte e Mangaba, no Estado das Alagoas, por concorrência publica, podendo elevar a respectiva subvenção annual a 40:000\$, com a clausula de serem feitas seis viagens redondas por semana e de ser desobstruido o canal na subida do Trapiche da Barra ;

2º, a additar contracto com a companhia que faz o serviço de navegação de cabotagem entre o Ceará e o Pará, estabelecendo uma viagem mensal redonda ao porto da Amarração, e outra aos portos de Guimarães e Curutapera, podendo por isso elevar a respectiva subvenção a 200:000\$000;

3º, a revalidar e prorogar por um anno o prazo das concessões de estradas de ferro, com estudos definitivos já approvados, comprehendidas nos Estados que se acharam em revolução, e tiverem caducado depois de 6 de setembro de 1893 ou que venham a caducar até 31 de dezembro do corrente anno, e bem assim as concessões ou empresas de estradas de ferro que nesses Estados, no referido prazo, tiverem suspendido os trabalhos já iniciados ;

4º, a encampar a *Western and Brazilian Telegraph Company*, nas condições de seu contracto, fazendo para isso as operações de credito que julgar necessarias ;

5º, a reunir sob uma unica administração, com sêde na Parahyba, o prolongamento da Estrada de Ferro Conde d'Eu, de Mulungu a Campina Grande e de Guarabira a Nova Cruz ;

6º, a providenciar para que os vapores da linha costeira subvencionada, de Santa Catharina, façam mensalmente tres viagens aos portos do norte e sul daquelle Estado ;

7º, a mandar orçar a construcção de uma ponte que ligue Therezina, capital do Estado do Piahy, a S. José de Cajazeiras, no Maranhão, e a mandar construi-la, caso a despesa federal não exceda de 100:000\$000.

Art. 7.º O Presidente da Republica é autorizado a despendar pela Repartição do Ministerio da Fazenda a quantia de 99.573:418\$985, distribui-la pelas seguintes verbas :

|                                                                                       |                 |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| 1. Juros, amortisação e mais despesas da divida externa.....                          | 13.387:808\$000 |
| 2. Juros, amortisação e mais despesas dos empréstimos nacionaes de 1868, 1879 e 1889. | 9.038:805\$000  |
| 3. Juros, amortisação e mais despesas da divida interna fundada.....                  | 18.111:612\$000 |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                    |              |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------|
| 4. Juros da divida inscripta não fundada, anteriores á emissão das apolices e pagamento em dinheiro das quantias inferiores a 400\$000.....                                                                                                                                                                 |                    | 7:000\$000   |
| 5. Pensionistas :                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                    |              |
| Aumentada a consignação de 680:906\$770, sendo 400:000\$ para occorrer ás novas concessões, funeral e luto, e 280:903\$770, resultante do augmento e diminuição que houve de maio de 1893 a março do corrente anno.....                                                                                     | 4.224:587\$960     |              |
| 6. Aposentados :                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                    |              |
| Aumentada a verba com mais 175:697\$310 para satisfazer ás novas concessões, incluída a quantia de 100:000\$ para as aposentadorias que se possam dar no exercicio.....                                                                                                                                     | 3.293:695\$388     |              |
| 7. Empregados das repartições e logares extinctos .....                                                                                                                                                                                                                                                     | 500:000\$000       |              |
| 8. Thesouro Federal:                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                    |              |
| Pessoal.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 661:100\$000       |              |
| Material—Aumentada a verba com mais 30:000\$, sendo: 5:000\$ para expediente e 25:000\$ para concerto e reforma de moveis...                                                                                                                                                                                | <u>96:000\$000</u> | 757:100\$000 |
| 9. Tribunal de Contas:                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                    |              |
| Pessoal.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 320:800\$000       |              |
| Material—Aumentada a verba com mais 16:200\$, sendo 3:200\$ para aquisição de leis da Republica e de livros scientificos de que os directores do Tribunal careçam; 3:000\$ para impressão do relatorio do Tribunal; e 10:000\$ para a impressão das actas e publicação das mesmas no <i>Diario Official</i> | <u>40:200\$000</u> | 361:000\$000 |
| 10. Recebedoria da Capital Federal:                                                                                                                                                                                                                                                                         |                    |              |
| Pessoal.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 185:390\$000       |              |
| Material—Aumentada a verba com mais                                                                                                                                                                                                                                                                         |                    |              |

15:440\$, proveniente do  
 augmento «dos salarios  
 dos serventes», de  
 «aquisição de estam-  
 pilhas de sello adhesivo»  
 e de «commissão de 2%  
 aos particulares pela  
 venda de estampilhas».

86:380\$000

271:770\$000

#### 11. Caixa da Amortisação :

Pessoal .....  
 Material— Augmentada  
 a verba com mais  
 53:180\$000.....

149:000\$000

121:182\$500

270:182\$500

#### 12. Alfandegas :

##### CAPITAL FEDERAL

Pessoal — Augmentada  
 com a quantia de 1.800\$  
 a gratificação para ali-  
 mentação dos dous aju-  
 dantes de guarda-mór..  
 Material—Augmentada  
 a verba com mais  
 12:000\$ para o serviço  
 typographico.....  
 Companhia de guardas:  
 Augmentada de  
 157:200\$, sendo mais:  
 600\$ para o 1º comman-  
 dante e igual quantia  
 para o 2º; 4:800\$ para  
 os seis sargentos; e  
 151:200\$ para os 180  
 guardas.....  
 Expediente e outras des-  
 pesas.....

777:000\$000

85:180\$000

454:800\$000

1:000\$000

##### Capatazias:

Pessoal — Augmentada  
 de 120:397\$500, sendo  
 mais: 510\$ para o apon-  
 tador; 360\$ para o aju-  
 dante; 7:200\$ para os  
 20 ajudantes de dois de  
 armazem; 6:480\$ para  
 os 18 conferentes de 1ª  
 classe; 7:200\$ para os  
 20 conferentes de 2ª

continua aqui>

classe ; 1:200\$ para o encarregado da iluminação ; 305\$ para o vigia geral ; 762\$ para os cinco mandadores ; 457\$500 para os tres tanoeiros ; 4:880\$ para os 32 arrumadores ; 9:150\$ para os 60 abridores ; 78:232\$500 para os 513 trabalhadores, e 3:660\$ para os marcadores....

891:007\$500

Guindastes e elevadores hydraulicos :

Elevada a verba de mais 16:622\$500, ficando as diarias augmentadas do seguinte modo:

Guindastes hydraulicos — Machinistas, 10\$000 ; ajudante, 6\$500 ; mandador, 5\$500 ; foguista, 5\$ ; encarregado, 4\$ ; auxiliar, 4\$000. — Elevadores hydraulicos — Machinista, 8\$ ; ajudante, 6\$500 ; encarregado, 4\$ ; auxiliar, 4\$000....  
Deposito de polvora na ilha do Boqueirão .....  
Serviço marítimo.....

60:085\$000

98:600\$000

4:000\$000

Barcas de vigia :

Pessoal— Augmentada, sendo assim fixados os vencimentos: do 1º patrão 2:400\$; dos sete 2ºs ditos 14:000\$; do 1º machinista 2:900\$; dos tres 2ºs ditos 7:200\$; dos seis foguistas 8:640\$; dos 100 marinheiros 120:000\$000.....  
Material.....

155:140\$000

71:280\$000

#### ESPIRITO SANTO

Pessoal.....  
Material—Augmentada a verba em 1:406\$000..

58:340\$000

6:968\$000

## Capatazias :

Pessoal — Augmentada  
com mais 500 réis a di-  
ria..... 5:670\$000

Material—Sendo 70:000\$  
para aquisição do ma-  
terial fluctuante neces-  
sario, inclusive uma lan-  
cha a vapor..... 70:800\$000

## Eskaleres :

Pessoal — Augmentada  
por terem sido elevadas  
as mensalidades dos re-  
madores a 50\$ e as ra-  
ções a 30\$ mensaes.... 12:600\$000  
Material..... 500\$000

## Força dos guardas :

Augmentada de 3:050\$,  
sendo mais : 250\$ para  
o commandante e 2:800\$  
para os oito guardas... 12:300\$000

## BAHIA

Pessoal..... 207:200\$000

Material—Augmentada  
em mais 7:250\$000.... 19:950\$000

## Capatazias :

Pessoal — Augmentada  
de 23:400\$, sendo mais:  
900\$ para os tres confe-  
rentes ; 300\$ para os  
dous ajudantes ; 3:600\$  
para os 12 mandadores ;  
1:500\$ para os cinco vi-  
gias ; 240\$ para os dous  
mareadores ; 300\$ para  
os dous carpinteiros ;  
7:200\$ para 40 trabalha-  
dores ; 9:000\$ para mais  
50 trabalhadores ; 450\$  
para os tres serventes.  
Material— Augmentada  
a consignação e o m  
50:000\$, para a compra  
de uma nova machina  
destinada ao serviço da  
capatazia e concerto da

116:610\$000

existente, aquisição de um guindaste, dous ascensores hydraulicos, 12 carros para condução de mercadorias, uma barca de registro e uma lancha a vapor de marcha surda.....

59:800\$000

Lanchas a vapor e barcas de vigia :

Pessoal — Elevadas as diarias dos marinheiros de 2\$ a 3\$000.....

74:125\$000

Escaleres :

Pessoal — Augmentadas as diarias dos patrões e marinheiros, com mais 1\$ a cada um.....

19:458\$000

Material.....

8:000\$000

Forças dos guardas :

Pessoal — Augmentada de 51:200\$, sendo mais: 600\$ para o commandante; 900\$ para cada sargento, cujo numero é elevado de tres a quatro; 850\$ para cada guarda, cujo numero é elevado de 50 a 60.....

120:600\$000

Material.....

3:000\$000

#### ARACAJU

Pessoal.....

42:120\$000

Material — Augmentada de 2:000\$000.....

7:600\$000

Capatazias :

Pessoal — Augmentada a diaria dos serventes de 1\$00 a 2\$000.....

7:200\$000

Material.....

1:000\$000

Escaleres :

Pessoal — Patrão, elevando-se de 50\$ a 60\$ a consignação mensal...

720\$000

Remadores, elevando-se de 40\$ a 50\$ mensaes..

6:000\$000

Material.....

1:000\$000

## Força dos guardas :

Augmentada de 4:650\$,  
sendo mais: 250\$ para  
o commandante, e 200\$  
para cada guarda, cujo  
numero é elevado de 10  
a 12..... 15:900\$000

## MACEIO

Pessoal..... 88:700\$000

Material—Augmentadas  
algumas consignações  
na importancia de 836\$ 5:768\$000

## Capatazias :

Pessoal — Augmentada  
de mais 3:630\$ pela ele-  
vação da diaria com  
mais 500 réis..... 18:315\$000  
Material..... 20:1\$000

Lanchas a vapor e es-  
caleres:

Pessoal—Augmentada a  
diaria dos marinheiros  
de 2\$ a 2\$500; a mensali-  
dade do patrão de 51\$250  
a 60\$ e augmentado o  
numero dos remadores  
de oito a 12..... 13:177\$500  
Material— Augmentada  
com 1:000\$000..... 2:300\$000

## Força dos guardas :

Augmentada de 2:80 \$,  
sendo mais: 650\$ para  
o commandante, 250\$  
para o sargento, e 50\$  
para cada um dos guar-  
das, cujo numero é ele-  
vado de 14 a 15..... 21:600\$000  
Material..... 1:000\$000

## PENEDO

Pessoal ..... 42:120\$000

Material— Augmentada  
com 3:678\$ para occur-  
rer ao aluguel das casas  
para a Alfandega e para  
o destacamento de linha

e á differença na assignatura do *Diário Official*.. 6:788\$000

Capatazias :

Pessoal—Augmentada a verba para occorrer ao augmento da diaria de 1\$500 a 1\$800 dos trabalhadores effectivos... 2:754\$000

Material ..... 400\$000

Escaleres :

Pessoal — Augmentada em consequencia de serem elevadas com mais 10\$ as mensalidades do patrão e dos quatro remadores e com mais 300 réis diarias as rações. 7:125\$000

Material ..... 600\$000

Força dos guardas :

Pessoal — Augmentada de 1:850\$, sendo mais: 250\$ para o commandante e 1:600\$ para os oito guardas ..... 11:100\$000

Material—Augmentada em 698\$ para concerto do equipamento e armamento, aluguel da casa para o destacamento do Pontal da Barra e reconstrucção da casa em que estava o dito destacamento..... 848\$000

PERNAMBUCO

Pessoal ..... 297:200\$000

Material — Augmentada a verba com mais 5:800\$ para reforçar as rubricas de « Expediente », « Aquisição e encadernação de livros », « Concerto e reforma de móveis », « Publicações de eannes », « Assignatura do *Diário Official* », « Serviço telegraphico », « Agua e asseio », etc... 12:118\$000

**Capatazias :**

**Pessoal — Augmentada**  
 a 40:155\$00, sendo  
 mais: 997\$500 para os  
 sete ajudantes de fleis ;  
 1:890\$ para os confe-  
 rentes de 2ª classe, cujo  
 numero é elevado de 12  
 a 14 ; 300\$ para os dous  
 mandadores ; 998\$ para  
 os sete arrumalores ;  
 1:470\$ para os 14 abri-  
 dores ; 855\$ para os  
 seis vigias de portas ;  
 30:900\$ para os traba-  
 lhadores, cujo numero é  
 elevado de 86 a 106 ;  
 15\$ para o machinista ;  
 900\$ para um ajudante ;  
 630\$ para seis marca-  
 dores ; 900\$ para 12 ba-  
 lanceiros ; 300\$ para  
 um carapina.....

164:910\$000

**Material — Augmentada**  
 a verba para compra do  
 material redante ur-  
 gente e indispensavel,  
 de um guindaste a vapor  
 e de um lancha tambem  
 a vapor .....

88:690\$000

**Barcas de vigia e esca-  
 leres :**

**Pessoal.....**  
**Material.....**

60:480\$000

9:200\$000

**Força dos guardas :**

**Pessoal — Augmentada**  
 de 51:200\$, sendo mais:  
 600\$ para o comman-  
 dante ; 900\$ para cada  
 sargento, cujo numero é  
 elevado de tres a qua-  
 tro ; 550\$ para cada  
 guarda, cujo numero é  
 elevado de 50 a 60.....  
**Material.....**

120:600\$000

1:500\$000

**PARAHYBA**

**Pessoal.....**  
**Material — Augmentada**  
 a verba com mais 156\$

58:340\$000



para reforçar as rubricas de «Publicações de editaes», «Despezas judiciais» e «Assignatura do *Diario Official*»..... 5:812\$000

Capatazias :

Pessoal — Augmentada de 1:106\$100, resultante do augmento das diarias do mandador com mais \$500; do abridor e de cada um dos 12 trabalhadores effectivos com mais \$400..... 10:196\$100  
Material..... 400\$000

Escaleres :

Pessoal — Augmentada por serem elevadas as mensalidades do patrão a 60\$ e as de cada um dos oito remadores a 50\$000..... 5:520\$000  
Material..... 400\$000

Força dos guardas :

Pessoal — Augmentada de 5:050\$, sendo mais: 250\$ para o commandante; e 200\$ para cada guarda, cujo numero é elevado de 12 a 14 .... 18:300\$000  
Material..... 200\$000

RIO GRANDE DO NORTE

Pessoal..... 42:120\$000  
Material—Com o acrescimo de 6\$ para— Assignatura do *Diario Official*..... 5:682\$000

Capatazias :

Pessoal— Augmentadas as diarias..... 4:500\$000  
Material..... 750\$000

Escaleres :

Pessoal — Augmentada a mensalidade dos remadores de 45\$ a 50\$000..... 6:780\$000  
Material..... 650\$000

## Força dos guardas :

|                                                                                                                                                     |             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Pessoal — Augmentada de 2:050\$, sendo mais : 250\$ para o commandante, e 200\$ para cada um dos guardas, cujo numero é elevado de oito a nove..... | 12:300\$000 |
| Material.....                                                                                                                                       | 100\$000    |

## CEARÁ

|               |              |
|---------------|--------------|
| Pessoal.....  | 119:700\$000 |
| Material..... | 7:86\$000    |

## Capatazias :

|                                                                                                                                                                                                                       |             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Pessoal — Augmentada a verba por terem sido elevadas as diarias do mandador com mais 1\$; dos dous conferentes, dos dous abrilhores e dos trabalhadores, cujo numero é elevado a 40, com mais 500 réis a cada um..... | 35:940\$000 |
| Material — Elevada de 150\$ a 300\$000.....                                                                                                                                                                           | 300\$000    |

## Escaleres :

|                                                                     |            |
|---------------------------------------------------------------------|------------|
| Pessoal — Augmentada a mensalidade do patrão de 60\$ a 80\$000..... | 6:060\$000 |
| Material.....                                                       | 350\$000   |

## Força dos guardas:

|                                                                                                                                                                                  |             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Pessoal — Augmentada de 11:000\$, sendo mais 150\$ para o commandante, 550\$ para cada um dos sargentos, e 350\$ para cada um dos guardas, cujo numero é elevado de 15 a 18..... | 33:000\$000 |
| Material.....                                                                                                                                                                    | 150\$000    |

## PARNAHYBA

|                                                      |             |
|------------------------------------------------------|-------------|
| Pessoal.....                                         | 42:120\$000 |
| Material — Augmentada a verba com mais 770\$000..... | 5:490\$000  |

**Capatazias:**

Pessoal — **Augmentada**  
a verba com mais

100\$000..... 1:000\$000  
Material..... 200\$000

Escaleres:

Pessoal — **Augmentada**  
a verba pela elevação  
da annuidade dos dous  
patrões, de 720\$ a 960\$;  
dos 10 marinheiros de  
2:400\$ a 3:600\$ e das  
rações diarias de 400 a  
600 réis.....

7:188\$000

Material.....

1:200\$000

**Força dos guardas:**

Pessoal — **Augmentada**  
de 2:250\$, sendo mais:  
250\$ para o comman-  
dante, 200\$ para cada  
um dos 10 guardas....

13:500\$000

**MARANHÃO**

Pessoal.....

142:700\$000

Material — **Augmen-**  
tada a verba com a  
quantia de 4:400\$000..

8:768\$000

**Capatazias:**

Pessoal — **Augmentada**  
a verba por se ter  
elevado as diarias dos  
tres mandadores e dos  
dous conferentes com  
mais 400 réis cada um;  
dos dous vigias e dos  
38 trabalhadores com  
mais 600 réis cada um..

43:200\$000

Material.....

2:400\$000

**Barcas e escaleres:**

Pessoal — **Augmentada** a  
verba por ter sido eleva-  
da a mensalidade dos  
quatro patrões de 42\$ a  
50\$; do carpinteiro de  
50\$ a 60\$ e dos 39 rema-  
dores de 36\$ a 50\$000.

26:520\$000

Material.....

3:300\$000

**Força dos guardas:**

Pessoal — Augmentada  
com 7:550\$, sendo mais:  
150\$ para o comman-  
dante, 550\$ para cada  
um dos dous sargentos,  
350\$ para cada um dos  
18 guardas..... 33:000\$000

**PARA**

Pessoal..... 297:600\$000  
Material..... 21:136\$000

**Capatazias:**

Pessoal—Augmentada a  
verba para occorrer à  
elevação das diarias dos  
quatro mandadores, dos  
oito conferentes, dos  
cinco vigias, de um  
marcador e de 90 traba-  
lhadores com mais \$500  
cada um ; e das mensa-  
lidades dos 1º e 2º ma-  
chinistas com mais 40\$  
cada um e do foguista  
com mais 10\$000..... 153:180\$000

Material..... 25:100\$000

Cruzador *Caçador*, aviso  
*Sersedello*, lanchas a  
vapor, barcas de vigia :

Pessoal ..... 70:460\$000  
Material..... 52:060\$000

**Força dos guardas:**

Pessoal — Augmentada  
com 87:700\$, sendo mais  
1:200\$ para o comman-  
dante ; 1:500\$ para cada  
um dos sargentos, cujo  
numero é elevado de tres  
a quatro ; e 1:150\$ para  
cada um dos guardas,  
cujo numero é elevado  
de 40 a 55..... 147:600\$000  
Material ..... 1:350\$000

**MANÃOS**

Pessoal ..... 88:700\$000  
Material..... 9:798\$000

continua aqui>

## Capatazias:

|                                                                                                                                                                                 |             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Pessoal—Augmentada a verba com a importância de 3:920\$ para occorrer à elevação dos vencimentos do mandador com mais 400\$ e dos 16 trabalhadores com mais 220\$, cada um..... | 17:800\$000 |
| Material .....                                                                                                                                                                  | 7:500\$000  |

## Eskaleres :

|                                                                                                                                                                       |             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Pessoal—Augmentada a verba por causa da elevação dos vencimentos do patrão de 54\$ a 60\$, dos 14 remadores de 36\$ a 40\$, da diaria das rações de 1\$ a 1\$500..... | 15:540\$000 |
| Material .....                                                                                                                                                        | 2:590\$000  |

## Força dos guardas:

|                                                                                                                                                 |             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Pessoal — Augmentada de 20:500\$, sendo mais 1:250\$ para o commandante, 2:950\$ para o sargento, e 1:661\$285 para cada um dos 14 guardas..... | 39:300\$000 |
| Material .....                                                                                                                                  | 1:000\$000  |

## SANTOS

|                |              |
|----------------|--------------|
| Pessoal .....  | 282:000\$000 |
| Material ..... | 17:018\$000  |

## Capatazias:

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |              |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Pessoal — Augmentada com 38:184\$, sendo mais 1\$ para as diarias do apontador; dos conferentes, cujo numero é elevado de sete a oito; dos mareadores, cujo numero é elevado de um a trez, e dos 100 trabalhadores; e mais 500\$ para a diaria dos abridores, cujo numero é elevado de sete a 12, supprindo os cinco arriunadores ..... | 195:624\$000 |
| Material.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 6:000\$000   |

## Lancha a vapor e escaleres:

Pessoal..... 53:700\$000

Material — Mais 500\$  
para — Expediente da  
Guarda-moria..... 9:500\$000

## Força dos guardas:

Pessoal — Augmentada  
com 27:000\$, sendo mais  
600\$ para o comman-  
dante, 600\$ para cada  
um dos quatro sarzen-  
tos, 400\$ para cada  
um dos 60 guardas.....159:600\$000  
2:000\$000

## PARANAGUÁ

Pessoal..... 58:340\$000  
Material..... 3:218\$000

## Capatazias:

Pessoal..... 5:986\$000  
Material..... 600\$000Lancha a vapor e es-  
caleres:Pessoal..... 14:400\$000  
Material..... 2:700\$000

## Força dos guardas:

Pessoal — Augmentada  
com 2:250\$, sendo mais  
250\$ para o comman-  
dante e 200\$ para cada  
um dos 10 guardas.....13:500\$000  
550\$000

## SANTA CATHARINA

Pessoal..... 58:340\$000  
Material..... 3:218\$000

## Capatazias:

Pessoal..... 6:000\$000

## Escaleres:

Pessoal..... 4:900\$000  
Material..... 800\$000

## Força dos guardas :

Pessoal — Augmentada  
com 2:650\$, sendo mais  
250\$ para o comman-  
dante e 200\$ para cada  
um dos 12 guardas..... 15:900\$000

## RIO GRANDE DO SUL

Pessoal — Creado mais  
um logar de fiel do  
thesoureiro..... 125:000\$000  
Material..... 7:880\$000

## Capatazias:

Pessoal— Augmentadas  
as mensalidades dos dous  
conferentes do caes com  
mais 20\$, as diarias do  
marcador e dos quatro  
arrumadores com mais  
500 réis e a dos 62 ser-  
ventes com mais 300 réis  
Material..... 49:350\$000  
1:000\$000

Barcas, lanchas e esca-  
leres :

Pessoal— Augmentados  
em 4:480\$ os venci-  
mentos dos patrões e  
marinheiros..... 28:680\$000  
Material..... 7:960\$000

## Força dos guardas :

Pessoal — Augmentada  
com 15:250\$, sendo mais  
150\$ para o comman-  
dante, 550\$ para cada  
um dos dous sargentos,  
350\$ para cada um dos  
40 guardas..... 66:000\$000

## PORTO ALEGRE

Pessoal..... 169:000\$000  
Material..... 19:086\$000

## Capatazias:

Pessoal— Augmentadas:  
a mensalidade do con-  
ferente do caes com

mais 20\$; a diaria dos  
tres arrumadores com  
mais 300 réis; do man-  
dador e dos tres marc-  
adores com mais 500 réis  
Material.....

63:480\$000

12:400\$000

Barcas, lanchas e esca-  
leres:

Pessoal.....

6:000\$000

Material.....

3:000\$000

Força dos guardas:

Pessoal — Aumentada  
com mais 8:250\$, sendo  
mais 150\$ para o coman-  
dante, 550\$ para  
cada um dos dous sar-  
gentos, 350\$ para cada  
um dos 20 guardas.....

36:000\$000

## URUGUAYANA

Pessoal.....

58:340\$000

Material.....

2:262\$000

Capatazias:

Pessoal — Aumentadas  
as diarias do arrumador  
e dos 11 serventes com  
mais 300 réis.....

8:430\$000

Material.....

4:460\$000

Barcas, lanchas e esca-  
leres:

Pessoal e material.....

15:420\$000

Força dos guardas:

Pessoal — Aumentada  
com 17:000\$, sendo mais  
150\$ para o comman-  
dante, 550\$ para cada  
um dos dous sargentos,  
483\$ para cada um dos  
45 guardas.....

73:500\$000

Material.....

3:000\$000

## CORUMBÁ

Pessoal.....

58:340\$000

Material.....

2:018\$000



## Capatazias :

|               |            |
|---------------|------------|
| Pessoal.....  | 8:400\$000 |
| Material..... | 1:500\$000 |

## Escaleres :

|               |            |
|---------------|------------|
| Pessoal.....  | 8:010\$000 |
| Material..... | 400\$000   |

## Força dos guardas :

|                                                                                                                          |             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Pessoal — Augmentada<br>com 3:050\$, sendo mais:<br>250\$ para o coman-<br>dante, e 200\$ para<br>cada um dos 14 guardas | 18:300\$000 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|

## S. PAULO

|                                                                                                                         |              |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Pessoal.....                                                                                                            | 228:200\$000 |
| Material — Para esta<br>despeza, capatazias e<br>outras, conforme o de-<br>creto n. 1747, de 3 de<br>julho de 1894..... | 230:800\$000 |

## JUIZ DE FÓRA

|                                                                                                                         |              |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Pessoal.....                                                                                                            | 169:800\$000 |
| Material — Para esta<br>despeza, capatazias e<br>outras, conforme o de-<br>creto n. 1747, de 3 de<br>julho de 1894..... | 171:200\$000 |

DELEGACIA FISCAL DO  
RIO GRANDE DO SUL

|                                                                                                             |              |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Pessoal.....                                                                                                | 11:400\$000  |
| Força fiscal:                                                                                               |              |
| Pessoal.....                                                                                                | 189:000\$000 |
| Material.....                                                                                               | 50:000\$000  |
| Porcentagem para a<br>cobrança de rendas nos<br>municípios onde não<br>existem repartições da<br>União..... | 135:000\$000 |

9.170:081\$100

## 13. Delegacias fiscaes:

## S. PAULO

|               |             |
|---------------|-------------|
| Pessoal.....  | 46:200\$000 |
| Material..... | 14:806\$000 |

## MINAS GERAES

|               |             |
|---------------|-------------|
| Pessoal.....  | 25:200\$000 |
| Material..... | 6:838\$000  |

## CUIABÁ

|               |             |
|---------------|-------------|
| Pessoal.....  | 16:400\$000 |
| Material..... | 5:188\$000  |

## CURYTIBA

|               |             |
|---------------|-------------|
| Pessoal.....  | 14:800\$000 |
| Material..... | 3:718\$000  |

## THEREZINA

|               |             |
|---------------|-------------|
| Pessoal.....  | 14:800\$000 |
| Material..... | 3:480\$000  |

## GOYAZ

|               |             |
|---------------|-------------|
| Pessoal.....  | 14:800\$000 |
| Material..... | 3:270\$000  |

|                                                                                                                                      |             |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|--------------|
| Importancia que se presume necessaria para a despesa com a cobrança de rendas nos municipios em que não ha repartições da União..... | 85:000\$000 | 254:500\$000 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|--------------|

14. Mesas de rendas..... 272:782\$000

15. Casa da Moeda e resgate do cobre..... 740:500\$000

16. Imprensa Nacional e *Diario Official* :

|               |              |              |
|---------------|--------------|--------------|
| Pessoal.....  | 715:000\$000 | 968:000\$000 |
| Material..... | 253:000\$000 |              |

## 17. Laboratorio Nacional de Analyses na Alfandega da Capital Federal :

|               |             |             |
|---------------|-------------|-------------|
| Pessoal.....  | 51:200\$000 | 63:400\$000 |
| Material..... | 12:200\$000 |             |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| 18. Administração e custeio das fazendas e despesas com os proprios nacionaes :                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                 |
| Mantida a consignação do orçamento vigente e mais a de 4:000\$ para despesas com a Companhia de Esgotos.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 82:160\$000     |
| 19. Ajudas de custo.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 20:000\$000     |
| 20. Gratificação por serviços temporarios e extraordinarios:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                 |
| Augmentada com mais 40:000\$ para por-se em dia a tomada de contas dos exactores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 60:000\$000     |
| 21. Juros diversos.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 50:000\$000     |
| 22. Juros dos bilhetes do Thesouro.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 480:000\$000    |
| 23. Juros dos emprestimos do Cofre de Orphãos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 650:000\$000    |
| 24. Juros dos Depositos das Caixas Economicas e Montes de Soccorro.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 3.180:000\$000  |
| 25. Commissões e corretagens.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 30:000\$000     |
| 26. Diferença de cambio.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 29.550:400\$000 |
| 27. Obras : Augmentada a verba do orçamento vigente com mais 387:000\$ e assim distribuida :                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                 |
| Capital Federal e Estado do Rio: 747:000\$, sendo: 100:000\$, para obras no edificio do Thesouro ; 20:000\$, para pequenos reparos nos edificios a cargo do Thesouro ; 22:800\$, para obras da Alfandega, pessoal tecnico ; 200:000\$, para construcção de novos armazens ; 15 000\$, para conservação de obras hydraulicas, comprehendendo caes da Alfandega e suas dependencias, pontes, defesas ; 15:000\$, para conservação dosapparelhos e machinismos hydraulicos ; 30:000\$, para conservação e melhoramentos dos actuaes armazens da Alfandega; 100:000\$, para construcção do caes da Alfandega até ao Arsenal de Guerra (consignação annual) ; 244:200\$, para aquisição e montagem de novas machinas para o serviço de descargas; Estado do Espirito Santo, 50:500\$ para pequenos reparos e conclusão das obras da Alfandega; Estado da Bahia, 104:000\$, para pequenos reparos, substituição de uma das linhas do edificio da Alfandega, no ponto apodrecido, construcção de uma parte do edificio á rua da Princesa, para que se possam abrir oito portões, reparos do calçamento dos armazens e substitui- |                 |

ção de trilhos e dos encanamentos e remoção das latrinas; Estado de Sergipe, para pequenos reparos, 1:000\$; Estado das Alagoas, idem, 500\$; Estado de Pernambuco, 25:000\$, sendo 20:000\$ para os reparos no edificio da Alfandega e 5:000\$ para pequenos reparos; Estado da Paraíba, para pequenos reparos 5:000\$; para accrescimento da casa que serve de ponto fiscal em Cabedello 5:000\$; para a construção de um edificio em que funcione a Alfandega 50:000\$; Estado do Rio Grande do Norte, para pequenos reparos 200\$; Estado do Ceará, para pequenos reparos, 2:500\$; Estado do Piauí, idem, 3:300\$; Estado do Maranhão, idem, 6:000\$; Estado do Pará, idem, 5:000\$, para a continuação da construção dos novos armazens da Alfandega, 10:000\$; Estado do Amazonas, para pequenos reparos, 3:000\$; para começo de construção de um prédio e armazem em que funcione a Alfandega, 200:000\$; Estado de S. Paulo, para pequenos reparos, 2:000\$; Estado do Paraná, idem, 1:000\$, para construção de um edificio que sirva de Alfandega em Paranaguá, segundo verba que já foi votada e não despendida no exercício de 1894, 100:000\$; Estado de Santa Catharina, para pequenos reparos, 500\$; Estado do Rio Grande do Sul, idem, 2:000\$; Estado de Goyaz, idem, 500\$; Estado de Matto Grosso, idem, 1:000\$; Estado de Minas, idem, 2:000\$; para obras imprevistas e urgentes 50:000\$000.....

1.467:000\$000

## 28. Despesas eventuaes :

Mantida a consignação do orçamento em vigor, inclusive a quantia de 14:400\$ para dous a'juntos de procurador da Republica no Districto Federal a 4:800\$ cada um e dous solicitadores a 2:400\$000

100:000\$000

100:000\$000

## 29. Reposições e restituições.....

## 30. Adeantamento da garantia provincial de 2 % ás estradas de ferro da Bahia e Pernambuco .....

450:000\$000

## 31. Exercícios findos :

Incluida a quantia de 216\$ para pagamento a Augusto Borges Leitão, amanuense da hospedaria de imigrantes

da ilha das Flores, de seus vencimentos  
relativos ao mez de novembro e seis dias  
de dezembro do anno passado.....

1.108:070\$368

32. Creditos especiaes..... 547:964\$369

Art. 8.º Continuum em vigor as disposições dos arts. 8º, 9º e 12 da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893, e bem assim as dos arts. 20 §§ 1º e 2º da lei n. 3229, de 3 de setembro de 1884, e 9º e 11 n. 1 da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892.

Art. 9.º E' o Governo autorizado:

I. A abrir, no exercicio de 1895, os creditos supplementares para as verbas indicadas na tabella que acompanha a presente lei.

II. A concluir o edificio e accessorios para a installação definitiva da Alfandega de Macahé, installando-a, porém, desde já em edificio alugado; abrindo os necessarios creditos.

III. A entregar aos Thesouros dos Estados de Pernambuco e Parahyba as quantias provenientes do imposto estadual de giro, mandadas depositar pelo Ministerio da Fazenda.

IV. A abrir o necessario credito para execução da lei n. 199, de 30 de julho de 1894.

V. A abrir á verba—Exercicios findos—o necessario credito para occorrer ao pagamento dos ordenados a que tiver direito o juiz de direito Augusto Carlos de Amorim Garcia, em execução da lei n. 210, de 3 de outubro de 1894.

VI. A liquidar e pagar ao Governo dos Estados a importancia das despesas feitas pelo Thesouro dos mesmos Estados por conta da União, por motivo da revolta.

VII. A entregar ao Estado de Goyaz a quantia de 300:000\$, resto do auxilio que ao mesmo foi concedido por lei de 10 de setembro de 1893, salvo a hypothese do art. 2º, paragrapho unico, da mesma lei, abrindo para isso o necessario credito.

Art. 10. Em igualdade de circumstancias serão preferidos para os accessos nas repartições de fazenda, os empregados que tiverem os concursos de 1ª e 2ª entrancia exigidos por lei.

Art. 11. Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda a faça executar.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

## TABELLA

Verbas do orçamento para as quaes o Governo poderá abrir credito supplementar no exercicio de 1895, de accordo com o art. 9º n. I da presente lei.

## MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

*Soccorros publicos.*

*Subsidio dos senadores e subsidio dos deputados*—Pela importancia que for necessaria durante as prorogações.

*Secretaria do Senado e Secretaria da Camara dos Deputados*—Pelo serviço stenographico e de redacção e publicação dos debates durante as prorogações.

## MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Extraordinarias no exterior.*

## MINISTERIO DA MARINHA

*Hospitaes*—Pelos medicamentos e utensis.

*Reformados*—Pelo soldo de officiaes e praças.

*Munições de bocca*—Pelo sustento e dieta das guarnições dos navios da Armada.

*Munições navaes*—Pelos casos fortuitos de avaria, naufragios, alijamento de objectos ao mar e outros sinistros.

*Frete*—Commissões de saques, tratamento de praças em portos estrangeiros e em Estados onde não ha hospitaes e enfermarias, e para despezas de enterro.

*Eeventuaes* — Pelas passagens autorisadas por lei, ajudas de custo e gratificações extraordinarias, tambem determinadas por lei.

## MINISTERIO DA GUERRA

*Hospitaes* — Pelos medicamentos, dietas e utensis a praças de pret.

*Praças de pret* — Pelas gratificações de voluntarios e engajados e premio aos mesmos.

*Etapas* — Pelas que occorrerem além da importancia consignada.

*Despezas de corpos e quarteis* — Pelas forragens e ferragens.

continua aqui>

*Classes inactivas* — Pelas etapas das praças invalidas e soldo de officiaes e praças reformados.

*Ajudas de custo* — Pelas que se abonarem aos officiaes que viajam em commissão de serviço.

*Fabricas* — Pelas dietas, medicamentos e utensis.

*Presidios e colonias militares* — Etapas e diarias a colonos.

*Diversas despesas e eventuaes* — Pelo transporte de praças e comedorias de embarque.

#### MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

*Garantia de juros ds estradas de ferro e aos engenhos centraes* — Pelo que exceder ao decretado.

#### MINISTERIO DA FAZENDA

*Juros da divida inscripta, etc.* — Pelos reclamados além do algarismo orçado.

*Caixa da Amortização* — Pela encomenda e assignatura de notas.

*Differença de cambio* — Pelo que for preciso afim de realizar-se a remessa de fundos para o exterior e o pagamento dos juros e amortização dos empréstimos nacionaes de 1868, 1879 e 1889 e das apolices convertidas do juro de 4 % em ouro.

*Juros diversos* — Pelas importancias que forem precisas além das consignadas.

*Juros dos bilhetes do Thesouro* — Idem idem.

*Commissões e corretagens* — Pelo que for necessario além da somma concedida.

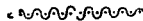
*Juros dos empréstimos do cofre dos orphãos* — Pelos que forem reclamados, si a sua importancia exceder a do credito votado.

*Juros dos depositos das Caixas Economicas e dos Montes de Soccorro* — Pelos que forem devidos além do credito votado.

*Exercicios findos* — Pelas aposentadorias, pensões, ordenados, soldos e outros vencimentos marcados em lei.

*Reposições e restituições* — Pelos pagamentos reclamados, quando a importancia delle exceder a consignação.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1895. — *Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 267 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1894

2- Autorisa o Governo a contractar com Richard J. Reidy, ou com quem melhores vantagens offerecer, o assentamento de um cabo sub-fluvial entre as Capitães dos Estados do Pará e Amazonas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a contractar com Richard J. Reidy, ou com quem melhores vantagens offerecer, o assentamento de um cabo sub-fluvial entre Belem e Manaos, mediante as seguintes concessões:

a) privilegio por 30 annos, salvo, porém, à União e aos Estados o direito de estabelecer, na mesma zona, as linhas terrestres que julgarem convenientes, ficando ainda aos particulares o direito de transmittir seus despachos pela linha que preferirem ;

b) isenção dos direitos de Alfandega e de quaesquer outros impostos pela exploração, para todo o material, inclusive navios empregados no assentamento e reparo das linhas ;

c) cessão dos terrenos devolutos e desapropriação de outros, durante o prazo do privilegio, para o estabelecimento das estações, amarração e casas do cabo, observada, quanto á desapropriação, a legislação estadual em vigor ;

d) subvenção annual de \$ 17.125 durante os primeiros 20 annos de concessão.

Art. 2.º Em troca de taes favores é o concessionario obrigado :

a) a estabelecer, no referido cabo sub-fluvial, ramificações para Pinheiro, Mosqueiro, Soure, Cametá, Breves, Gurupá, Chaves, Macapá, Alenquer, Monte Alegre, Santarem, Obidos, no Pará, Parintins e Itacoatiara, no Amazonas ;

b) a fazer funcionar a linha principal no prazo maximo de um anno e as outras no de dezoito mezes ;

c) a fazer reverter à União, findos os trinta annos do privilegio, todo o material, edificações e terrenos empregados no serviço ;

d) a dar preferencia, na expedição, aos telegrammas officiaes e da imprensa, todos os quaes terão abatimento de 50 % em relação à tarifa adoptada ;

e) a organizar esta tarifa tomando por base a distancia kilometrica e submettendo-a à approvação do Governo Federal, sendo-lhe vedado alteral a sem aquiescencia deste.

Art. 3.º O concessionario poderá, em qualquer tempo, e pelo prazo do presente privilegio, entrar em accordo com os Governos estaduais a respeito do estabelecimento de novas ramificações.

Art. 4.º São revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Antonio Olyntho dos Santos Pires.





3  
DECRETO N. 268 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1894

Augmenta os vencimentos dos empregados da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Os vencimentos dos empregados da Estrada de Ferro Central do Brazil serão os declarados nas tabellas annexas sob ns. 1 a 5.

Art. 2.º A presente lei começará a vigorar em 1 de janeiro de 1895.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1894, 6.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

## TABELLA I

## 1ª DIVISÃO — ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

*Directoria*

|                 |             |
|-----------------|-------------|
| 1 director..... | 18:000\$000 |
|-----------------|-------------|

*Secretaria*

|                              |            |
|------------------------------|------------|
| 1 secretario.....            | 6:000\$000 |
| 1 official.....              | 5:100\$000 |
| 2 1.ºs escripturarios a..... | 4:800\$000 |
| 2 2.ºs ditos a.....          | 4:200\$000 |
| 3 3.ºs ditos a.....          | 3:600\$000 |
| 4 amanuenses a.....          | 2:400\$000 |
| 4 praticantes a.....         | 1:800\$000 |
| 1 comprador.....             | 4:800\$000 |
| 1 despachante.....           | 4:200\$000 |
| 2 continuos a.....           | 1:800\$000 |

*Thesouraria*

|                         |            |
|-------------------------|------------|
| 1 thesoureiro.....      | 7:200\$000 |
| 2 feis a.....           | 4:200\$000 |
| 2 ajudantes a.....      | 3:600\$000 |
| 1 escrivão.....         | 5:100\$000 |
| 1 2º escripturario..... | 4:200\$000 |
| 1 amanuense.....        | 2:400\$000 |
| Praticantes a.....      | 1:800\$000 |
| 1 continuo.....         | 1:800\$000 |

*Pagadoria*

|                         |            |
|-------------------------|------------|
| 1 pagador.....          | 6:000\$000 |
| 3 feis a.....           | 4:200\$000 |
| 3 ajudantes a.....      | 3:600\$000 |
| 1 3º escripturario..... | 3:600\$000 |

*Almoxarifado*

|                         |            |
|-------------------------|------------|
| 1 almoxarife.....       | 6:000\$000 |
| 1 escrivão.....         | 4:800\$000 |
| 2 feis a.....           | 4:200\$000 |
| 3 ajudantes a.....      | 3:600\$000 |
| 1 2º escripturario..... | 4:200\$000 |
| 1 3º dito.....          | 3:600\$000 |
| 2 amanuenses a.....     | 2:400\$000 |
| 4 praticantes a.....    | 1:800\$000 |

*Secção de carga e descarga*

|                    |            |
|--------------------|------------|
| 1 encarregado..... | 4:200\$000 |
| 2 ajudantes a..... | 2:400\$000 |

## TABELLA II

## 2ª DIVISÃO — TRAFEGO

*Escriptorio central—1ª, 2ª e 3ª secções*

|                                       |             |
|---------------------------------------|-------------|
| 1 chefe do trafego, sub-director..... | 12:000\$000 |
| 3 ajudantes (chefes de secção) a..... | 7:200\$000  |
| 1 official.....                       | 5:100\$000  |
| 6 inspectores de estações a.....      | 5:100\$000  |
| 9 1º escripturarios a.....            | 4:800\$000  |
| 9 2º ditos a.....                     | 4:200\$000  |
| 9 3º ditos a.....                     | 3:600\$000  |
| 1 desenhista de 1ª classe.....        | 4:800\$000  |
| 12 amanuenses a.....                  | 2:400\$000  |
| 1 archivista.....                     | 2:400\$000  |
| Praticantes a.....                    | 1:800\$000  |
| 6 continuos a.....                    | 1:800\$000  |

*Officina autographica*

|                      |            |
|----------------------|------------|
| 1 encarregado.....   | 4:200\$000 |
| 1 mestre .....       | 3:600\$000 |
| 3 impressores a..... | 2:000\$000 |

*Officina telegraphica e electrica*

|                                         |            |
|-----------------------------------------|------------|
| 2 inspectores deapparelhosa.....        | 4:800\$000 |
| 1 mestre de 1ª classe.....              | 4:800\$000 |
| 1 armazenista .....                     | 2:400\$000 |
| 4 feitores de linha de 1ª classe a..... | 2:600\$000 |
| 8 ditos de 2ª classe a .....            | 2:000\$000 |
| 1 praticante.....                       | 1:800\$000 |

*Movimento de trens*

|                                 |            |
|---------------------------------|------------|
| Conductores de 1ª classe a..... | 4:800\$000 |
| Ditos de 2ª classe a.....       | 4:200\$000 |
| Ditos de 3ª classe a.....       | 3:000\$000 |
| Ditos de 4ª classe a.....       | 1:800\$000 |

*Estações especiaes*

## Central

|                                      |            |
|--------------------------------------|------------|
| 1 agente.....                        | 5:400\$000 |
| 3 ajudantes a.....                   | 4:400\$000 |
| 10 bilheteiros a.....                | 3:600\$000 |
| 2 feis recebedores a.....            | 3:600\$000 |
| 2 ditos de armazem a.....            | 3:600\$000 |
| 2 ajudantes de fiel a.....           | 3:000\$000 |
| 5 conferentes de 1ª classe a.....    | 2:800\$000 |
| 16 ditos de 2ª classe a.....         | 2:400\$000 |
| Ditos de 3ª classe a.....            | 1:800\$000 |
| 8 telegraphistas de 1ª classe a..... | 4:800\$000 |
| 4 ditos de 2ª classe a.....          | 4:200\$000 |
| 24 ditos de 3ª classe a.....         | 3:600\$000 |
| Ditos de 4ª classe a.....            | 1:800\$000 |

## Maritima

|                                      |            |
|--------------------------------------|------------|
| 1 agente.....                        | 5:400\$000 |
| 1 ajudante.....                      | 4:400\$000 |
| 2 feis recebedores a.....            | 3:600\$000 |
| 2 feis de armazem a.....             | 3:600\$000 |
| 2 ajudantes a.....                   | 3:000\$000 |
| 8 conferentes de 1ª classe a.....    | 2:800\$000 |
| 30 ditos de 2ª classe a.....         | 2:400\$000 |
| Ditos de 3ª classe a.....            | 1:800\$000 |
| 3 telegraphistas de 3ª classe a..... | 2:600\$000 |

## S. Diogo

|                                      |            |
|--------------------------------------|------------|
| 1 agente.....                        | 5:400\$000 |
| 1 ajudante.....                      | 4:400\$000 |
| 2 fiéis recebedores a.....           | 3:600\$000 |
| 2 ditos de armazem a.....            | 3:600\$000 |
| 2 ajudantes a.....                   | 3:000\$000 |
| 8 conferentes de 1ª classe a.....    | 2:800\$000 |
| 30 ditos de 2ª classe a.....         | 2:400\$000 |
| Ditos de 3ª classe a.....            | 1:800\$000 |
| 3 telegraphistas de 2ª classe a..... | 3:400\$000 |
| 5 ditos de 3ª classe a.....          | 2:600\$000 |

## Norte

|                                   |            |
|-----------------------------------|------------|
| 1 agente.....                     | 5:400\$000 |
| 1 ajudante.....                   | 4:400\$000 |
| 1 bilheteiro.....                 | 3:600\$000 |
| 1 fiel recebedor.....             | 3:600\$000 |
| 2 fiéis de armazem a.....         | 3:600\$000 |
| 3 conferentes de 1ª classe a..... | 2:800\$000 |
| 8 ditos de 2ª classe a.....       | 2:400\$000 |
| Ditos de 3ª classe a.....         | 1:800\$000 |

## Centro Commercial (Rio)

|                                    |            |
|------------------------------------|------------|
| 1 agente (2ª classe).....          | 4:200\$000 |
| 1 conferente de 1ª classe.....     | 2:800\$000 |
| 2 conferentes de 2ª classe a.....  | 2:400\$000 |
| Ditos de 3ª classe a.....          | 1:800\$000 |
| Telegraphistas de 3ª classe a..... | 2:600\$000 |

## Centro Commercial (S. Paulo)

|                                   |            |
|-----------------------------------|------------|
| 1 agente (2ª classe).....         | 4:200\$000 |
| 1 conferente de 1ª classe.....    | 2:800\$000 |
| 2 conferentes de 2ª classe a..... | 2:400\$000 |
| Ditos de 3ª classe a.....         | 1:800\$000 |

*Estações diversas*

## Primeira classe

|                                   |            |
|-----------------------------------|------------|
| 1 agente.....                     | 4:800\$000 |
| 1 ajudante.....                   | 3:600\$000 |
| 1 fiel.....                       | 3:000\$000 |
| 2 conferentes de 2ª classe a..... | 2:400\$000 |
| Ditos de 3ª classe a.....         | 1:800\$000 |

## Segunda classe

|                                   |            |
|-----------------------------------|------------|
| 1 agente.....                     | 4:200\$000 |
| 1 fiel.....                       | 3:000\$000 |
| 2 conferentes de 2ª classe a..... | 2:400\$000 |
| Ditos de 3ª classe a.....         | 1:800\$000 |

## Terceira classe

|                                |            |
|--------------------------------|------------|
| 1 agente.....                  | 3:600\$000 |
| 1 conferente de 2ª classe..... | 2:400\$000 |
| Ditos de 3ª classe a.....      | 1:800\$000 |

## Quarta classe

|                                 |            |
|---------------------------------|------------|
| 1 agente.....                   | 3:000\$000 |
| Conferentes de 3ª classe a..... | 1:800\$000 |

## Quinta classe

|                                 |            |
|---------------------------------|------------|
| 1 agente.....                   | 2:600\$000 |
| Conferentes de 3ª classe a..... | 1:800\$000 |

*Serviço telegraphico das estações*

|                                    |            |
|------------------------------------|------------|
| Telegraphistas de 1ª classe a..... | 4:200\$000 |
| Ditos de 2ª classe a.....          | 3:400\$000 |
| Ditos de 3ª classe a.....          | 2:600\$000 |
| Ditos de 4ª classe a.....          | 1:800\$000 |

## TABELLA III

## 3º DIVISÃO—CONTABILIDADE

|              |            |
|--------------|------------|
| 1 chefe..... | 9:800\$000 |
|--------------|------------|

## 1ª secção

*Contadoria*

|                             |            |
|-----------------------------|------------|
| 1 contador.....             | 6:000\$000 |
| 1 ajudante.....             | 5:100\$000 |
| 1 official.....             | 5:100\$000 |
| 8 1ºs escripturarios a..... | 4:800\$000 |
| 10 2ºs ditos a.....         | 4:200\$000 |
| 12 3ºs ditos a.....         | 3:600\$000 |
| 25 amanuenses a.....        | 2:400\$000 |
| 1 archivista.....           | 2:400\$000 |
| Praticantes a.....          | 1:800\$000 |
| 2 continuos a.....          | 1:800\$000 |

*Impressão de bilhetes*

|                    |            |
|--------------------|------------|
| 1 impressor.....   | 3:200\$000 |
| 3 ajudantes a..... | 2:000\$000 |

2.<sup>a</sup> SECÇÃO*Contabilidade geral*

|                                          |            |
|------------------------------------------|------------|
| 1 guarda-livros.....                     | 6:000\$000 |
| 1 ajudante.....                          | 5:100\$000 |
| 1 encarregado do montepio.....           | 5:100\$000 |
| 3 1. <sup>as</sup> escripturarios a..... | 4:800\$000 |
| 2 2. <sup>as</sup> ditos a.....          | 4:200\$000 |
| 2 3. <sup>as</sup> ditos a.....          | 3:600\$000 |
| 2 amanuenses a.....                      | 2:400\$000 |
| 1 continuo.....                          | 1:800\$000 |

## TABELLA IV

4.<sup>a</sup> DIVISÃO—LOCOMOÇÃO

|                                                |            |
|------------------------------------------------|------------|
| 1 chefe.....                                   | 9:800\$000 |
| 2 ajudantes a.....                             | 7:200\$000 |
| 1 chefe de officinas.....                      | 6:000\$000 |
| 1 dito de secção.....                          | 5:400\$000 |
| 1 official.....                                | 5:100\$000 |
| 1 encarregado do deposito.....                 | 5:100\$000 |
| 1 ajudante.....                                | 2:400\$000 |
| 3 1. <sup>as</sup> escripturarios a.....       | 4:800\$000 |
| 4 2. <sup>as</sup> ditos a.....                | 4:200\$000 |
| 6 3. <sup>as</sup> ditos a.....                | 3:600\$000 |
| 6 amanuenses.....                              | 2:400\$000 |
| Praticantes a.....                             | 1:800\$000 |
| 7 armazenistas a.....                          | 2:400\$000 |
| 2 desenhistas de 1. <sup>a</sup> classe a..... | 4:800\$000 |
| 2 ditos de 2. <sup>a</sup> classe a.....       | 4:200\$000 |
| 2 ditos de 3. <sup>a</sup> classe a.....       | 4:800\$000 |
| 6 chefes de deposito de machinas a.....        | 5:100\$000 |
| 1 inspector de depositos.....                  | 4:800\$000 |
| Machinistas de 1. <sup>a</sup> classe a.....   | 4:200\$000 |
| Ditos de 2. <sup>a</sup> classe a.....         | 3:600\$000 |
| Ditos de 3. <sup>a</sup> classe a.....         | 4:800\$000 |
| Mestres de 1. <sup>a</sup> classe a.....       | 4:200\$000 |
| Ditos de 2. <sup>a</sup> classe a.....         | 3:600\$000 |
| Ditos de 3. <sup>a</sup> classe a.....         | 1:800\$000 |
| 3 continuos a.....                             | 2:400\$000 |
| 1 professora.....                              |            |

## TABELLA V

5.<sup>a</sup> DIVISÃO—LINHA E EDIFÍCIOS

|                                                     |            |
|-----------------------------------------------------|------------|
| 1 chefe.....                                        | 9:800\$000 |
| 1 ajudante.....                                     | 7:200\$000 |
| 1 chefe de secção technica.....                     | 6:600\$000 |
| 1 official.....                                     | 5:100\$000 |
| 3 1. <sup>as</sup> escripturarios a.....            | 4:800\$000 |
| 4 2. <sup>as</sup> ditos a.....                     | 4:200\$000 |
| 5 3. <sup>as</sup> ditos a.....                     | 3:600\$000 |
| 6 amanuenses a.....                                 | 2:400\$000 |
| 1 archivista.....                                   | 2:400\$000 |
| Praticantes a.....                                  | 1:800\$000 |
| 2 de-enhistas de 1. <sup>a</sup> classe a.....      | 4:800\$000 |
| 4 ditos de 2. <sup>a</sup> classe a.....            | 4:200\$000 |
| 4 ditos de 3. <sup>a</sup> classe a.....            | 3:000\$000 |
| Engenheiros residentes a.....                       | 6:600\$000 |
| Ajudantes a.....                                    | 4:800\$000 |
| Mestres de linha de 1. <sup>a</sup> classe a.....   | 3:600\$000 |
| Ditos de linha de 2. <sup>a</sup> classe a.....     | 2:640\$000 |
| Ditos de linha de 3. <sup>a</sup> classe a.....     | 2:400\$000 |
| Armacenistas de 1. <sup>a</sup> classe a.....       | 3:000\$000 |
| Ditos de 2. <sup>a</sup> classe a.....              | 2:400\$000 |
| Mestres de officio de 2. <sup>a</sup> classe a..... | 4:200\$000 |
| Ditos de officio de 3. <sup>a</sup> classe a.....   | 3:600\$000 |
| 3 continuos a.....                                  | 1:800\$000 |

*Observações*

1.<sup>a</sup> O acrescimo dos vencimentos marcados nestas tabellas não influirá para os effeitos do monte-pio, que não será por este motivo augmentado, até que seja reformada tambem essa lei.

2.<sup>a</sup> Para o cargo de ajudante do chefe do trafego que tiver de dirigir o serviço da 3.<sup>a</sup> secção, só poderá ser nomeado profissional electricista de reconhecida competencia.

3.<sup>a</sup> Para as nomeações de inspectores de estações será a linha dividida nos seguintes districtos:

1.<sup>a</sup> Central á Barra do Pirahy e ramaes de Santa Cruz e Macacos ;

2.<sup>a</sup> Vargem Alegre á Cachoeira ;

3.<sup>a</sup> Lorena a Norte ;

4.<sup>a</sup> Ypiranga a Entre Rios e ramal de Porto Novo ;

5.<sup>a</sup> Serraria á Barbacena ;

6.<sup>a</sup> Sanatorio em deante e ramal de Ouro Preto.

4.<sup>a</sup> Para nomeações de inspectores deapparelhos será a linha assim dividida:

1.<sup>a</sup> districto— Central á Barra do Pirithy e ramaes de Santa Cruz, Macacos e S. Paulo;

2.<sup>a</sup>—Ypiranga em deante e ramaes de Porto Novo e Ouro Preto.

5.<sup>a</sup> O numero de praticantes, conductores de trens, conferentes de 3.<sup>a</sup> classe, telegraphistas, machinistas, mestres de officinas e de officios, engenheiros residentes e ajudantes, mestres de linha e armazenistas, e bem assim o de conferentes de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classe nas estações de entroncamento ou baldeação e postos telegraphicos, será fixado annualmente pelo director, sob proposta dos respectivos chefes, para ser contemplada a verba no organimento, não podendo esse numero ser augmentado no exercicio sem authorisação do Governo.

6.<sup>a</sup> O numero, classificação e jornal dos guardas, feitores, serventes, trabalhadores, cabineiros, carimbadores, bagageiros e guarda-freios será fixado pelo director sob proposta dos respectivos chefes, o qual lhes abonará de 500 réis a 2\$ diarios para os aprendizes e de 2\$ a 7\$ para os demais jornalheiros.

7.<sup>a</sup> O numero e diaria dos operarios, foguistas, graxeiros, carvoeiros, trabalhadores e serventes será marcado pelo director sob proposta do chefe da locomoção.

8.<sup>a</sup> Os empregados a que se referem as tabellas I a V, que durante cada trimestre não tiverem commettido faltas que prejudiquem o serviço, ajuizo do director, terão direito a uma gratificação equivalente a 10 % sobre os vencimentos dos tres meses; exceptuam-se os chefes das divisões e seus ajudantes, os engenheiros residentes e seus ajudantes, os chefes de depositos e os machinistas e os inspectores de estações.

9.<sup>a</sup> Aos chefes de depositos, machinistas e foguistas será concedida, além dos vencimentos ou diarias, uma gratificação especial calculada sobre a economia que realisarem em combustível e lubrificantes na conformidade de uma tabella, que será organizada pelo chefe da locomoção e approvada pelo director.

10.<sup>a</sup> O thesoureiro, o pagador, os fíeis do thesoureiro e do pagador e seus ajudantes e os bilheteiros e os fíeis recebedores perceberão, além dos seus vencimentos, uma gratificação correspondente a 15 % para quebras, quando em exercicio dos seus cargos.

11.<sup>a</sup> Todos os empregados, quer titulados quer jornaleiros, das estações de Belém, Macacos, Oriente e Sant'Anna perceberão os vencimentos que lhes competirem e mais 25 %, em razão da insalubridade dessas localidades.

12.<sup>a</sup> Os agentes e conferentes que accumularem as funções de telegraphista, perceberão, além de seus vencimentos, a gratificação mensal de 80\$000.

13.<sup>a</sup> O empregado que for designado para servir como auxiliar de gabinete junto aos chefes de divisão, perceberá, além de seus vencimentos, a gratificação mensal de 50\$000.

14.<sup>a</sup> Ficam supprimidas todas as diarias a título de despezas de viagem, concedidas actualmente, menos aos empregados da



thesouraria encarregados de fazer pagamento ao pessoal, quando executarem o serviço fora de sua repartição.

15.<sup>a</sup> Cada residência poderá ter um ajudante, quando o serviço o exigir.

16.<sup>a</sup> As nomeações de praticantes, conferentes de 3.<sup>a</sup> classe, telegraphistas e conductores de 4.<sup>a</sup> classe serão feitas mediante concurso, sendo que para obter nomeação de telegraphista de 4.<sup>a</sup> classe deverá o candidato ter praticado gratuitamente e mostrar-se habilitado em exame de telegraphia pratica.

As demais nomeações serão por accessos de categoria inferior para a immediatamente superior, attendendo-se á aptidão, á assiduidade e antiguidade do emprego na respectiva classe, descontadas, para esse fim, as faltas ou licenças.

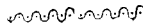
17.<sup>a</sup> Serão nomeados por decreto do Governo o director, o sub-director; por portaria do Ministro o chefe de divisão e ajudantes, o thesoureiro, pagador e seus ajudantes, o almoxarife, fiéis e ajudantes, o encarregado da carga e descarga e ajudantes, os escriptivães, o guarda-livros, o contador e ajudantes, o comprador, o despachante, o secretario, os officiaes, os escripturarios, o encarregado do monte-pio, os inspectores de estação e de apparelhos, os engenheiros residentes e seus ajudantes, o chefe da secção technica, os desenhistas de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classes, os chefes de officina e chefes de secção, os chefes, encarregados e inspectores de depositos, os conductores, mestres e machinistas de 1.<sup>a</sup> classe, os agentes das estações especiaes e os de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classes; e pelo director os demais empregados.

18.<sup>a</sup> Os empregados que tiverem mais de 20 annos de serviço, e descontadas as faltas e licenças, terão direito a uma gratificação de 20 %.

Na revisão que o Governo tiver de fazer no regulamento da estrada, tratará de reduzir o pessoal até 25 %.

Os empregados dispensados por esta disposição, que tiverem mais de dous annos de serviço, ficarão como ~~adidos~~ <sup>adidos</sup> percebendo os vencimentos que tem actualmente, até que sejam aproveitados em empregos de suas respectivas categorias; cabendo-lhes preferéncia para as nomeações.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1894.—Antonio Olympio dos Santos Pires.



## DECRETO N. 269 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Governo a despendar até 3 mil contos de réis com a manutenção e desenvolvimento dos nucleos coloniaes da margem direita do Araguary, no Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' o Governo autorizado a despendar até a quantia de mil contos de réis com os trabalhos para a manutenção e desenvolvimento dos nucleos coloniaes da margem direita do Araguary, no Estado do Pará.

Art. 2.º Nos nucleos que já estão e nos que tenham de ser fundados se porão em pratica as medidas do Decreto n. 163 de 16 de janeiro de 1890.

Art. 3.º Para a localisação dos novos nucleos o Poder Executivo Federal entrará em accordo com o Governo do Pará, a quem commettera, si assim o julgar conveniente, a realisação de todo esse serviço.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1894, 6.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires,*



## DECRETO N. 270 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1894

Autorisa o Governo a emprestar aos Estados do Paraná e Santa Catharina a quantia de quatro mil contos de réis (4.000:000\$) repartidamente.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' o Governo autorizado a emprestar aos Estados do Paraná e Santa Catharina a quantia de 4.000:000\$ repartidamente.

Art. 2.º Este empréstimo poderá ser effectuado em apolices, ou em moeda corrente, abrindo o Governo, si for nesta especie, os necessários creditos.

Art. 3.º O Governo, de accordo com os Governadores dos referidos Estados, dará regulamento á presente lei no intuito

de estabelecer a taxa do juro e o prazo do resgate do emprestimo, sendo que si for em apolices o juro será o nellas estabelecido.

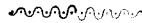
Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro do Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1894, 6.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



DECRETO N. 271 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1894

Proroga os prazos para a conclusão das obras das estradas de ferro de Aracajú a Simão Dias, Tamandaré á Barra, Catalão a Palmas e Caxias a Cajazeiras; e bem assim para o início das obras do porto da Laguna.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica concedida prorrogação, até dezembro de 1896, do prazo marcado para conclusão das obras :

I. A Companhia de Estradas de Ferro do Norte do Brazil para a das Estradas de Ferro de Aracajú a Simão Dias com ramal para Capella, no Estado de Sergipe, e de Tamandaré á Barra, no de Pernambuco.

II. A Companhia da Estrada de Ferro Tocantins, cessionaria da Estrada de Catalão a Palmas ;

III. A Estrada de Caxias a Cajazeiras no Maranhão.

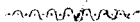
Art. 2.º E' o Governo autorizado a prorogar até 31 de maio de 1896 o prazo para o início das obras do porto da Laguna, a cargo da Companhia de Construcções Hydraulicas.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

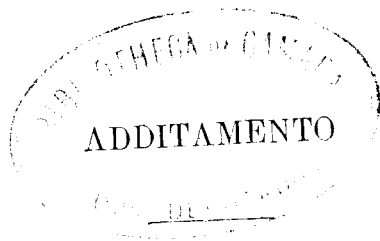
Capital Federal, 31 de dezembro de 1894, 6.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



# ADDITAMENTO



DECRETO N. 72 A — DE 5 DE AGOSTO DE 1892

Approva os actos praticados pelo Poder Executivo e constantes dos decretos de 10 e 12 de abril de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta a seguinte resolução :

Artigo unico. São approvados, em cumprimento do disposto no art. 80 e do n. 21 do art. 34 da Constituição Federal, os actos do Governo referentes aos acontecimentos da noite de 10 de abril e constantes dos decretos de 10 e 12 do mesmo mez.

Capital Federal, 5 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 72 B — DE 5 DE AGOSTO DE 1892

Concede amnistia aos cidadãos implicados nos acontecimentos politicos de 10 de abril do mesmo anno, bem como nas revoltas das fortalezas da Lage e Santa Cruz, occorridas em janeiro de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' concedida amnistia :

1º A todos os cidadãos implicados nos acontecimentos que motivaram o decreto executivo de 10 de abril deste anno, declarando em estado de sitio a Capital Federal.

2º A todos os que directa ou indirectamente tomaram parte na revolta das fortalezas da Lage e Santa Cruz, em 19 de janeiro deste anno, quanto aos crimes somente que estiverem ligados a este movimento.

Capital Federal, 5 de agosto de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

~~~~~

DECRETO N. 211 A -- DE 20 DE OUTUBRO DE 1894

Declara definitiva a permuta feita com a Santa Casa de Misericordia do Recife, do edificio que servia de hospedaria de imigrantes na Jaqueira, Estado de Pernambuco, pelo predio da Casa dos Expostos, sito na praça Barão de Lucena, no mesmo Estado.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' approvada e declarada definitiva a permuta provisoria feita com a Santa Casa da Misericordia do Recife, em virtude do aviso de 3 de dezembro de 1892, do edificio que servia de hospedaria de imigrantes, na Jaqueira, Estado de Pernambuco, pelo predio da Casa dos Expostos, sito na praça Barão de Lucena, antiga do Paraizo, no mesmo Estado.

O Ministro de Estado dos Negoeios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.

~~~~~

continua >